

EDELBERTO AUGUSTO GOMES LIMA.

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DE MINAS GERAIS.

(Principalmente de Sabará – São Domingos do Prata e Belo Horizonte).



PRAÇA MELO VIANNA ANTIGAMENTE EM SABARÁ – FOTO DE PINTURA DE HAROLDO GUIMARÃES.

História é o passado retornando à superfície, o que permanece na escuridão do tempo, se perde na eternidade. (Edelberto Lima).

Um autor anônimo sintetizou, em um axioma, a importância de ter sempre presente os responsáveis por nossas origens ao dizer:

“Quem pensa que a distância faz esquecer, esquece que a saudade faz lembrar”.

Também Mário Quintana para quem “O passado não reconhece o seu lugar, está sempre presente”

Somente a história pode dar a um povo a consciência de si mesmo.” (Shopenhauer).

Fevereiro de 2025.

INTRODUÇÃO.



Inspirado na frase acima de Mário Quintana, resolvi juntar em um só livro, diversos fragmentos da história de Minas Gerais, notadamente das de Sabará, São Domingos do Prata e Belo Horizonte.

São fragmentos extraídos de diversos de meus livros, embora algumas matérias sejam inéditas e transcritas na íntegra, outras foram publicadas no Boletim Informativo e na revista do IHGMG, outras ainda o serão.

São diversas matérias, cujos títulos foram relacionados no SUMÁRIO, a partir da página 209.

Entre essas matérias, São Paulo reivindicando grande parte do território mineiro, outras tentativas de dividi-lo, história, no tempo, para se escolher uma nova capital para Minas, a fundação de alguns municípios históricos, o ciclo do ouro em Minas Gerais, teria Borba Gato fundado Curral Del Rei? etc.

AS MATÉRIAS.

SÃO PAULO REIVINDICOU, COMO SEU, GRANDE PARTE DO TERRITÓRIO MINEIRO.

Em uma das sessões do Congresso mineiro reunido provisoriamente, no ano de 1893, em Barbacena, para escolha da nova capital de Minas, o senador José Pedro Xavier lamentava a grande emigração de mineiros para o estado de São Paulo.

Segundo o mesmo senador, o estado de Minas Gerais na época, tinha questões de limites com a Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro e, especialmente, com São Paulo e com este, nas palavras do senador, a questão era muito séria e

poderia, no futuro, torna-se gravíssima e este era um, entre outros, dos motivos por que era contra a mudança da capital.

Ainda, de acordo com o senador, São Paulo julgava-se com direito a uma vasta e importantíssima zona do território mineiro. Em publicações oficiais do governo paulista, tinha-se, por mais de uma vez, acentuada a pretensão quanto a posse da margem esquerda do Rio Sapucaí, até a sua confluência no Rio Grande.

A região reivindicada por São Paulo era composta por uma grande população e continha, não menos de 15 municípios mineiros.

Depois de mais de dois séculos, por volta da 1935, os dois estados celebraram um acordo, pondo fim às divergências.

A pacificação iniciou em 1932 no governo Getúlio Vargas, através do decreto federal n. 21.329, de 27.04.1932, assinado por Getúlio Vargas e Francisco Campos.

Esse decreto, cujo preâmbulo cito a seguir, estabeleceu os limites, deixando para os Estados acordarem sobre os pontos ainda conflitantes.

Dispôs o decreto:

“Considerando que é dever do Governo Provisório afastar todas as causas perturbadoras da harmonia entre os Estados da União, das quais as mais frequentes são as resultantes das controvérsias e dúvidas sobre os seus limites;

Considerando que as questões dessa natureza entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, originadas há mais de dois séculos, se têm agravado à proporção do aumento das populações fronteiriças de um e de outro Estado, a despeito e sem embargo de reiterados esforços dos dois Governos, que, baseados em títulos históricos, nunca puderam chegar a acordo;

Considerando que malogradas todas as tentativas no sentido amigável e submetida a matéria a arbitramento, este não chegou a ultimar-se por não se conformar o Estado de São Paulo com uma decisão preliminar do árbitro em matéria de domínio histórico;

Considerando que, reabertas as negociações para um acordo, em virtude deste a Comissão mista de engenheiros geógrafos nomeados pelas partes contratantes traçou a linha de limites no mapa de São Paulo organizado pela respectiva Comissão Geográfica, linha que foi aceita em quase sua totalidade por ambas as partes, divergindo apenas em dois pontos de somenos importância, nos lugares chamados Vargem e Santo Antônio de Alegria; (*)

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas, para todos os efeitos, as conclusões do parecer do general Augusto Ximeno Villeroy, presidente da Comissão de Delegados dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, apresentado ao Governo Provisório em 14 de abril de 1932,

Art. 2º De acordo com essas conclusões, a linha divisória entre os referidos Estados será a seguinte: (...).”

Portanto, ainda restavam divergências quanto a dois pontos, apontados no periódico paulista a seguir noticiado.

***AS DIVISAS DE SÃO PAULO E MINAS NAS PÁGINAS DO JORNAL PAULISTA DIÁRIO NACIONAL, EM SUA EDIÇÃO DO DIA 09.03.1932.**

“As divisas de São Paulo e Minas.

Esteve ontem nessa capital, devendo partir hoje para São Sebastião do Paraíso, o general Ximeno de Villeroy, nomeado pelo governo federal para árbitro na questão de limites entre esse Estado e o de Minas Gerais.

Como se sabe os pareceres das comissões de peritos nomeados por ambos os Estados nomeados por ambos litigantes mostraram-se concordes em aceitar as linhas demarcatórias existentes, exceção dos trechos entre as cidades do Jaguary, no Estado de Minas, o Vargem em São Paulo e ainda entre o

município mineiro de Arary e o paulista de Santo Antonio da Alegria.

Esse o motivo da viagem do general Ximeno Villeroy que estudará “in loco” a questão, a fim de poder solucioná-la de modo satisfatório.”

NOTA: Jaguary é o antigo nome do município mineiro de Camanducaia, que faz divisas com municípios de São Paulo.

Não consegui saber qual município mineiro tinha o nome de Arary.

O município paulista de Santo Antônio da Alegria fica na região de Ribeirão Preto, em São Paulo. Vargem também é um município paulista.

Para se decidir quanto a divergência remanescente, em Minas Gerais, o Decreto n. 65, de 25.05.1935, assinado por Benedito Valadares e Gabriel Passos, estabeleceu:

“tendo em vista o art. 13, das Disposições Transitórias da Constituição da República e Decreto Federal n. 21.329, de 27 de abril de 1932, que dirimiu as divergências históricas entre as duas partes confrontantes, delegou a uma Comissão mineira composta por especialistas na matéria, poderes, ad referendum da Assembleia Legislativa, para, juntamente com a designada pelo Estado De São Paulo, decidirem sobre as questões ainda pendentes.

Em seu artigo 1º, decretava:

O Governo designará um delegado e dois assistentes técnicos para procederem, com o delegado do Estado de São Paulo e seus assistentes técnicos, reunidos em comissão mista, à demarcação da linha divisória dos dois Estados.”

Em 28.09.1936, foi assinado, em Belo Horizonte, o acordo estabelecendo o limites definitivos, tendo a lei mineira, n. 115, de 03.11 do mesmo ano, aprovado o convênio sobre as divisas do Estado e Minas Gerais com o de São Paulo.

Embora a questão seja muito técnica e da qual não possui conhecimento, posto estabelecer linhas divisórias ente rios, córregos, montanhas, fazendas, etc, pelo que depreendi os seguintes municípios, entre outros, ficaram no Estado de Minas Gerais:

Camanducaia, Extrema, Poços de Caldas, Passos, Andradas, São Sebastião do Paraíso, Muzambinho, Paraisópolis, Monte, Sião, etc.

DIVERSAS OUTRAS TENTATIVAS DE SE DIVIDIR O TERRITÓRIO MINEIRO.

Entre 1842 e 1892 nada menos do que oito tentativas de separar parte do Sul de Minas do restante do estado foram feitas.

Em uma delas, em 1862, o deputado Evaristo da Veiga apresentou um projeto de lei dividindo a província mineira em duas, recebendo a nova denominação de Minas do Sul.

Esse projeto foi assinado por 47 deputados e recebido com tão boa aceitação, que seria aprovado, se, no ano seguinte, não fosse dissolvida a Assembleia Geral.

Nele estavam apontados com precisão os limites da nova província, a capital provisória, o número de representantes na Câmara dos Deputados e no Senado, além dos distritos eleitorais e seus respectivos municípios apuradores, etc.

Após outras tentativas narradas em um excelente e longo artigo de autoria de Fábio Francisco de Almeida (Transcrito, na íntegra, nas páginas 346 a 362 de meu livro “1893 – Sessões do congresso Mineiro para escolha da nova Capital de Minas Gerais”, disponível no google na galeria Edelberto, ele conclui:

“(..)Encerrada a questão separatista, passou a destacar-se no Sul de Minas, sob a batuta de Silviano Brandão e Júlio Bueno Brandão, a argumentação contrária ao separatismo e ganhou relevância o discurso que enfatizava a

necessidade de Minas Gerais permanecer unida para que continuasse seguindo nos trilhos do progresso e da ordem pública e, acima de tudo, tornar-se um estado forte, com condições de direção política na disputa com os demais estados da federação”.

SANTA LUZIA JÁ PERTENCEU AO MUNICÍPIO DE SABARÁ.

Em 18.03.1847, a Assembleia Provincial desmembrou Santa Luzia do município de Sabará, transferindo ainda para Santa Luzia as freguesias de Lagoa Santa, Sete Lagoas, Matozinhos e Santa Quitéria (Atual Esmeraldas), que também pertenciam a Sabará.

Porém, como Santa Luzia não cumpriu todas as determinações para se transformar em Vila e ter a sua própria Câmara de Vereadores, em 1850, a Assembleia Legislativa aprovou a lei provincial nº 472, de 31 de maio, determinando que a Vila de Santa Luzia e as demais freguesias acima mencionadas, retornassem ao domínio do município de Sabará.

Contudo, em 1854, a Assembleia Provincial aprovou nova lei restaurando a vila de Santa Luzia, mas o Presidente da Província vetou a referida lei.

Houve debates quando a Assembleia apreciou o veto do Presidente, tendo um deputado, em suprema síntese, pronunciado:

“(.....) Srs., se assim como a assembleia está no seu direito confeccionando a lei, o presidente negando a sanção, também está no seu direito. São dois poderes distintos que tem de avaliar a utilidade do negócio e uma vez que o presidente não reconheceu utilidade da matéria, em nada ofendeu ao melindre da assembleia.

Eu falo neste negócio com muito desembaraço porque a casa sabe que não votei por semelhante restauração.”

No final foi aprovado o parecer no sentido de manter o veto do presidente da província de Minas Gerais.

RETORNO DOS DEBATES EM 1856, COM A RESTAURAÇÃO DA VILA DE SANTA LUZIA.

Somente em 1856, após pronunciamentos a favor e contra (Esses debates reproduzi em meu livro “Sabará na imprensa do Império”, disponível no google na galeria Edelberto) por meio da lei provincial nº 755, de 30 de abril, é que Santa Luzia desmembrou-se definitivamente de Sabará, menos as freguesias de Capela Nova (atual município de Betim) e Santa Quitéria, que continuavam ligadas ao município de Sabará, desmembrando-se tempos depois.

SABARÁ NO IHGMG.

***Fragmentos da história de Sabará extraídos do livro “Sabará nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais”, disponível no google na galeria Edelberto.**

ROÇA GRANDE – HOJE BAIRRO DE SABARÁ – RESIDÊNCIA DE BORBA GATO.

“A placidez do pequeno povoado, resumido em poucas casas, Igreja retocada no mau gosto da roça, a estaçõesinha e... nada mais.

Todavia no início do povoamento teve grande importância, pois ali se formou a primeira povoação na zona do rio das Velhas, anterior à própria Sabará.

Ali residiu Borba Gato e foi sede da Guarda-Mória, Superintendência, Provedoria e demais repartições administrativas da época !

(...)Naqueles trabalhos explicado ficou então porque não se vê êste bandeirante tomando parte na fundação da Vila de

Sabará, cuja ata não assinou e não ser eleito para qualquer cargo ali, sabido que sempre residiu em Roça Grande, tendo falecido em 1718 e estar enterrado presumivelmente na fazenda que lhe pertencera nas margens do rio Paraopeba, rumo  Pitangui.

A casa que em Sabará a tradição diz ser de Borba Gato, pela construção um tanto senhorial, defronte do Clube Cravo Vermelho, foi edificada em 1814 pela família Guimarães.

(..) não foi o fundador da cidade de Sabará, não possuiu um palmo de terra ali. Sua residência era em Roça Grande, quando não estava na fazenda do Paraopeba.”

Autor: Edelweis Teixeira – Ex-membro do IHGMG (J falecido).

NOTA: Com o devido respeito, quando o autor confessa ter Borba Gato residido em Roça Grande e por isso não tomou parte na fundação da Vila de Sabará, não levou em consideração um detalhe: Roça Grande pertence a Sabará e até os dias atuais  bairro de Sabará. A p, com 29 a 30 minutos, chega-se ao centro de Sabará.

Ademais, o morro do Fidalgo no qual Borba Gato teria assassinado o fidalgo espanhol Dom Rodrigo de Castelo Branco, fica no morro do Fidalgo, na área central de Sabab, acima da lagoa da Reta.

Após esse acontecimento, até ser perdoado anos depois pelo rei de Portugal, Borba Gato refugiou-se no leste de Minas Gerais.

Luiz Prisco de Braga, autor do livro “História do município de São Domingos do Prata”, avanta a hipótese de Manoel Borba Gato ter-se refugiado no vale do Rio Piracicaba.

Consta literalmente na sua obra, essa passagem:

“Neste ponto, Oliveira que tinha ouvido com atenção e interesse o que acabava de narrar Costa Leite, o interrompeu:

- “O que lhe disse o tal Manoel Gato confirma o que alguns historiadores tem escrito a respeito de acontecimentos em Minas, como por exemplo o de que antes do capitão-mor João dos Reis Cabral, tido como descobridor de São Miguel do Piracicaba, já tinha aquela zona sido pisada por homem civilizado, não como descobridor certo, mas refugiado com seus sequazes em um aldeamento de tribo selvagem que dominou no vale do Piracicaba, até alcançar o seu perdão, verificado em 1701.

Esse homem refugiou-se devido à morte de D. Rodrigo de Castelo Branco que lhe fora imputada em Sabará.

Não é, portanto, “Gato” um apelido como entende o caboclo, mas verdadeiro sobrenome do refugiado Tenente Coronel Manoel de Borba Gato, um dos mais célebres bandeirantes que reais serviços prestaram à terra mineira, o qual por ordem de Espanha fora substituído, no cargo que exercia, por Castelo Branco.

Travada a contenta com este, resultou do conflito a morte de Castelo Branco em um morro nas imediações de Sabará, então chamada Sabarabussú, lugar conhecido até hoje por morro do Fidalgo.

Por esse fato, Borba Gato, refugiou-se nos sertões de Piracicaba, onde permaneceu até o seu livramento. É de presumir-se que Borba Gato vivendo com seus sequazes, no meio de selvagens, tenham aparecido mamelucos, sendo, portanto, um deles o pai de Manoel Gato.”

ORIGEM DE SABARÁ.

Sabará foi o resultante da aglutinação de cerca de 25 pequenos arraiais de mineração formados ao longo dos cursos de água. Tinha a forma de um ípsilon (Y).

Começava nas margens do ribeirão Sabará, vindo de Caeté. De Pompéu para baixo, passando pelo Gaia, Itapanhoacanga (Capela do O') Ponte de João Velho Barreto até à barra. Aqui e ali pintalgavam a paisagem pequenos aglomerados.

Da barra, rio acima, até Raposos (exclusive) e rio abaixo, até ao povoado de Santana de Joseph Correia (idem). Daí não ter Sabará um fundador único.

(...) Em cada margem do ribeirão de Sabarabuçu os primeiros povoadores ergueram entre seus colmados uma Capela, para ministrar-lhes o pasto espiritual e são as mais antigas de Sabará: na margem direita uma Capelinha modesta a "Capela do O' (Nossa Senhora da Expectação do Bom Parto em recordação das Antífonas do O' que se rezam 12 dias antes de Natal) e à esquerda a Capela de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do reino de Portugal, depois elevada a qualidade de Matriz."

Autor: Edelweis Teixeira. Ex-membro do IHGMG (Já falecido).

ORIGEM DO NOME SABARABUSSU. O SABARENSE ZOROASTRO VIANNA PASSOS, APRESENTOU DUAS VERSÕES:

1o) Sabarabuçu seria a denominação da Serra da Piedade, situada no município atual de Caeté, perfeitamente visível de Sabará. A Serra da Piedade resplandece, conforme o sol se reflete em suas encostas de minério de ferro.

2) Sabarabuçu seria o antigo nome do Rio Sabará, que deságua no Rio das Velhas. Para esta possibilidade, o historiador aponta, em seu livro, trechos de Cartas de Sesmarias, datadas de 1711, em que se fazem claras referências ao Rio Sabarabuçu.

Autor Fernando Antônio Xavier Brandão. Ex-membro do IHGMG (Já falecido).

ORIGENS DA IGREJINHA DO Ó E DA MATRIZ DE SABARÁ.

"(..) Outros termos encontrados nos Códices de Sabará, existentes no Arquivo Público Mineiro, vem abonar a crença de

que na margem esquerda do ribeirão de Sabará, onde desaguava o hoje chamado córrego da Itapanhoacanga, em 1702 já existia uma Capelinha do O', servindo aos devotos dos arraiais próximos, arruinada, teria sido refeita em 1717.

Na margem oposta existiu inicialmente uma "Capela" de Nossa Senhora da Conceição, junto à ponte da Mãe Domingas, depois elevada a "Igreja" Matriz. As duas Capelas não distantes mas em margens opostas, devem ser contemporâneas na construção, de vez que a da Conceição era de 1701.

Os moradores do "Arraial da Igreja" por preço nenhum desejavam perder o privilégio de possuir em seu âmbito a Matriz.

(1) Diverge desse ponto, quanto à data da 1. Matriz, o historiador Salomão de Vasconcelos.

Não pouparam esforços e economias no que foram ajudados por todos os moradores da região. Daí surgir a "Igreja Grande", como ficou depois designada a Igreja Nova em oposição a anterior, singela, modesta e menor, agora imprópria para a grandeza da Vila Real.

Solidamente construída a primeira Capela da Conceição, que servira de Matriz e que passou a ser conhecida como "Igreja Velha" subsistiu impávida até 1766, quando se colhem suas últimas notícias.

Quanto ao direito de ancianidade, a Capela do O' seria mais antiga que a Igreja Grande."

Autor: Edelweis Teixeira. Ex-membro do IHGMG (Já falecido)

TRÊS CHAFARIZES DE SABARÁ.

"(..) Dentre os referidos chafarizes, os mais notáveis eram o do Largo do Rosário e o da Igreja Grande, tornando-se, todavia, o mais lendário de todos eles, o chafariz do Caquende.

Descreveremos rapidamente o chafariz do Rosário para nos determos adiante, no monumental chafariz do Caquende.

Chafariz do Rosário - Imponente obra. Construção do século XVIII. Em linhas harmoniosas apresenta, na parte central, coroa e escudo imperiais, em pedra-sabão, sobre duas grandes máscaras, de cujas bocas cai o jorro d'água vindo às escondidas fontes...

O chafariz do Caquende - Este chafariz, peça colonial não tão sugestiva como a escultura barroca mostrando o chafariz do Rosário, avulta-se ao lendário que o explica e ao pilhérico dando causa a seu nome (...)".

Autora Carmem de Mello. Sabarense e ex-associada do IHGMG (Já falecida).

OBRAS DO ALEIJADINHO NA IGREJA DO CARMO EM SABARÁ.

A Igreja do Carmo - Templo todo construído em pedra, ergue-se em linhas sóbrias e discretas.

Atribui-se sua arquitetura ao mestre Tiago Moreira, o desenhista do seu frontispício, depois, modificado por Antônio Francisco de Lisboa, o Aleijadinho.

O Aleijadinho que trabalhou em Sabará, de 1771 a 1783, coube fazer a porta principal do templo, os dois púlpitos em madeira policromada, as armas do frontispício, a balaustrada da nave, o conjunto do coro, assim como as imagens de São Simão Stock e São João da Cruz.

Os trabalhos de talha dos altares laterais são de Vieira Servas e as pinturas do teto de Joaquim Gonçalves da Rocha.

O poema escultórico sonhado por Aleijadinho, na Igreja do Carmo, tem sua primeira estrofe no frontal que encima a portada e só o milagre do gênio pôde fazer evadir-se da pedra aquele maravilhado vôo de anjos, alcançando a Coroa da Mãe de Deus.

E avança o lirismo escultórico em estrofes de púlpitos, altares laterais e altar-mor, isolados do corpo da Igreja por estupenda balaustrada. O jacarandá e o ouro enriquecem a magnífica composição plasmando e recobrando grades e colunas.

O poeta do escopro exaure à pedra do púlpito a exibição das parábolas evangélicas, a mais expressiva, a do Avarento, tendo em sua arca de moedas, o coração.

São Simão Stock, num dos nichos laterais, figura a integridade de um verso visto através de um olhar em pureza sobre todo o templo.

E é uma terceira estrofe do poema a torneada grade de jacarandá guardando a nave aristocrática em reserva de diplomáticas acomodações.

Afinal, a estrofe do coro, riqueza também do jacarandá versejado em pares ao desenho de polida grade erguida à hercúlea força de dois assombrosos atlantes - O Carmo, o maior poema de Aleijadinho em Sabará cantado!"

Autora Carmem de Mello. Sabarense e ex-associada do IHGMG (Já falecida).

TEATRO DE SABARÁ –

"(...)Com projeto de Francisco da Costa Lisboa, o Teatro de Sabará foi construído em terreno pertencente ao alferes Francisco da Costa Soares, e inaugurado no dia 2 de junho de 1819, como parte das festas comemorativas pelo nascimento da Princesa da Beira, a Infanta D. Maria da Glória'.

(..) Ainda que não existiam muitas informações sobre a origem da Casa da Ópera de Sabará, a população da cidade sempre soube que ela nasceu do entusiasmo e do esforço de alguns habitantes, sem nenhuma ajuda oficial.

No início o Teatro não teve denominação certa. Enquanto os livros da Tesouraria citavam o "Prédio da Ópera" ou "Casa da

Ópera", as atas da Vereança mencionavam "O Teatro" e o povo, da mesma forma.

Em face da carência de documentos, pouco se sabe sobre a construção do teatro, chamado inicialmente, como já se disse, "Casa da Ópera".

A tradição de sua história oral nos mostra que ocorreu sua construção "por meio de uma "Sociedade Anônima", da qual o povo participou e que reuniu recursos para a construção do empreendimento". Noutras palavras: sua construção foi feita e financiada pelos moradores da cidade sem nenhuma ajuda oficial. (..)".

Autor Joaquim Cabral. Membro do IHGMG.

O OURO DE GONGO SOCO E A INTENDÊNCIA DE SABARÁ.

“Parabéns aos srs. oficiais da Intendência de Ouro Preto por terem já em que se ocupar. Três arrobas e tanto de ouro em pó acabam de chegar das lavras da Sociedade Inglesa do Gongo Soco para serem aqui fundidas.

Tanto é a abundância do precioso metal extraído naquelas minas, que já a intendência de Sabará não pode fundir quanto se lhe apresenta!

Das quatro Casas da Intendência que haviam em Minas ao tempo da Colônia, a de Sabará é a única que ainda existe. O belo casarão colonial hoje abriga o museu do ouro.

Ele foi adquirido pelo dr. Louis Ensck, que o comprou da família Paula Rocha, e o doou para o governo federal para nele instalar o Museu do Ouro.

ORIGENS DE OURO PRETO E MARIANA.

“Mariana, o território, foi inegavelmente descoberto em 1696; está na história. Existe todavia, na Cúria Metropolitana,

uma certidão de batismo, extraída do curato de Camargos, datada de 1690! Seis anos antes!

Ouro Preto foi descoberto, se a história está certa, em 1698. E um livro da Irmandade Rosário, datado de 1715, afirma que trinta anos antes desse livro já existia ali essa Irmandade, ou seja em 1685, portanto treze anos antes da descoberta de Ouro Preto!”

Autor Salomão de Vasconcellos. Ex-membro do IHGMG (Já falecido).

ORIGENS DAS VILAS DE OURO PRETO, MARIANA, CAETÉ E SABARÁ – ITABIRA E OUTRAS – JAZIDAS DE OURO NESSAS LOCALIDADES E EM OUTRAS NA REGIÃO - CRIAÇÕES DE INTENDÊNCIAS – QUINTO DO OURO - 1711 –

O jornal “A Província de Minas”, em sua edição de 16 de dezembro de 1887, publicou um interessante e histórico artigo com o título de “Ouro Preto e as minas de Ouro”, em que se menciona a descobertas de jazidas no fértil território de Sabará.

A parte em que Sabará é citado reproduzo em letra garrafal.

“Havia já muito tempo que os portugueses tinham fundado numerosos estabelecimentos em todas as costas do Brasil e as riquezas do interior eram-lhes ainda desconhecidas.

Esta imensa colônia, posta sob as ordens de um governador estabelecido na Bahia, verdadeiro vice-rei enviado pela metrópole, era dividida em 14 capitanias espalhadas ao longo das costas e entrando pelo país adentro até aos sertões inacessíveis, que as tribos indígenas ocupavam.

Pelo ano de 1572, começou a espalhar-se o boato que existia no interior da capitania de Porto Seguro, nos confins da capitania do Espírito Santo, numerosas jazidas de pedras preciosas.

Esta notícia fora transmitida pelos aventureiros paulistas que tinham penetrado nos sertões pelo sul, em busca de indígenas, aos quais davam caça para trazê-los como escravos.

Foi assim que puderam chegar às margens do rio Doce e colher alguns indícios a respeito dos minerais do país.

Formaram-se numerosas bandeiras de exploradores para ir a procura das jazidas do interior, mas numerosos obstáculos a vencer em pouco tempo abateram-lhes o ardor.

E foi só em 1693 que um paulista, natural de Taubaté, Antonio Rodrigues Arzão, trouxe as provas da existência do ouro.

Chegara ele com uma bandeira de cinquenta homens, através dos sertões do rio Doce, até ao distrito de Caethé e aí, guiado por um indígena, conseguira colher algumas pepitas de ouro, de cerca de três oitavas, que ele ofereceu à câmara do Espírito Santo, aonde chegou descendo o rio Doce. Esta mandou cunhar duas moedas, das quais uma foi depositada nos arquivos e outra remetida a Arzão.

Este voltou depois a Taubaté para empreender nova expedição. Morreu, porém, em consequência das fadigas porque passara, sem ter podido por seu projeto em execução, deixando o jornal (lista) de suas investigações a seu cunhado Bartholomeu Bueno.

Este último conseguiu convencer muito de seus parentes e amigos a acompanharem-no em uma expedição ao interior, partindo de São Paulo no começo de 1694 e guiados pelo roteiro de Arzão, entranharam-se pelas espessas florestas dos sertões regulando-se pelos picos de algumas serras, verdadeiros faróis nesta imensidão.

E assim que chegaram à serra de Itaverava, a oito léguas do lugar em que mais tarde devia-se erguer Ouro Preto.

Apesar da falta de experiência e da insuficiência dos meios de que dispunham, conseguiram colher um pouco de ouro. Como não possuíam ferramentas de ferro, viram-se reduzidos para pôr

a descoberto o cascalho aurífero, a cavar a terra servindo-se de paus afinados e a fazer a purificação das areias em pratos de madeiras ou de estanho. Retiraram eles uma fraca porção de ouro contido.

Conseguiram, contudo, colher uma certa quantidade do precioso metal, cerca de doze oitavas, que trocaram por uma carabina com um dos companheiros do coronel Salvador Fernandes Furtado, cuja bandeira levava suas pesquisas até ao topo do Itacolomy, nas margens do ribeirão do Carmo.

Estes fatos bastaram para excitar o espírito aventureiro dos paulistas. O ardor que mostraram para a captura dos indígenas, eles empregaram a procura do ouro cuja existência estava definitivamente reconhecida.

Estabeleceu-se desde então uma corrente de emigração para os sertões e as descobertas das regiões auríferas tornaram-se cada dia mais numerosas.

Os paulistas Antonio Dias, Thomaz Lopes de Camargos, Francisco Bueno da Silva e o padre João de Faria Fialho foram os primeiros que descobriram ouro no distrito de Ouro Preto, em 1699, 1700 e 1701 e foi por causa da cor escura do metal que apanharam, que deram à serra que o continha, o nome de serra de Ouro Preto.

As riquezas das minas atraíram para lá grande números de aventureiros e, aumentando o seu número dia a dia, ergueu-se uma cidade ao pé da serra cujo nome tomou.

Ouro Preto tornou-se rapidamente um centro importante e para perpetuar a recordação de sua criação, deu-se a quarteirões da cidade os nomes dos primeiros exploradores.

O primeiro governador da capitania geral de São Paulo e Minas, por ocasião de sua vinda para instalar um regime regular e regulamentar os impostos, confirmou a categoria de vila a Ouro Preto, sob o nome de Villa Rica de Ouro Preto, em 8 de julho de 1711.

Como o número da população do novo território ia aumentando constantemente e a fim de reprimir de uma maneira mais eficaz todo o movimento da rebelião dos mineiros sobre os quais pesava o oneroso imposto do quinto, o governo da metrópole elevou, por provisão de 2 de dezembro de 1720, a capitania subalterna de Minas Gerais a estado de capitania geral, independente de São Paulo, com Vila Rica por capital.

Esta passou à categoria de cidade e tomou o seu antigo nome de Ouro Preto, por ocasião da independência do Brasil em 1822, vindo a ser a capital da província de Minas Gerais, sob o nome de 'Imperial cidade de Ouro Preto'.

A posição da capital de Minas foi decidida inteiramente pela riqueza dos terrenos sobre os quais ela se ergueu, porque, sobre todos os outros pontos de vista, não seria possível fazer pior escolha.

Por todos os lados ela está cercada por altas montanhas no meio das quais se distingue de longe o Itacolomy, com o seu pico estreito em forma de chifre arrombado.

Por toda a parte, na própria cidade, encontram-se numerosos vestígios das antigas obras. São montanhas remexidas, cujos flancos rasgados dão testemunho ainda hoje dos ataques dos homens.

Reservatórios imensos com as suas paredes de mais de dois metros de espessura, feitas de grandes pedaços de pedra, cimentados simplesmente de barro amassado, que o tempo endureceu e que a enxada dificilmente poderia atacar.

Vastos receptáculos aonde as águas auríferas vinham depositar as suas lamas preciosas que o mineiro apanhava para retirar o metal contido nelas.

E em todos os lados, pelas estradas que levam ao interior, só se encontram panos de muralhas (fortificações?) enegrecidos pelo tempo, ruínas de casas velhas, cujos alicerces ainda sólidos resistem às violentas tempestades que caem todos os anos nesses lugares e servem na maioria dos casos de alicerces às

novas casas que se edificam no seu próprio lugar, velhos despojos de uma vida febril, testemunhos de uma grandeza passada.

Vimos que a tropa dirigida pelo coronel Salvador Fernandes Furtado explorava um afluente do ribeirão do Carmo. Pouco a pouco, prosseguindo em suas investigações, eles chegaram ao próprio Ribeirão e dentro em pouco a afluência de exploradores nestas paragens deu em resultado a formação de um centro populoso muito importante para lançar os primeiros alicerces de uma vila que recebeu em 1711 o nome de ‘Villa do Carmo’ e por Carta Regia de 23 de abril de 1745 foi erigida em cidade com o nome de Mariana d’ Áustria, esposa de D. João V, por ocasião da criação de um bispado em Minas.

Por muito tempo os mineiros do Carmo ignoraram a vizinhança de Ouro Preto, que está apenas distante 12 quilômetros.

Contornavam para ali chegar, o maciço do Itacolomy, porque não existia caminho através das espessas florestas e das rochas escarpadas pelo meio das quais corria o rio que passava em Ouro Preto antes de chegar à vila do Carmo.

Contudo, chegaram a suspeitar da existência de obras de exploração na vizinhança pelo aspecto das águas turvas com a lavagem do ouro e conseguiram abrir caminho através dessas regiões quase impenetráveis, guiando-se pelas águas lodosas do rio.

Foi este durante muito tempo o único caminho que existiu entre as duas vilas.

Invadindo os espíritos cada vez mais a febre do ouro, viu-se correr para as minas aventureiros das capitâneas do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Porto Seguro, Sergipe e Pernambuco.

Daí numerosas lutas e sucessivos conflitos suscitados pela concorrência, mas a obrigação de espalharem-se trouxe a descoberta de novas regiões auríferas.

É NAS SUAS JAZIDAS DE OURO QUE O FÉRTIL TERRITÓRIO DE SABARÁ VIU SER EXPLORADO E VER AFLUIR UMA TAL AGLOMERAÇÃO DE GENTE QUE EM 17 DE JULHO DE 1711 RECEBEU O NOME DE VILLA DE SABARÁ.

A algumas léguas dele, as ricas regiões de Caeté atraíram os aventureiros. Eles fundaram uma vila que foi criada em 29 de janeiro de 1714, Villa Nova da Rainha.

Em 1720, os irmãos Albernaz (Francisco e Salvador Faria) chegaram ao sopé de uma alta montanha, de forma cônica, onde descobriram jazidas auríferas.

Deram-lhe o nome de Itabira (ita, pedra, bira, brilhante) e dentro em pouco vieram exploradores agrupar-se em redor deles e a localidade tomou o nome de Itabira do Matto-Dentro.

Por toda a parte havia provas da existência de ouro. Em Santa Bárbara, achavam-no nos cascalhos do rio. Em Catas Altas, encontraram-no disseminados na jacutinga.

Inficionado tirou o seu nome de um canal profundo em que o ouro existia em abundância. Camargos deveu seu nome a Thomaz Lopes de Camargos, um dos primeiros exploradores das jazidas auríferas de Ouro Preto, que veio estabelecer-se nesse lugar no correr do ano de 1701.

Aumentando-se cada vez mais as brigas entre os primeiros ocupantes e os que chegavam, o governador da capitania Antonio de Albuquerque, se dirigiu às minas no começo de 1711, para o fim de aí estabelecer a ordem e de instalar um regime regular com a formação de um código de leis relativas às minas.

Desgraçadamente o estabelecimento do imposto do quinto sobre o ouro e logo depois, a criação de quatro casas de fundição, em Villa Rica, Sabará, São João Del Rey e Villa do Príncipe (atual município de Serro), azedaram ainda mais os espíritos e arrebutaram numerosas revoltas.

Cada mineiro era obrigado a remeter aos empregados reais as pepitas e ouro em pó que colhiam. Estes retiraram a quinta parte (quinto) e o resto era purificado e fundido em barras, à custa do governo. Essas barras eram experimentadas e marcadas segundo o seu título e valor, depois remetidas a seu proprietário com uma guia.

Este imposto sobre o ouro era de tal modo oneroso que os mineiros empregaram todos os meios de subtrair-se a ele. A fraude tomou proporções consideráveis. Apesar das ordens as mais severas, faziam passar furtivamente para o Rio de Janeiro uma grande quantidade de ouro em estado bruto.

Para pôr um freio a isso, o novo governador mandou colocar barreiras nos principais pontos das estradas conhecidas. Aí as pessoas que vinham dos distritos das minas eram submetidas a um exame escrupuloso. Notava-se em um registro o certificado de que cada um devia estar munido e no qual estava designado o que ele trazia e o lugar para onde se dirigia.

Além disso, circulavam por todas as estradas do interior patrulhas que confiscavam em proveito da Coroa todo o ouro exportado por contrabando.

Apesar de tudo as fraudes continuaram e, para remediar a isso, modificou-se a forma do imposto, aplicando-o sucessivamente como fintas, contribuições anuais fixadas entre o governo e a câmara, por bateia admitida a trabalhar, ou por captação, número de trabalhadores empregados nas minas.

As ordens que os governos recebiam da metrópole, referiam-se na sua maioria, às variações no modo de cobrar o imposto sobre o ouro para a coroa e as providências a tomar para resistir aos motins dos mineiros.

Foi assim que, para estabelecer o sistema de capitação, o governador Martinho de Mendonça recebeu uma Carta Régia de 30 de outubro de 1733 ordenando em substância:

Informar-se do número de escravos que trabalham nas minas, visitar as casas de fundição, estudar o melhor meio de

percepção dos quintos, examinar o local mais conveniente para a residência dos governadores e cuja habitação com as aparências de uma casa apresente a segurança e a utilidade de uma fortaleza, ver se convém reservar alguns terrenos de minas, recolher todas as informações geográficas possíveis, fazendo tomar posse sob pretexto de cultivar os terrenos que pudessem convir à coroa.

Por mais que mudassem o sistema de imposto, nem por isso ficava ele menos oneroso para os infelizes mineiros. Acontecia-lhes frequentemente ter de pagar o imposto no momento em que, depois de ter empreendido custosas obras de roçadas de montanhas ou desvios do curso de algum rio, obras unicamente de despesas, se achavam completamente enganados em seus planos, não encontrando ouro, ou não podendo extraí-los por causa das dificuldades dos terrenos lamacentos ou de infiltrações continuas de águas, que inundavam as minas.

A exploração do leito dos rios, que era mais fácil e dava muitas vezes ótimos resultados, ficou dentro em pouco esgotada pela afluência das pessoas que se entregavam ao trabalho das minas.

Dentro em pouco foi necessário voltarem-se para as montanhas cujas jazidas tinham sido primitivamente abandonadas por causa das dificuldades maiores que havia em atacá-las.

Para facilitar as pesquisas, colocou-se fogo em imensas extensões de floresta e em pouco tempo as montanhas apresentavam um aspecto desnudado e completamente desolado.

Os mineiros, não podendo decidir-se a aventurar-se nas entranhas da terra, fazendo trabalho de mina e a deixar a claridade do dia, imaginaram aplicar às montanhas o método que seguiam no rio. Empregaram um pernicioso sistema que consistia em fazer um corte aberto (talho) no monte.

Para chegar à veia aurífera, eles retiravam os montes de terra que a cobriam, talhando de lado para chegar ao fundo sem

perigo e à medida que penetravam mais adiante se viam obrigados a alargar as bordas dessas imensas escavações, que no lugar da jazida tinham alguns palmos apenas.

Aumentando o vácuo, produziam-se desmoronamentos consumando a ruína do minério, escondendo em algumas horas o trabalho de longos meses. A jazida ficava perdida, depois de estar apenas arranhada na sua superfície. Reserva que o tempo guardou para o futuro!

Os mineiros, inábeis em lutar contra as forças da natureza, completamente ignorantes da arte de explorar as minas, sobrecarregados de vexames e impostos, acabavam por abandonar pouco a pouco o seu trabalho.

As minas que no começo do século passado, estavam em um estado cada vez mais florescente, começaram a perigar rapidamente a ponto de caírem em completa decadência no fim deste mesmo século.

Foi assim que na época em que as minas estavam em plena prosperidade, para o ano de 1750 mais ou menos, o número dos trabalhadores que se ocupavam no trabalho das minas, elevava-se a mais de 80.000, ao passo que em 1820 havia apenas 6.000 pessoas empregadas na extração do ouro.

Enquanto o quinto rendia em Minas 118 arrobas de ouro em 1750, ele não dava mais de 38 arrobas em 1799 e somente 7 arrobas em 1819.

Os mineiros, afinal desgostosos dos inúmeros trabalhos que tinham para colher um pouco de ouro e contando achar na fertilidade do solo mais recursos para satisfazer suas necessidades, abandonaram o picão (picareta) e a alavanca para se entregarem à agricultura.

Mas o fogo, posto imprudentemente em todos os lados para facilitar a descoberta do ouro e os inúmeros movimentos das terras, devidos aos trabalhos das minas, tinham tornado o solo impróprio à cultura. Eles abandonaram pouco a pouco a região das minas para procurar longe terrenos mais férteis.

O distrito mineiro despovoou-se pouco a pouco. Ouro Preto que no meado do século passado possuía mais de 80.000 habitantes contém apenas 8 a 10.000 hoje.

A esterilidade da umidade da serra, as gargantas e as escavações, um céu quase enevoadado, casas edificadas sem simetria em terrenos desiguais, com quintais estreitos, mal cultivados e separados uns dos outros por muros arruinados, eis o aspecto pouco lisonjeiro que oferece a capital da província de Minas Gerais.

As casas postas em cima de terrenos são acompanhadas de ruas mal calçadas, sem excetuar a mais mercantil e comprida, chamada a rua Direita. Qualificação bem mal justificada são de terra, chão e sem sobrado, cada uma com um quintal por traz.

O palácio do governo consta de um edifício quadrado que se parece mais com uma fortaleza que com um palácio, mormente olhando da banda de um fortim um pouco arruinado que fica a cavaleiro (em lugar superior) da cidade.

Tal é a descrição que Milliet de Saint-Adolphe fez de Ouro Preto, na época da plena decadência das minas. O seu aspecto hoje é pouco diferente. Vê-se que as instruções ao governador Martinho de Mendonça foram executadas. Ainda hoje o presidente habita o antigo palácio dos governadores.

As riquezas minerais, que poderiam ser uma fonte de prosperidade para este vasto território de Minas Gerais, foram desperdiçadas antes de seu completo esgotamento pelos antigos exploradores.

Já em 1799 José Vieira do Couto queixava-se disso: ‘esses mesmos montes que dizem estarem esgotados e lavrados, não se pode dizer senão que estão arranhados nas suas superfícies e que as veias dos metais se acham pela maior parte ainda intactos nos seus centros.

A ignorância dos mineiros e o descuido que houve de se instruir com tempo na sua profissão esta preciosa classe de

homens, é a causa única e ao mesmo tempo bastante, da decadência atual da mineração. ’

Em minha opinião, a culpa não é somente dos mineiros. O governo da metrópole foi também responsável por tal estado de coisas, por sua incúria em regulamentar o trabalho das minas e em dar uma boa direção aos trabalhos, enviando pessoas hábeis na arte das minas e capazes de guiar os mineiros. Não se ocupava deles senão para oprimi-los, como disso dão fé diversas instruções dirigidas aos governadores.

Foi só pela vinda da família real para o Brasil, que começaram a interessar-se com a sorte dos mineiros. O ministro de Estado, conde de Linhares, enviou a Minas, em 1811, um alemão, o Barão de Eschwége, para estudar a maneira como os mineiros poderiam tornar as suas minas mais produtivas e para fornecer-lhes esclarecimentos e conselhos.

Desgraçadamente estes persistiram nos seus erros antigos e recusaram-se a estabelecer algumas máquinas destinadas a facilitar o tratamento dos minerais.

Entretanto, esperando por seu exemplo, mostrar aos mineiros a melhor compreenderem os seus interesses, ele obteve, por decreto, em 1817, a autorização para formar uma companhia de minas e para isto comprou a mina da Passagem situada perto da aldeia do mesmo nome, a sete quilômetros de Vila Rica.

Ele instalou uma máquina de nove pilões e começou a furar uma profunda galeria destinada ao esgotamento das águas que inundaram a mina e que serve ainda hoje de galeria de esgoto.

Os acontecimentos políticos que surgiram em 1820 obrigaram-no a deixar o Brasil e impediram-no de assistir ao bom êxito de sua empresa que deu mais tarde bons resultados devidos a sua sábia administração.

Os esforços de Eschwége não foram inteiramente perdidos. Formando uma companhia ele abriu uma nova área para exploração de minas de ouro no Brasil. Depois, algumas

companhias, quase todas estrangeiras, formaram-se. Foi assim que em 1879, numa produção de 1825 quilogramas, representando 124 arrobas de ouro, as companhias produziram:

- Companhia de St. John Del Rey (Morro Velho e Cuiabá) 1.475 quilogramas.

- Companhia de Santa Bárbara..... 171 quilogramas.

- Companhia de D. Pedro North Del Rey (Morro de Santa Anna)38 quilogramas. (Total 1.686 quilogramas).

O que equivale a 115 arrobas de ouro. As nove restantes foram obtidas pelos raros mineiros que ainda exploram as suas minas, sempre seguindo os antigos processos, ao acaso e sem método.

Tomando a quinta parte desta produção, achamos que o valor do quinto tem sido de 25 arrobas, o que marca um ligeiro melhoramento no triste estado das minas no começo desse século (17).

Este progresso parece querer continuar, eis que às companhias precitadas devem-se juntar atualmente três novas companhias que se formaram depois.

A Companhia de Pitanguy, que nos primeiros seis meses destes anos produziu mais de 12 quilogramas de ouro. A Companhia de Ouro Preto, explorando a mina da Passagem que pertenceu outrora a Eschwége e a de Raposos: produz já de 15 a 20 quilogramas de ouro por mês.

A Companhia de Faria, tendo-se formada no princípio do ano, está ainda no período dos trabalhos preparatórios. Existem, pois, atualmente seis companhias de minas de ouro. Número muito restrito, quando se o compara com as numerosas minas exploradas no século passado. É que a formação de uma companhia só se efetua com grande lentidão e depois de se ter vencido grandes dificuldades.

Primeiramente, os capitais tornam-se raros. Ademais, os proprietários de uma mina não se decidem a vendê-la senão depois de longas e numerosas negociações.

Acontece frequentemente que não tendo ideia alguma do valor da jazida que possuem e persuadidos que elas contêm um tesouro, recusam as propostas além das quais uma companhia séria não pode passar sob pena de suicidar-se, e a entrar em qualquer combinação.

Preferem continuar a arranhar superficialmente a sua mina e a deteriorar assim um valor de que eles mesmos não tiram nenhum lucro, na impossibilidade em que estão de arranjar os meios apropriados para fazê-lo frutificar.

É preciso esperar que, com o tempo, vendo que as companhias concorrem para o progresso da indústria das minas e para a prosperidade do país, pelo movimento que se desenvolve em torno delas, as hesitações deles acabarão por cair por terra.

Possa Ouro Preto rever um dia os passados esplendorosos de Villa Rica!

Ouro Preto, 22 de outubro de 1887. P. Ferrano.”

INTENDÊNCIAS EXISTENTES NA PROVÍNCIA DE MINAS – PRIVILÉGIO CONCEDIDO AOS INGLESES - QUINTO DO OURO – 1827.

Em 1827, segundo fez constar o jornal “O Universal” em sua edição do dia 17 de setembro, existia na Província de Minas Gerais a seguintes intendências:

“Parabéns aos srs. oficiais da Intendência de Ouro Preto por terem já em que se ocupar. Três arrobas e tanto de ouro em pó acabam de chegar das lavras da Sociedade Inglesa do Gongo Soco para serem aqui fundidas.

Tanto é a abundância do precioso metal extraído naquelas minas, que já a intendência de Sabará não pode fundir quanto se lhe apresenta!

Mas o que se oferece de notável é o caso que aconteceu 5ª feira desta semana. Apenas se apresentou o ouro, o tenente-coronel Rodrigo Pereira Soares de Albergaria, escrivão da Intendência, quis extrair dele o quinto na forma do regimento, por onde se regula aquela Casa.

Foi-lhe, porém, objetado que os ingleses não pagarão o quinto do ouro na Província, porém sim o quarto e na Corte. Que estavam autorizados para isso por uma portaria do ex-ministro da fazenda o Sr. Marquês de Baependi, dirigida à junta da Fazenda.

(Os ingleses recolhiam para a Corte, o equivalente a 20%, enquanto os demais 25%).

Que tal prática era observada em Sabará, onde se lhe não quintava o ouro, mas entregavam-lhe as barras no mesmo valor com que tinham entrado. Pus-me a considerar, sr. Redator, em tantos abusos e por mais voltas que desse o meu entendimento, não foi possível resolver algumas dúvidas, que me ocorreram.

A 1ª que muito naturalmente se oferece-lhe a combinação do estado atual das nossas finanças com a escandalosa proteção concedida aos ingleses. Por eles pagarem o 4º do ouro que manifestarem nas Fundições, faz isto uma diferença muito notável pela qualidade da moeda em que pagam. Se for em notas do banco dão realmente a metade do que deveriam dar. E se pagarem em prata, ainda assim fica lesada a Fazenda Pública.

Ora, não parece muito justo que estando nós em grande apuro de finanças, expostos a sermos sobrecarregados demais tributos do que aqueles que pagávamos até agora, com uma grande dívida nacional que cumpre pagar à custa de todos os sacrifícios.

Não parece justo (torno a dizer) que se concedam tão escandalosos privilégios a favor de estrangeiros, que só nos vem tirar as nossas preciosidades, deixando em troca delas as suas

manufaturas que reduzidas a notas do Banco no Rio de Janeiro sobem para Minas a elevar o câmbio dos cobres a 30 por cento, e talvez mais. E o que diz a isto, sr. Redator!

NOTA: segue uma interessante alegação sobre a hierarquia das leis. Se uma simples portaria do ministro de fazenda poderia revogar a lei do quinto, votada pelo poder legislativo, etc.).

No final, completa, - Bem digo também em saber quais foram as razões porque outro ministro de Estado referendou o decreto, concedendo à Sociedade Inglesa a faculdade de comprar a melhor lavra, que se achava então descoberta e em atual exercício no Brasil, quando pelo decreto de criação de tal Sociedade apenas se lhe concedia o comprar lavras deixadas e impossibilitadas de se poder nelas trabalhar.

Seria patriotismo, ou seria patronato aos ingleses, ou seria interesse peculiar? Eis mais outra dúvida, que ainda não pude resolver.....”

BREVE SOBREVÃO NA HISTÓRIA DA MUDANÇA DA CAPITAL DE OURO PRETO DE 1720 A 1901.

Mariana, em 1712, foi a primeira capital da Província de Minas Gerais. Em 1720, foi oficializada Vila Rica como a capital.

Salomão de Vasconcellos, ex-membro do IHGMM (Já falecido) trouxe uma interessante notícia sobre as origens de Mariana e Ouro Preto. Diz ele:

“Mariana, o território, foi inegavelmente descoberto em 1696; está na história. Existe todavia, na Cúria Metropolitana, uma certidão de batismo, extraída do curato de Camargos, datada de 1690! Seis anos antes!

Ouro Preto foi descoberto, se a história está certa, em 1698. E um livro da Irmandade Rosário, datado de 1715, afirma que

trinta anos antes desse livro já existia ali essa Irmandade, ou seja em 1685, portanto treze anos antes da descoberta de Ouro Preto!”

A partir 1720, diversos locais foram cogitados para serem a capital, como se demonstra na sequência a seguir:

1720 – Quando a capital era em Ribeirão do Carmo (Atual cidade de Mariana) o Conde de Assumar propôs ao Rei a mudança para Cachoeira do Campo.

1721 - Já instalada a capital em Vila Rica (Atual cidade de Ouro Preto), o então Governador D. Lourenço de Almeida, pensava não ser a solução definitiva, em face da topografia e difíceis condições de vida e de comunicação.

1789 – Os Inconfidentes sugeriam a mudança da capital de Ouro Preto para São João Del Rei.

1833/1834 – Cogitou-se a mudança para Mariana ou São João Del Rei.

1836 - a Assembleia Provincial ventilou sobre a necessidade da mudança da capital de Ouro Preto para outro lugar.

1867 - A Assembleia Provincial aprovou a mudança para Jequitibá, nas margens do Rio das Velhas e/ou entre Jequitibá e a vila de Guacui.

Contudo, o Presidente da província de então, vetou a lei, tendo a Assembleia Provincial, sem sucesso, tentado derrubar o veto.

1889 –Em 18 de novembro desse ano, no alvorecer da era republicana, o Vice-Presidente da Câmara de São João Del Rei solicitou ao Presidente do Estado a mudança para aquela localidade.

A HISTÓRIA DA MUDANÇA DEFINITIVA.

CURRAL DEL REI, NOMES SUGERIDOS PARA TROCÁ-LO.

1889 -Nesse ano, em reunião Clube Republicano, foram sugeridos os seguintes nomes, em substituição ao de Curral Del Rei:

TERRA NOVA - SOUZA CRUZ, NOVA FLORESTA, CRUZEIRO DO SUL E NOVO HORIZONTE.

Por maioria, foi escolhida a denominação de Novo Horizonte que, apresentada a João Pinheiro da Silva, a rejeitou por considera-la inexpressiva.

JOÃO PINHEIRO ESCOLHE OUTRO NOME.

No dia 12 de abril de 1890, antes mesmo do Congresso Constituinte Mineiro deliberar sobre a mudança da capital, Curral Del Rei, através do decreto nº 36, assinado pelo Presidente do Estado Dr. JOÃO PINHEIRO DA SILVA, passou a denominar-se Belo Horizonte, a pedido do povo de Sabará.

1890 – Mas já nesse ano, a ideia da mudança da capital ganhou força fortalecida pela implantação da república, tendo Carlindo Lellis (Patrono da Cadeira nº 12 da Academia Mineira de Letras) escrito na ocasião:

“Os republicanos instalados no Governo Federal desejavam a mudança da capital para o centro geográfico do Estado, não somente para desenvolver Minas política e economicamente, mas também porque Ouro Preto, além de não oferecer condições adequadas face o seu relevo acidentado, guardava em sua história as marcas de um passado de dominação portuguesa, da qual se queria distanciar”

Nessa época, surgiram novas localidades, tais como: Belo Horizonte, Lagoa Santa, Quinta do Sumidouro, Fazenda da Jaguará, Barra do Jequitibá, Sete Lagoas, Fazenda do Campo Alegre, Matozinhos e Juiz de Fora.

Também se cogitou os nomes de Catas Altas do Mato Dentro, Santa Bárbara do Mato Dentro, São Francisco (Distrito de Santa Babara), Serra do Caraça, Planalto do Pium-I e Vale do Rio Doce.

A partir de 27 de novembro de 1893, por falta de clima em Ouro Preto, o Congresso Mineiro, formado por senadores e deputados, se reuniu em Barbacena para escolher, entre as localidades determinadas pelo Congresso Constituinte, a nova capital.

Por 35 contra 34 votos, inclui-se na Constituição Mineira um artigo que dispôs sobre a mudança.

As candidatas à sucessão apresentaram-se: Juiz de Fora, Barbacena, Santa Bárbara e uma infinidade de pequenas vilas.

Todo lugarzinho encarapitado num planalto formoso, com boa água e bom clima, tornou-se virtual concorrente à posse das insígnias que se iam arrebatam à ilustre Vila Rica, onde outrora retumbavam hinos....

Portanto, a Constituição estadual descartou todos s outras localidades e se concentrou nas cinco adiante citadas.

A lei adicional à Constituição estadual de nº 1, de 28.10.1891, determinou:

O Presidente do Estado mandará com urgência, por uma ou mais comissões de sua livre nomeação, proceder a estudos nos seguintes lugares, para dentre eles ser escolhido um para o qual seja mudada a Capital do Estado: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora.

Paço do Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais, em Ouro Preto, aos 28 de outubro de 1891.

Chrispim Jacques Bias Fortes

Octavio Ottoni

João Gomes Rebello Horta

Dr. Carlos Ferreira Alves

Manoel José da Silva

Empossado a 14 de julho de 1892, o Presidente do Estado Afonso Pena executou imediatamente a lei adicional nº 1, nomeando o engenheiro Aarão Reis para organizar e dirigir a comissão das localidades indicadas e cujo relatório deveria ser apresentado ao Congresso, em 1893.

A COMISSÃO FOI COMPOSTA DOS SEGUINTE PROISSIONAIS.

O dr. José Carvalho de Almeida, a Várzea do Marçal; o dr. Samuel Gomes Pereira, o arraial de Belo Horizonte; o dr. Manuel da Silva Couto, a cidade de Barbacena; o dr. Eugênio de Barros Raja Gabaglia, a cidade de Juiz de Fora; o dr. Luiz Martinho de Moraes, a Paraúna. Para higienista geral foi nomeado o dr. José Ricardo Pires de Almeida e contratou um desenhista, um auxiliar administrativo, 5 auxiliares técnicos e um auxiliar de escrita.

APRESENTADO O RELATÓRIO DA COMISSÃO.

Em junho de 1893, Aarão Reis apresentou ao Govêrno o relatório no qual se concluía ser difícil a escolha entre Belo Horizonte e Várzea do Marçal, mas opinando favoravelmente pela escolha desta última localidade, por oferecer melhores condições econômicas.

VOTO DISCORDANTE.

O deputado Camillo Philinto Prates discordou da conclusão da comissão, declarando:

“Quanto à escolha do lugar, declaro, de plano, que o parecer técnico deixou-me mais duvidoso do que estava antes de o ler.

Os dois lugares – Belo Horizonte e Várzea do Marçal – que disputam, no dizer do chefe da comissão técnica, a preferência, são – o primeiro infectado endemicamente pelo bócio e cretinismo, e o segundo um vasto pântano, com lençol d’água a um metro de profundidade e, de mais a mais, alagado pelas enchentes dos rios que o circundam.

Os outros: Juiz de Fora é a cidade conquistada aos pântanos do Paraibuna, onde o paludismo reina sem contraste; Paraúna é carregado de múltiplas espécies nosológicas (doenças) que, no dizer do higienista, muito prejudicariam à formação de uma cidade como desejamos para Capital de Minas.

Só Barbacena tem um bom clima e com as condições de saúde desejável e ordenada na Constituição.

Mas diz o chefe da comissão técnica, não pode ser abastecida de água potável, senão com fabulosas despesas, o que aliás não é proibido pela disposição constitucional que não limitou crédito”

RESTRIÇÃO A BELO HORIZONTE.

Ventilou-se na época que o Palácio do Governo mantinha uma certa preferência por Belo Horizonte, razão pela qual começaram a surgir as restrições a seguir, combatida por Dr. José Pedro Drummond, natural de São Domingos do Prata, que decidiu conferir pessoalmente.

UMA DAS RESTRIÇÕES A BELO HORIZONTE SERIA A DE POSSUIR UM ELEVADO NÚMERO DE PAPUDOS (BÓCIO).

O senador e médico dr. José Pedro Drummond, em um dos trechos de seus pronunciamento no Congresso Mineiros, após visitar Belo Horizonte, concluiu:

“(…) Eu, depois que examinei esta questão, e que resolvi dar meu voto pelo Belo Horizonte, tratei de indagar se somente ali havia papudos, embora na pequena porcentagem por mim observada, e tenho verificado a sua existência em toda a parte.

Sr. Presidente, o clima de Barbacena, por exemplo, é o clima apontado como um dos melhores do Estado de Minas, ninguém pode contestar; e no entanto, nestes poucos dias que aqui estou, já vi nove papudos na cidade. (..)”

Eu apelo para os ilustres congressistas, que me digam se em suas localidades não existe um ou outro indivíduo com bócio?”

TRECHO DE UMA REPORTAGEM DO JORNAL “O CONTEMPORÂNEO”, DE OUTUBRO DE 1893, FAVORÁVEL A BELO HORIZONTE, POUCO ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO CONGRESSO MINEIRO, QUE SE REUNIRIA EM BARBACENA, A PARTIR DE NOVEMBRO DE 1893.

“(...) Belo Horizonte está fadado a ser uma enorme e elegantíssima cidade, não só pela sua posição topográfica, como pelo seu magnífico clima e água em abundância e adjacências fertilíssimas ocupadas por muitas madeiras de primeira qualidade.

A grande quantidade de ferro superior, que quase constitui a massa total das montanhas, que, além de serem fonte de suas águas, dão ao terreno uma fraca inclinação que vai desaparecer nos ribeirões que cortam transversalmente aquela localidade, admiraram ao sábio mineralógico dr. H. Gorceix, que sintetizou aquilo nesta única expressão:

“Que riqueza!

Belo Horizonte, pois, se oferece como melhor local para a capital de Minas, pela sua posição à margem do Rio das Velhas e pela proximidade de SABARÁ, que é ligada ao Rio de Janeiro pela estrada Central (grifos meus).

O Rio das Velhas oferece uma extensão de 125 léguas navegáveis até a sua foz, na sua confluência com o de São Francisco, que constitui uma rede íntima de comunicações com o norte futurosíssimo do Estado(...).”

TRECHO DO PRONUNCIAMENTO DO SENADOR JOSÉ PEDRO XAVIER DA VEIGA EM DEFESA DE OURO PRETO.

“(..) É a resultante lógica, é a resultante fatal da adoção deste projeto lamentável, conforme ele se acha concebido! Tudo ruirá ali, tudo se desmoronará! Nem sequer ficará, talvez, ereto seu pedestal de granito, o monumento colossal erguido pela justiça e pela gratidão do Congresso Mineiro ao protomártir da liberdade nacional, no mesmo lugar em que sua cabeça esteve exposta em um poste infame, por ignominiosa sentença da tirania colonial.

Tudo se derrocará, sr. Presidente, mas alguma coisa há de ficar. Não de ficar as ruínas, as vastas ruínas daquela terra de tradições e de glórias, que se pretende transformar em lúgubre necrópole, simbolizando, no seu silêncio desolador, um protesto perpétuo contra esta obra de injustiça e de ingratição, de devastação e de iniquidade, verdadeiro matricídio político que há de comover as gerações por virem! (Apoiados e muito bem dos srs. C. Sena e C. de Britto).

Ficarão as ruínas, srs. ... e sobre esse venerando esqueleto do velho e glorioso Ouro Preto há de a história, a história que não tem paixões e que não tem interesses, a não ser a paixão da justiça e o interesse da verdade, há de a história estender o manto estrelado de sua consagração – homenagem perene que fulgirá (Abrilhanará, distinguir) através dos séculos! (Muito bem! O orador é felicitado por muitos srs, congressistas e espectadores).”

SÚMULA DA REPRESENTAÇÃO DE OURO PRETO DIRIGIDA AO CONGRESSO MINEIRO CINCO DIAS APÓS A SUA INSTALAÇÃO:

(...)Assim, se atribuiu a esta população pacífica o propósito de tentar coagir os vossos votos a satisfazerem os desejos dos cidadãos de Ouro Preto, no tocante a essa questão de suma importância para a cidade.

Senhores representantes de Minas Gerais, o povo de Ouro Preto guarda religiosamente a lembrança do que foram e do que fizeram os seus antepassados sempre que o despotismo os oprimiu.

Nenhum dos cidadãos da velha Vila Rica esqueceu que a cidade coração de Minas Gerais em defesa de seus direitos e da sua honra, trazer para a praça pública a bravura e a vida de seus filhos, quando seu trabalho e a sua altivez se viam insultados por uma tirania qualquer.

Assim, se atribuiu a esta população pacífica o propósito de tentar coagir os vossos votos a satisfazerem os desejos dos cidadãos de Ouro Preto, no tocante a essa questão de suma importância para a cidade.

Senhores representantes de Minas Gerais, o povo de Ouro Preto guarda religiosamente a lembrança do que foram e do que fizeram os seus antepassados sempre que o despotismo os oprimiu.

Nenhum dos cidadãos da velha Vila Rica esqueceu que a cidade coração de Minas Gerais em defesa de seus direitos e da sua honra, trazer para a praça pública a bravura e a vida de seus filhos, quando seu trabalho e a sua altivez se viam insultados por uma tirania qualquer.

Não nos cabe também mostrar o prejuízo financeiro que a mudança da Capital trará para o Estado. Membros competentes dessa assembleia já tem, no decorrer da discussão, elucidado cabalmente esse ponto.

Senhores Representantes de Minas Gerais – O povo de Ouro Preto contenta-se com levar ao vosso conhecimento a à vossa consideração esta representação.

O seu fim principal é dar ao ânimo do Congresso a segurança de que Minas inteira pode contar com o apoio deste povo para tudo quanto depender do seu patriotismo e de sua fraternidade.

O Congresso ver a tudo quanto se apresentar ao seu alto critério. Pesará todas as considerações que lhe ocorrem e decidirá, esperamos, como for de justiça, atendendo a que esta questão é das que mais interessam a prosperidade do Estado, certo de que o povo de Ouro Preto, quando trata de seus interesses, está tratando dos interesses de todo o povo mineiro. (...)"

Ouro Preto, 26 de novembro de 1893, Benjamim de Miranda Lima.

SINTESE DO QUE O CONGRESSO MINEIRO REUNIDO EM BARBACENA DECIDIU.

Em 22.11.1893, o Congresso Mineiro, instalado provisoriamente em Barbacena, começou a funcionar, em sessões extraordinárias, com a missão de escolher a nova capital.

Na primeira sessão, o deputado Francisco Antônio de Salles relator do primeiro parecer, sugeriu, com base na conclusão da Comissão dos técnicos, que Várzea do Marçal fosse o local escolhido.

O parecer da Comissão técnica, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, foi duramente criticado, em diversas de suas conclusões, no decorrer dos debates.

O DEBATE PRELIMINAR.

Congressistas representando os interesses de Ouro Preto, vendo que no mérito a matéria estava decidida pela necessidade de se escolher uma nova capital, apegaram-se, inteligentemente, em suscitar, amparados até em pareceres de juristas da época, UMA PRELIMINAR DE CADUCIDADE, ao argumento, em síntese, e que se até a segunda sessão não ficasse definida a escolha da capital, ocorreria a decadência.

Eles foram buscar fundamentos quanto a caducidade no art. 13, por não ter sido cumprida a disposição do § 3º do mesmo artigo, a seguir transcritos.

Art. 13 – É decretada a mudança da Capital do Estado para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade.

§ 1º - Encetada a 1ª sessão ordinária, reunidas as duas câmaras em Congresso, este determinará quais os pontos que devam ser estudados e bem assim nomeará ou requisitará do presidente do Estado a nomeação de uma ou mais comissões e profissionais, de modo que estudos completos sobre os pontos indicados sejam presentes ao Congresso no primeiro dia de sua segunda sessão ordinária.

§ 2º -

§ 3º - Durante a 2ª sessão ordinária, reunidas as duas câmaras em Congresso, este, à vista dos estudos, determinará o ponto para onde se fará a mudança e essa lei fará parte da presente Constituição.

Após longos debates, cada parte se agasalhando em pareceres de juristas, a preliminar restou vencida e seguiu-se as votações para a escolha da nova capital.

NOTA: Os debates, na integra, estão transcritos no livro “1893 – Sessões do Congresso Mineiro para escolha da nova capital”, disponível no google na galeria Edelberto.

1893 – Em dezembro desse ano, após Várzea do Marçal ter sido a escolhida por ampla maioria nas duas primeiras votações, foi realizada a 3ª e última, na qual houve, entre outros, participação decisiva do senador estadual, natural de São Domingos do Prata, Dr. Pedro Drummond.

Belo Horizonte (Então distrito de Sabará) saiu vencedora pelo placar de 30 votos contra 28 dados a Várzea do Marçal.

Sobre a participação de senador Dr. José Pedro Drummond, escreveu Abílio Barreto, membro do IHGMG:

“Proferiu notável discurso, constantemente apartado, e que impressionou fortemente a assembleia, pela firmeza dos argumentos, pondo em confronto Várzea do Marçal e Belo Horizonte, para concluir pela indiscutível vantagem de Belo Horizonte.”

CONGRESSISTA MINEIROS QUE PARTICIPARAM E VOTARAM NA ÚLTIMA SESSÃO DO CONGRESSO MINEIRO PARA A ESCOLHA DA NOVA CAPITAL DE MINAS GERAIS.

ATA DE ENCERRAMENTO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM BARBACENA, AOS 18 DE DEZEMBRO DE 1893.

Presidência do sr. BIAS FORTES.

A uma hora da tarde, feita a chamada, acham-se presentes os srs. Bias Fortes, Gomes da Silva, Rebello Horta, Coelho de Moura, Álvaro Matta, Alexandre Barbosa, Nelson, Silva Fortes, Roquette, Levindo Lopes, Octavio Ottoni, Eloy Reis, Carlos Marques, Souza Moreira, Marianno de Abreu, Targino Silva, Gonçalves Ferreira, João Bráulio, Bueno Brandão, Viotti, Duarte da Fonseca, Costa Reis, Manoel Alves, Bernardino de Lima, Frederico Augusto, João Luiz, Henrique Diniz, Tavares de Mello, Eduardo Pimentel, Abeilard, Augusto Clementino, Severiano de Rezende, Theodomiro e Kubstickeck, faltando com causa participada os srs. Antonio Carlos, Camillo Prates, Nogueira, Ignacio Murta, Leopoldino dos Passos, Manoel da Silva, Ernesto Braga e Monte Raso e sem ela os demais.

Abre-se a sessão. O sr. Presidente declara que está encerrada a sessão extraordinária do Congresso, convocado para Barbacena a fim de tratar da fixação do ponto onde deve ser edificada a capital do Estado.

Em seguida é lida e aprovada a presente ata, tendo servido de 1º secretário o sr. Gomes da Silva. Levanta-se a sessão.

CONGRESSISTAS QUE VOTARAM A FAVOR DE BELO HORIZONTE.

- 1 -ÁLVARO DA MATTA MACHADO – Senador.**
- 2 -ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADE – Senador.**
- 3 -ANTÔNIO MARTINS FERREIRA DA SILVA – Senador.**
- 4 -AUGUSTO CLEMENTINO DA SILVA – Deputado.**
- 5 -AUGUSTO GONÇALVES DE SOUZA MOREIRA – Deputado.**
- 6 -BERNARDINO AUGUSTO DE LIMA – Deputado.**
- 7 -CAMILLO AUGUSTO MARIA DE BRITTO - Senador.**
- 8 -CARLOS DA SILVA FORTES – Deputado.**
- 9 -CARLOS FERREIRA ALVES – Senador.**
- 10 -CHISPIM JACQUES BIAS FORTES - Presidente do Congresso.**
- 11 -EUGÊNIO SIMPLÍCIO DE SALLES – Deputado.**
- 12 -FRANCISCO DE PAULA ROCHA LAGOA – Senador.**
- 13 -FREDERICO AUGUSTO ÁLVARES DA SILVA – Senador**
- 14 -HENRIQUE AUGUSTO DE OLIVEIRA DINIZ – Deputado.**
- 15 -JOÃO GOMES REBELLO HORTA - Senador.**
- 16 -JOÃO LUIZ DE ALMEIDA E SILVA – Deputado.**
- 17 -JOÃO NEPOMUCENO KUBITSCHECK – Senador.**
- 18 -JOAQUIM CÂNDIDO DA COSTA SENA – Senador.**
- 19 -JOSÉ PEDRO DRUMMOND - Senador.**
- 20 -JOSÉ PEDRO XAVIER DA VEIGA – Senador.**
- 21 -JOSÉ TAVARES DE MELO – Deputado.**
- 22 -JOSÉ TAVARES DE MELO – Deputado.**
- 23 –MANOEL ALVES PEREIRA– Deputado.**
- 24 -MANOEL TEIXEIRA DA COSTA – Deputado.**

25 -MANOEL TEIXEIRA DA COSTA – Deputado.

26 -NELSON DARIO PIMENTEL BARBOSA – Deputado.

27 -SABINO BARROSO JUNIOR – Deputado.

28 -THEODOMIRO PEREIRA – Senador.

29 -VIRGÍLIO M. DE MELLO FRANCO – Senador.

30. -VIRIATO DINIZ MASCARENHAS – Deputado.

DECIDIDO QUE BELO HORIZONTE SERIA A NOVA CAPITAL, FOI PROMULGADA A LEI ADICIONAL N/º 3, DE 17.12.1893.

Que em seu artigo 1º dispunha:

Art. 1º - Fica designado o Belo Horizonte para aí se construir a capital do estado”.

OS PRIMEIROS PLANEJAMENTOS.

Já os artigos 2ºao 8º da mencionada lei, determinavam:

Art. 2º - Fica o governo autorizado:

1º - a mandar organizar o plano definitivo da nova cidade sob as seguintes bases:

- a) Divisão do terreno em lotes destinados a edificações urbanas, a quintas ou chácaras, com determinação dos preços de cada categoria, atendendo a sua colocação, proximidade do centro da cidade e outras condições que possam influir no respectivo valor.**
- b) Determinação dos terrenos que devem ser reservados para edifícios públicos do Estado, ou da União e municipalidade, praças, jardins, passeios públicos, mercados, estações de estradas de ferro e tramways**

(bondes), casas de caridade, hospitais, templos e cemitérios.

2º - a proceder a desapropriação dos terrenos particulares compreendidos na planta que for aprovada.

3º - a estabelecer em regulamento os planos, condições higiênicas e arquitetônicas que devem presidir as edificações, assim como tempo e modo das concessões.

4º - a mandar proceder o orçamento dos edifícios públicos necessários que serão feitos por administração, ou cedidos a particulares ou empresas, mediante concorrência, conforme julgar mais conveniente aos interesses do Estado.

5ª - a conceder a particulares ou empresas favores para o serviço de iluminação, abastecimento d'água, esgotos e viação urbana, sujeitando-os à aprovação do Congresso, ou a realizar esse serviço por administração.

6º - a estipular, nas concessões que fizer, condições para promover construções de casas destinadas aos empregados públicos de que trata o n.7 do art. 2º, de modo a facilitar-lhes o pagamento em prestações, que poderão ser deduzidas de seus vencimentos, se o requererem.

Igualmente promoverá a construção de casas em condições higiênicas e de aluguel barato para operários.

7º - a conceder aos atuais funcionários que por lei têm residência obrigatória na capital, que o requererem, um lote para construção de casa ou chácara, antes de serem postos em hasta pública.

8º - a conceder, a título gratuito, aos atuais proprietários de casas em Ouro Preto, situadas no perímetro para cobrança do imposto predial, um lote correspondente a área edificada e habitada que possuírem, se o requererem de conformidade com o regulamento.

Se esta área for inferior à exigida para edificações segundo a planta aprovada, o proprietário deverá completá-la adquirindo o terreno necessário, que lhe será concedido pelo preço mínimo estabelecido no regulamento.

Art. 3º - As concessões de lotes gratuitos, ou a título de compra, são todas com a cláusula de fazerem os concessionários as edificações dentro de um prazo razoável, que será determinado em regulamento e não excedente de 2 anos além do prazo estabelecido no art. 6º.

Quando não se verifique esta condição, caducará a concessão, revertendo o lote ao domínio do Estado sem indenização.

Se houver, porém, benfeitorias, serão estas vendidas em hasta pública, e o produto da venda pertencerá a quem de direito, deduzidas as despesas de arrematação.

Art. 4º - É lícito aos concessionários de lotes gratuitos cedê-los sob as mesmas condições com que os possuem.

Art.5º - Para ocorrer às despesas com a execução desta lei, fica aberto ao governo, desde já, um crédito de cinco mil contos de réis, podendo lançar mão dos saldos da receita, ou fazer as operações de crédito necessárias não excedendo o juro de 6% ao ano.

Não sendo suficiente esse crédito, poderá o Presidente do Estado abrir créditos suplementares que forem necessários, sujeitando-os à aprovação do Congresso.

Art. 6º - Fica determinado o prazo máximo de (4) quatro anos para definitiva transferência do Governo para a nova Capital, podendo, porém, o Presidente do Estado transferir provisoriamente desde já, a sede do Governo para qualquer ponto do Estado, se o interesse público o exigir.

Art. 7º - São declaradas sem efeito algum quaisquer concessões de terras ou preferências estipuladas para edificações, feitas até esta data, que tenham relação com a construção da nova Capital.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das comissões, 26 de julho de 1893.

**João Nepomuceno Kubstickeck – Francisco Salles – relator
– Eduardo Pimentel – Carlos Alves, presidente da comissão –
Octávio Ottoni. – Manoel Eustachio Martins de Andrade.**

DESAPROPRIÇÕES.

1894 – Através do decreto nº 712, de 14 de maio do mesmo ano, foi autorizada a desapropriação de todos os terrenos, prédios e benfeitorias do distrito de Belo Horizonte, município de Sabará, que se achavam compreendidos em uma planta previamente aprovada pela comissão de estudos das localidades indicadas para capital do Estado.

DESLIGA DO TERRITÓRIO DE SABARÁ.

Ainda em 1894, através do decreto nº 716, de 05 de junho, assinado por Afonso Pena (Afonso Augusto Moreira Penna), então Presidente do Estado, ficou desligado do município de Sabará, o território do distrito de Belo Horizonte, ex- Curral Del Rei.

CIDADE DE MINAS.

1897 – Em 12 de dezembro de 1897, através do decreto nº 1085, do Presidente do Estado, Chrispim Jacques Bias Fortes, é declarada instalada a CIDADE DE MINAS e para ela é transferida de Ouro Preto, a sede dos Poderes Públicos do Estado de Minas Gerais.

NOME DEFINITIVO.

1901 – Em 1º de julho de 1901, através da lei nº 302, mudou-se, definitivamente, o nome da nova capital de Cidade de Minas, para BELO HORIZONTE.

NOTA: A íntegra das sessões do Congresso mineiro está transcrita no livro “1893 – Escolha do Congresso Minieuro para Escolha na nova capital de Minas Gerias.” e a dos pronunciamentos do Dr. José Pedro Drummond, no livro “Fragmentos da história de Minas Gerais”, a partir da página 50. A ambos livros disponibilizados na google na galeria Edelberto.

PARTE DO QUE JÁ ESTAVA SENDO CONSTRUIDO NA PRAÇA DA LIBERDADE – 1894.

NOTICIA DO JORNAL “MINAS GERAIS”, EDIÇÃO DE 10/06/1894 (em ortografia atual)

“.....Em primeiro lugar foram visitadas as obras, consideravelmente adiantadas, do Palácio Presidencial, da Secretaria do Interior, da Secretaria das Finanças e da Imprensa oficial, e bem assim, os alicerces já concluídos da Secretaria da Agricultura.

Temos por vezes feito referência ao estado dessas obras em transcrições d’ A Capital, é conveniente, porém, acrescentar que os Palácios da Presidência e das Secretarias do Interior e das Finanças, bem como o vasto edifício da Imprensa, já estão com o pavimento inferior e parte do superior erguidos.”

A NOVA CAPITAL FOI A PRIMEIRA CIDADE PLANEJADA NO PAÍS.

A “Revista Industrial de Minas”, em uma edição de 1896, publicou (ortografia atual):

“Os trabalhos relativos à fundação e edificação da nova capital do Estado, em Belo Horizonte, prosseguem com toda atividade, e, apesar de alguns embaraços provenientes em parte das dificuldades no serviço de tráfego da Estrada de Ferro Central do Brasil, e, em parte, do tempo excessivamente chuvoso nos últimos meses, tudo faz, entretanto, pressagiar que a transferência da sede do governo poderá efetivar-se dentro do prazo constitucional, que termina a 17 de dezembro de 1897.

Os estudos definitivos foram feitos para o delineamento e projeto de uma cidade com proporções para 200.000 habitantes, de modo que, em seu desenvolvimento gradual, obedeça sempre,

quanto aos alinhamentos, declividades e mais condições técnicas, a um plano de conjunto, prévia e corretamente organizado.

Por enquanto, o plano de obras se limita a zona estritamente indispensável para a localização de cerca de 30.000 habitantes, máximo da população com que se poderá contar nos primeiros anos.

Tem-se procurado dar ao problema da construção da nova capital a mais conveniente solução, procurando-se, o quanto possível, em restringir as despesas, sem sacrificar as condições técnicas a que é mister obedeça o plano de obras a executar-se.

Nesse intuito, foi organizada a planta geral da futura cidade, dispondo-se, no centro, no local do antigo arraial de Belo Horizonte, a área urbana, contendo cerca de 9.000.000 m², dividida em quarteirões de 120m x 120m, dispostos em ruas largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos e em avenidas que as cortam em ângulos de 45°.

Às ruas foi dada, em regra, a largura de 20 metros, suficiente para a conveniente arborização, livre circulação dos veículos, tráfego de carros e trabalhos de colocação e reparação das canalizações subterrâneas.

A uma das avenidas, que corta a zona urbana de norte a sul, e é destinada à ligação de bairros opostos, foi dada a largura de 50m, podendo ela constituir-se o centro obrigatório da cidade, de modo a ir-se desenvolvendo a população do centro para a periferia, como convém à economia municipal, ao conveniente serviço de higiene sanitária e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos.

Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que de futuro será uma das mais apreciáveis belezas da nova cidade.

A zona suburbana, na qual os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e as ruas, traçadas de conformidade com a topografia local, têm apenas 11 metros de largura,

circunda inteiramente a urbana, formando vários quarteirões e é por sua vez limitada por uma 3ª zona, reservada para os sítios destinados à pequena lavoura.

Para a localização dos 30.000 habitantes estão reservadas as seções de 1 a 7 da zona urbana, compreendidas em uma facha limitada por 2 linhas paralelas, que partem de 2 das principais avenidas.

A parte central dessa fachada, onde dá-se a confluência do córrego “Acaba Mundo” com o ribeirão dos “Arrudas”, onde existem várias fontes naturais, visto ser a topografia do terreno muito acidentada, ficou reservada para um grande parque, que, pela ondulação do solo, exigirá relativamente pequeno dispêndio para o fim a que é destinado, podendo constituir-se dentro de pouco tempo o maior atrativo da nova cidade, cujo clima seco e saudável é dos melhores que temos no Estado.

As obras a executar-se nesses 20 meses em vista do disposto no preceito constitucional não se elevarão provavelmente a mais de 18:000:000\$000, cifra que não se afasta desproporcionalmente das primitivas avaliações, feitas sem dados certos e regulares, e que fica muito aquém dos cálculos feitos pelos timoratos.

(.....). Os estudos definitivos para a construção da cidade foram realizados em curto prazo e com perfeição técnica.

Em menos de um ano foi levantada a planta geodésica, topográfica e cadastral de uma zona de cerca de 50.000.000.000m² ou 5.000 hectares, onde existiam mais de 400 edificações, sendo a primeira vez que se executa, de um modo completo, semelhante trabalho em nosso país.

Acham-se contratados e em via de execução as obras para a construção do palácio presidencial para a canalização de águas potáveis e serviço completo de esgotos, e para a construção da igreja e da capela, que foi mister mandar construir em substituição das que têm de ser demolidas.

Acham-se também bastante adiantadas as obras do parque, as de construção dos edifícios destinados aos trabalhos do

Congresso, cuja planta foi já aprovada, das secretárias de Estado e do Fórum.

Mais um edifício para o Externato do Ginásio Mineiro, dois outros para as escolas públicas estaduais e um para o quartel do 1º batalhão da Brigada Policial completarão os edifícios públicos, cuja construção se torna por enquanto necessária.

Aprovada como se acha a planta geral da nova cidade, já foram expostos à venda, mediante concorrência pública, os primeiros lotes de terrenos para edificações particulares.

Tal tem sido o desejo geral que se nota da aquisição desses lotes, que não será de estranhar-se que, quando tenha o governo estadual de fazer sua transferência para a nova capital, já ali encontre considerável população, convenientemente localizada.”

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.

BARRETO – Abílio – “Memória histórica e descritiva”.

LIMA – Edelberto Augusto Gomes: “Curral Del Rei (Sabará) sua origem até se transformar na nova capital de Minas Gerais.”

LIMA – Edelberto Augusto Gomes: “1893 – Sessões do Congresso Mineiro para a escolha da nova capital de Minas Gerais”.

LIMA – Edelberto Augusto Gomes – “Fragmentos da história de Minas Gerais”.

Revistas do IHGMG.

TERIA BORBA GATO DADO ORIGEM A CURRAL DEL REI, HOJE BELO HORIZONTE?

(Divergência entre dois ex-membros do IHGMG)

“(…) Podemos afirmar com segurança que Silva Ortiz não foi o fundador do Curral del-Rei, porque, quando pediu sua sesmaria

do Cercado, já existia o arraial do Curral del-Rei, distante de sua fazenda.

(...)A presença de Borba Gato em terras onde nasceu o arraial do Curral del-Rei é incontestável e anterior, bem anterior à de Silva Ortiz.

Três historiadores afirmam com segurança que o Curral del-Rei surgiu em terras de Borba Gato: Edelweiss Teixeira, Augusto de Lima Júnior e Raul Tassini.

A sesmaria de Borba Gato é delimitada com rara precisão. Os documentos de sesmaria, de modo geral, são redigidos em termos imprecisos, um tanto vagos. Mas a de Borba Gato, não.

Está bem localizada: "Junto a um ribeirão que vem do Cercado... correndo da barra que faz o ribeiro do Tombadouro no dito ribeirão, para cima, pelo dito ribeirão..."

Tombadouro, nos mapas antigos de Belo Horizonte, é o único afluente do Arrudas, entre o Taquari e o Cardoso (...).

(...) A origem do Curral del-Rei não está ainda bem esclarecida. Será esclarecida ainda quando surgirem novos documentos. A História se faz com documentos. Simples considerações, por brilhantes que sejam, não adiantam. Continua de pé o postulado de Coulange: "Pas de documents, pas d'histoire".

Para mim, permanece viva a recomendação de Lucien Febre, "A História se faz com documentos escritos". A afirmação pura e simples, desacompanhada de prova, não contribui para o esclarecimento histórico.

Não possuímos elementos seguros para afirmar quem fundou o Arraial do Curral del-Rei. Uma certeza, porém, temos: a Capela de N. S. da Boa Viagem e o Arraial do Curral del-Rei surgiram fora das terras da Fazenda do Cercado".

Autor Waldemar de Almeida Barbosa, falecido membro do IHGMG.

PRONUNCIAMENTO DO SENADOR ESTADUAL, NATURAL DE SÃO DOMINGOS DO PRATA, DR. JOSÉ PEDRO DRUMMOND, QUE FOI DECISIVO PARA BELO HORIZONTE SER ESCOLHIDA A NOVA CAPITAL DE MINAS NA TERCEIRA E ÚLTIMA VOTAÇÃO.

HÁ PRONUNCIAMENTOS FEITOS POR ELE EM DIAS DIFERENTES. TEVE DIVERSOS APARTES, OS QUAIS JUNTEI EM UM SÓ BLOCO E OS REPRODUZI A SEGUIR:

- O Sr. JOSÉ PEDRO DRUMMOND: - Sr. Presidente, vou submeter à criteriosa apreciação da Casa uma emenda ao art. 1º do projeto que ora prende nossa atenção.

Devo, portanto, sr. Presidente, ligeiramente documentar, fundamentando, esta minha emenda e, ao mesmo tempo, servirá esta nunciação, como uma explicação do voto que, em minha consciência, darei sobre a questão, que considero mais importante do que todas aquelas que, durante a minha estadia, nesta corporação, se tem levantado.

Sr. Presidente, quando em 1891, o Congresso constituinte tratava de mudar a Capital do Estado para Belo Horizonte, eu embora ainda não fizesse parte desta corporação, já então acompanhava seus trabalhos; e, parecendo-me que o Congresso ia deliberar que a Capital fosse edificada em Belo Horizonte, eu, à vista de informações afirmativas da existência do bócio nessa localidade, sob caráter endêmico (é verdade que dada pelos jornais de Ouro Preto), escrevi ao digno Senador Afonso Penna, uma carta na qual eu lhe fazia sentir o inconveniente da mudança da Capital para aquela localidade, visto que para mim era muito grave a endemia do bócio.

Tomo a liberdade de ler um dos tópicos dessa carta, que tem a data de 17 de abril de 1891.

Quero mostrar que a emenda que vou oferecer, eu não a apresentaria se não soubesse removido o obstáculo que então me parecia existir com relação a Belo Horizonte.

Eis a carta:

“Li no ‘Jornal de Minas’ que no Belo Horizonte o povo é muito sujeito à hipertrofia do corpo thyros (bócio); fui informado, por pessoas que conhecem o lugar, que com efeito essa afecção (doença) é muito comum ali, onde se veem crianças novas já com começo de tal afecção.

Convém notar que o bócio é endêmico e seu único tratamento consiste em sair do lugar, onde se contraiu, pois que a operação é, às vezes, impraticável.

Na França, Inglaterra, Espanha, Índia, etc., muitos lugares tornam-se inabitados pela endemia do bócio....

Li também que hidrocele (hidropisia do escroto devido a um aumento da serosidade) é comum em Belo Horizonte.....”

Já se vê v. excia. Sr. Presidente que, se ainda existissem em meu espírito, dúvidas sobre a endemia do bócio em Belo Horizonte, eu havia de me contentar, ouvindo os dignos oradores e não tomaria a atenção do Congresso sobre esta questão e votaria contra a escolha daquela localidade para Capital do Estado.

Mais tarde, sr. Presidente, quando esta questão tomou um caráter mais sério, quando nosso governo comissionou o ilustrado engenheiro dr. Domingos Rocha para examinar o Belo Horizonte, ele apresentou o parecer, do qual vou ler um tópico referente ao bócio.

Esse relatório vem no “Movimento” de 22 de maio de 1891.

‘Pelas visitas domiciliárias, que foram feitas...’, vê-se sr. Presidente, que o relatório Domingos Rocha nega a existência, em alto número de bócio em Belo Horizonte.

Apesar da boa vontade de muitos ilustres congressistas e mais da autorizada opinião do distinto engenheiro dr. Domingos Rocha, não foi mudada a capital do Estado para aquela localidade.

Então, sr. Presidente, o Congresso, em sua alta prudência, decretou a lei n. 1, de 23 de outubro de 1891, autorizando o Presidente do Estado mandar examinar as cinco localidades (Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora) para dentre elas ser escolhida uma para capital do Estado.

Em virtude dessa lei, tendo o Presidente do Estado de Minas mandado proceder a exame nas cinco localidades e tendo sido distribuído entre os Congressistas o relatório referente a essas observações, entreguei-me com toda a dedicação ao estudo do relatório e, com toda a imparcialidade, venho dizer ao Congresso o que conclui do mesmo, já da minha observação direta e qual a minha opinião.

A emenda que vou apresentar refere-se, sr. Presidente, justamente ao lugar que condenei perante um representante deste Estado e isto por faltarem-se informações e estudos, do que só agora disponho.

O estudo do relatório, sr. Presidente, trouxe-me a certeza da dedicação e ilustração dos dignos membros comissionados.

Estes, sr. Presidente, apresentaram os seus relatórios parciais, dos quais o digno chefe da comissão devia tirar a sua conclusão; e, com efeito, ele a deduziu; mas sr. Presidente, inteligente e honesto como é o dr. Aarão Reis, não posso compreender como ele chega à classificação:

1º Barbacena; 2º Várzea do Marçal; 3º Belo Horizonte; etc.!

Sr. Presidente, realmente o relatório Aarão Reis contém, como se tem dito mais de uma vez nesta casa, verdadeiras injustiças.

E para amparar a asserção que venho de proferir, chamo a atenção do Congresso para que o sr. Aarão Reis diz nesse relatório a respeito da cidade de Barbacena, condenando-a em absoluto, o que é uma injustiça, e adotando-a na classificação em 1º lugar, o que é uma contradição!

Quando li o relatório na parte referente a esta cidade, fiz meu juízo que Barbacena, quanto à topografia, era muito inferior a Ouro Preto.

Entretanto, está aí patente para os olhos nus vê-se que é uma das mais clamorosas inexatidões.

Sr. Presidente, o sr. Aarão Reis em seu relatório apresenta duas localidades principalmente à apreciação do Congresso, usando da expressão – que as duas disputam entre si a primazia. Essas duas localidades são a Várzea do Marçal e Belo Horizonte.

Portanto, sr. Presidente, foi principalmente em relação a essas duas localidades que me dediquei com mais cuidado, a fim de que pudesse chegar à conclusão de uma escolha entre ambas.

Para isso sr. Presidente, depois que fiz o estudo no relatório Aarão Reis, fui às duas localidades, Várzea do Marçal e Belo Horizonte. Visitando aquela em maio deste ano e esta nos últimos dias do mês de setembro, compreendi que só estudo do relatório e da observação direta das duas localidades poderia aproximar-me da verdade.

Lendo o relatório médico que acompanha o relatório Aarão Reis, vê-se que o seu autor, meu distinto colega, coloca o Congresso em uma verdadeira luta, em uma verdadeira dúvida, pois que, sendo vós forçado pela lei n.1, a escolher dentre os cinco lugares, um...

O SR. DRUMMOND: - Quando o Congresso designou esses cinco lugares, já tinha mais ou menos consciência de que entre eles encontraria um nas condições para receber a nova capital do Estado, e assim sucedeu, pois uma localidade (Belo Horizonte) era conhecida já pelo relatório do dr. Herculano Penna, já pelo dr. Domingos Rocha.

O SR. DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Tanto não se enganou que já o governo provisório e já o Congresso quiseram a mudança para Belo Horizonte e não pretenderiam dar esse passo, se a localidade não estivesse nas condições precisas.

Com efeito, sr. Presidente, esse meu ilustrado colega encarregado de estudar as condições higiênicas dos diversos locais indicados, tendo classificado Belo Horizonte em 2º lugar, disse em seu relatório o seguinte (Lê).

Realmente, sr. Presidente, classificar em 2º lugar o Belo Horizonte, e dizer dele o que eu acabo de ler seria excluí-lo da classificação, se o que tanto lamenta o dr. Pires de Almeida, se o que levou a lançar em seu relatório uma tão frisante interrogação, não estivesse hoje destruído pela convincente prova da estatística!

Continuando meus estudos, sr. Presidente, voltei à parte do relatório Aarão Reis e lá vi estabelecida uma verdadeira discordância entre o chefe da comissão e o ilustre higienista.

Com efeito, à página 41 do relatório, na parte em que o chefe da comissão faz o resumo para deduzir a sua opinião, ele estabelece a sua discordância com o ilustre médico, conforme há pouco foi lido por um dos colegas que me precederam na tribuna.

Nessa parte o sr. Aarão Reis diz o seguinte: (lê).

Sr. Presidente, quando li este tópico do relatório, fiz as minhas reflexões e cheguei à conclusão seguinte: o sr. Aarão Reis estabelece a sua opinião baseada sem dúvida, nos dois relatórios dos engenheiros que examinaram a Várzea do Marçal e o Belo Horizonte.

Vou ler estes dois relatórios com toda a atenção, estudá-los, disse eu comigo, e ei de encontrar no sr. Aarão Reis razão para ele discordar do ilustre médico, colocando Belo Horizonte em 1º lugar e Várzea do Marçal em 2º.

Mas, sr. Presidente, foi uma verdadeira desilusão.

Percorrendo as páginas do relatório dos engenheiros, referentes a Várzea do Marçal e Belo Horizonte, cheguei à conclusão de que o dr. Aarão Reis não tinha formado opinião nas

apreciações dos engenheiros que tinham examinado as diversas localidades.

Sr. Presidente, se a opinião dos engenheiros que procederam aos estudos na Várzea da Palma e em Belo Horizonte não autoriza nem justifica a classificação do dr. Aarão (1º Várzea do Marçal, 2º Belo Horizonte); se por outro lado ele se coloca em oposição ao médico, cuja classificação é: 1º Belo Horizonte, 2º Várzea do Marçal, não sei porque o sr. Aarão Reis foi procurar estabelecer esta desarmonia entre esses seus colegas da comissão?

Sr. Presidente, entendo que devemos mudar a capital para uma das 5 localidades, pois assim determina a lei n. 1 citada; o meu voto não impedirá que a mudança seja feita; até porque felizmente existe entre essas cinco localidades uma que reúne todas as condições necessárias para uma grande e próspera capital digna do nosso Estado.

Mas, no entanto, como disse ao começar, considero esta questão importantíssima e é, por isso, que vou em poucas palavras, mostrar alguns pontos do relatório, não fazendo um discurso, mas procurando estabelecer uma conversa com os meus colegas do Congresso, a fim de chegarmos à conclusão de que estou convicto, isto é, de que a classificação Aarão Reis não procede nem nos relatórios dos engenheiros, membros da comissão, nem na opinião do médico higienista.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Do exame pois, do relatório do engenheiro, que procedeu aos seus estudos em Belo Horizonte em confronto com os estudos feitos na Várzea sobressai para qualquer leitor imparcial, a superioridade de Belo Horizonte, sobre a Várzea do Marçal, como local mais próprio, já sob o ponto de vista geográfico, topográfico, climatológico, geológico, etc, já em relação às suas águas potáveis, esgotos, facilidade de edificação e construção em geral, e já em relação ao serviço de viação, notando-se que sob este ponto, o próprio dr. Aarão Reis considera essa superioridade.

O SR. PEDRO DRUMMOND: - Sobre o relatório da Várzea o meu ilustrado colega, sr. Costa Sena, em grande parte, expôs as dúvidas que eu também tenho encontrado; portanto, não repetirei as mesmas questões porque entendo que não devemos perder nosso precioso tempo; procurarei somente aqueles pontos sobre os quais o ilustre senador deixou de falar.

É assim, sr. Presidente, que esse engenheiro, declarando (pág. 6 do relatório) existir alagados no vale superior do rio das Mortes, principalmente da Cachoeira de Ilhéus e nas proximidades à montante do Sítio e de Barbacena, apresenta a serra de S. José como um abrigo contra as emanções desses alagados sobre a futura capital, alagados na máxima parte do nível inferior ao cimo da serra.

Ora, sr. Presidente, se os alagados, em sua máxima parte estão em nível inferior à serra de S. José é porque existem alagados em nível igual senão superior à mesma serra. Isto é lógico, outra não pode ser a conclusão.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Acresce sr. Presidente, que este engenheiro discutindo a geologia do terreno, disse: (pág. 8 do seu relatório): “Não é um terreno de sedimentação”. (Lê).

Portanto, sr. Presidente, as emanções dos alagados da Cachoeira de Ilhéus e Vale do Rio das Mortes infeccionarão um dia toda a Várzea, visto que o abrigo, “serra de S. José”, terá perdido, com a continuação de desprendimentos de seus blocos, em sua altura, e mais os próprios terrenos da Várzea, pela mesma ação da ação corrosiva da decomposição serão abaixados em seu nível.

É uma conclusão forçosa que devemos tirar das próprias palavras do engenheiro como se vê no relatório. (Pág. 6 e 8).

Depois do engenheiro descrever a natureza do solo, ele conclui: “Ação corrosiva desses”. (Lê).

Já vê v. excia. Sr. Presidente, que esta serra, apontada como abrigo às emanções, tende, na opinião do engenheiro, no futuro, a desaparecer e assim acontecendo os alagados já não ficarão abrigados e a nova e futura cidade estará exposta às emanções desses pântanos.

Apesar do meu ilustre colega já haver dito alguma coisa sobre a sondagem, não posso deixar de chamar a atenção do Congresso para um fato.

Diz o relatório, à pág. 8, que o subsolo é impermeável, porque é constituído de argila, colocado sobre rocha e, na sua parte superior – cascalho, pedregulho e “húmus”.

Sr. Presidente, não sou engenheiro, mas creio que esta composição geológica não traduz impermeabilidade do terreno, porque os outros engenheiros encarregados de estudar Belo Horizonte e Barbacena, dando aos terrenos dessas localidades a mesma composição de argila, areia, cascalho, dizem que são permeáveis, salvo se não há diferença entre o terreno impermeável e o pouco permeável.

Já vê v. Excia, que uma certa contradição na classificação de impermeável e pouco permeável, dada a terrenos análogos em sua natureza e mais que não foi especificada qual a colocação das diversas camadas componentes do terreno – não se sabe pelo relatório se a camada argilosa que está superposta à camada cascalho, areia, etc. – ou se é o inverso o que se dá...

É de supor que esteja sobre a rocha a argila e sobre esta o cascalho e areia.

O que é fato é que há uma espécie de desarmonia entre os engenheiros na classificação de terreno impermeável e pouco permeável. Pode ser, sr. Presidente, que eu esteja enganado: felizmente, porém, existem neste Congresso profissionais que, sem dúvida, corrigirão o meu engano a respeito.

Porque nos outros lugares (Barbacena e Belo Horizonte) o terreno, sendo constituído de material idêntico ao da Várzea do Marçal, naqueles é pouco permeável e neste é impermeável? Não compreendo!

Mais abaixo diz o engenheiro (Lê): “Não existe lençol d’água sob terreno na Várzea do Marçal”.

Sr. Presidente, eu quisera do fundo de minha alma ficar convencido de que na Várzea do Marçal não existe lençol d’água subterrâneo para em consciência dar meu voto pela Várzea do Marçal.

Mas, na qualidade de congressista e de humilde médico (não apoiado...) não posso em absoluto concordar com a não existência de lençol d’água na Várzea do Marçal, deduzida, como ficou, pela exposição feita pelo engenheiro nessa localidade.

Em 1º lugar, porque ao médico higienista que procedeu ao exame da Várzea do Marçal, parecia existir.

Em 2º lugar, porque eu ali observei e encontrei os fatores de um lençol d’água (apartes).

Declaro que não estou combatendo a Várzea do Marçal, estou justificando meu voto.

Tendo o sr. Aarão Reis declarado em seu relatório que na Várzea existiam águas pluviais estagnadas e infiltrações que desapareciam inteiramente nos grandes intervalos da estação pluvial, fui, com o honrado senador Rebello Horta, em dias de maio (intervalo das chuvas) visitar aquela localidade, porque, como dizia o autor do relatório, aqueles alagadiços já não deviam existir.

Chegando à bela cidade de São João Del Rey o distinto engenheiro dr. Rodolpho Paixão, a quem então tive a satisfação de conhecer pessoalmente, assim como os ilustres engenheiros dr. F. Alves e o meu colega dr. Francisco Mourão, tiveram a gentileza de nos acompanhar até a Várzea do Marçal.

Vou contar a nossa viagem, o que observei e a minha impressão: o Congresso que tire a conclusão que entender do caso.

Os terrenos de Matozinhos, sr. Presidente, são com efeito secos; e, como por vezes tenho visto trazerem para a tela da discussão esses terrenos, julgo dever declarar, que ao Congresso nada importam os terrenos de Matozinhos, visto como a parte que nos deve preocupar a atenção é a Várzea do Marçal, como a localidade indicada entre as cinco para ser estudada. Nossa questão é, pois, com a Várzea do Marçal.

A Várzea do Marçal, como o Congresso sabe, é dividida por uma crista de morro de 15 metros de altura, em duas partes: uma denominada “do Porto”; outra, a do “Marçal” propriamente.

A do Marçal propriamente dita é arenosa em toda sua extensão e seca; salvo nos lugares trajetados pelos córregos, encontram-se ali diversos alagados, devidos a poços abertos para extração de ouro, como prova a existência de “botados”, postos aos lados dos lugares de serviço. Diz o dr. Aarão Reis que essas águas são pluviais; o que posso acrescentar é que são limpas, claras.

Seguimos a nossa viagem, sempre do lado Marçal da Várzea, até que eu convidei os companheiros para vermos a Várzea do outro lado, que me diziam ser muito extensa e encantadora.

Atravessando, pois, o tal morro de 15 metros de altura, avistamos a outra parte da Várzea, a do Porto, que é realmente muito bonita, mas notei ao longe um capim próprio dos brejos e perguntei aos companheiros: lá não há água? Responderam que não, que era completamente seco.

Descemos e chegamos à Várzea, na parte inferior, e aí nessa parte não pudemos absolutamente penetrar: estava completamente cheia d’água!

Eu apelo para os nossos próprios companheiros de viagem, o que há pouco me referi.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Agradeço sumamente o aparte de meu colega e

particular amigo; ele traz-me à lembrança a necessidade de esclarecermos uma troca de apartes, dados aqui ontem por mim e pelo nobre deputado dr. Duarte da Fonseca, motivada por uma pergunta que, na sessão de ontem, me foi dirigida pelo nobre senador Costa Sena, isto é, se eu tinha encontrado os poços na Várzea, secos ou com água, ao que respondi:

que em maio quando lá estive, os poços continham água; - então o nobre deputado dr. Duarte da Fonseca, em aparte, declarou que indo, há poucos dias, à Várzea encontrou os poços completamente secos.

Em vista desta asseveração do nobre deputado, logo que terminou a sessão procurei-o e perguntei-lhe se com efeito, viu os poços, pois que em maio eu os encontrei com água, ao que me respondeu o nobre deputado: não (palavras suas), não secou completamente, não, estavam com o fundo um pouco úmido.

S. excia, acha-se presente e poderá dizer se é ou não exato o que acabo de referir.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond - senador): - Se o fundo das escavações estava um pouco úmido, como pode o nobre deputado empregar a expressão “completamente secas”; não fará o fundo parte dessas escavações?

Custa-me um pouco, sr. Presidente, compreender que os poços, visto por mim e por todos os meus companheiros de viagem há pouco referidos, estando com água em maio (intervalo das chuvas) estejam agora secos, apenas com o fundo um pouco úmido! Estou, entretanto, perfeitamente certo de que o meu nobre colega dr. Duarte encontrou os poços secos, apenas com alguma umidade no fundo, por que sua excia, assim o declara, o que é quanto basta.

Devo concluir que s. excia, examinou os poços, que não observei e vice-versa, ou então a estação chuvosa daquela localidade é em tempo diverso do que se observa geralmente.

Já vê v. excia. Sr. Presidente, que o que acabei de dizer é verdade.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Mas, sr. Presidente, se em maio encontrei a Várzea alagada a ponto de não podermos penetrar nela, como, em dezembro, que é o tempo das chuvas, ela poderia estar enxuta?

O SR. PEDRO DRUMMOND: - Estas minhas considerações são filhas da observação e estão ao alcance de todos, menos dos cegos.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Sr. Presidente, não podendo nós penetrarmos nessa parte da Várzea, perguntei a um dos meus companheiros acima citados ao que se deveria atribuir aquela água, aquela infiltração e mais onde estavam os poços abertos para exploração do terreno; ele respondeu-me: “creio que já desapareceram”.

Convidei ao dr. Paixão para verificarmos se existia algum dos poços e encontramos um cheio d’água, sendo a distância entre a superfície do solo e a da água do dito poço 60 centímetros.

Subindo a Várzea, que tem um declive de 1% não encontramos mais poços, porém, encontramos uma extensa cava cheia d’água e, procedendo a exame, vimos que a superfície da água estava a noventa centímetros abaixo do nível do terreno.

Lembro-me, sr. Presidente, ter dito ao ilustre dr. Paixão que aquela Várzea não era seca, como nos diziam, ao que ele respondeu que morando em São João Del Rey, ignorava a existência daquelas águas, mesmo porque não tinha ido a aquele local.

Estamos em Congresso, sr. Presidente, onde felizmente, há médicos, engenheiros, jurisperitos e industriais; e, portanto, podemos com alguma facilidade nos aproximar da verdade, isto é, saber se na Várzea há ou não lençol d’água.

A água, na parte interior da Várzea está na superfície do solo; ali não podemos andar; pouco acima encontramos água a 60 centímetros e, pouco mais acima, a 90; e, pois, pergunto: esta água que vemos já na superfície do solo já a 0,60, já a 0,90, tendo o terreno uma declividade de 1%, não será um lençol de água subterrâneo? Parece que sim.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond - senador: - Ilustrado colega e particular amigo, sinto profundamente não poder concordar; mas, o relatório do médico a este respeito está feito de maneira a deixar ver que havia um lençol d'água subterrâneo.

Não preciso, entretanto, basear-me nesse relatório para afirmar que existe lençol d'água; basta para isto atender-se à composição geológica descrita pelo engenheiro que é a seguinte. (Lê):

“O subsolo é formado por camadas de argila, cascalho e areia, tendo em sua superfície a camada húmus”; ora, sr. Presidente, desde que existem águas, como provei, e que não são pluviais, (observação feita em maio, intervalo das chuvas) essas águas, não atravessando a camada de argila, conservam-se acima desta, o que não lhes impedem o cascalho, areia e húmus e sendo o nível do terreno de 1%, eis porque encontramos em alturas diferentes águas aliás em nível natural.

Acresce, sr. Presidente, como eu já disse, que nessa localidade encontram-se vegetais próprios dos pântanos; como negar sr. Presidente, a existência do lençol d'água e que esse possa ser pantanoso, fato aliás em parte confirmado pela Constituição médica de São João Del Rey?

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond - senador): - V. Excia, daqui a pouco, justo, como é, há de concordar comigo.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - O meu ilustrado colega dr. Eloy Reis mostra não estar ainda satisfeito com a argumentação de que tenho lançado mão para, do relatório e do que foi por mim observado na Várzea, deduzir a existência do lençol d'água ali e a possibilidade e mesmo a probabilidade de ser esse pantanoso.

Sr. Presidente, a Várzea está na encosta da Serra de São José e com declive para o Rio das Mortes; da serra, como consta do relatório, nascem diversas águas – no limite inferior da Várzea corre o mesmo rio; ora, sr. Presidente, sendo os lençóis d'água que impedem o secamento dos rios no intervalo das chuvas, segundo a autorizada opinião de Soyka claramente manifestada em Dresdi; tendo eu declarado que observei água em diversas altitudes na Várzea do Porto e sendo também esta a declaração do dr. José de Carvalho Almeida, engenheiro encarregado de examinar essa localidade, como se vê no seu relatório (Pág.8), onde diz:

“nos poços de 4” encontrou-se água em nível variado favorecendo ainda a existência do lençol d'água as camadas, cascalhos, areia e húmus sobre a argila, que é impermeável.

Porque, sr. Presidente, negar-se a existência do lençol d'água? Assim nos ensina aquele que ocupa o primeiro lugar, como higienista – Soyka. (Apoiado do sr. Costa Sena).

SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Sim, sr. Presidente, como muito bem disse o ilustre Senador Costa Sena, todo o terreno é passível à formação de pântanos, desde que na localidade existam os fatores de micro malária e que o meio seja conveniente à sua cultura.

Mas, sr. Presidente, o próprio engenheiro há pouco citado, por suas palavras, prova a existência do lençol d'água. (Lê).

Ora, sr. Presidente, eu acredito que o engenheiro aqui não devia dizer – de nível variável – simplesmente, devia fazer como eu fiz a pouco: determinar os níveis 0,00, 0,30, 0,96, etc, e do confronto desses níveis d'água com o declive da Várzea, provar

que essas águas não provinham de um lençol subterrâneo por não guardarem nivelamento igual, e não dizer “que essas águas” (Pág.8) são efeitos de insignificantes infiltrações de águas pluviais, que desaparecem nos intervalos das chuvas.

Sr. Presidente, esse ilustre engenheiro devia saber que essas águas não desapareciam no intervalo das águas, porque nessa ocasião, como por mais uma vez tenho dito, eu e os meus companheiros já citados, visitando a localidade, já encontramos as mesmas águas.

Que águas de infiltrações pluviais são estas, sr. Presidente que tão próximas do rio, ainda não tinham podido fazer o seu escoamento?!...

Sr. Presidente, poderei não saber me explicar bem, mas uma coisa eu sei: é que na Várzea do Porto existe lençol d’água.

Já vê v. ex. Sr. Presidente, que é o próprio engenheiro que diz que existe lençol d’água, porque ele em diversas localidades, abrindo poços com 4 metros de profundidade, encontrou sempre água.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): Efetivamente, concluindo que não existe lençol d’água, tirou uma conclusão oposta às suas premissas e é nisso que não concordo com ele.

Aceitei as premissas estabelecidas pelo mesmo, pois essas são verdadeiras, porque eu próprio lá observei as águas já (seja) no solo, já em profundidades diferentes e, portanto, não posso concluir, com ele, na não existência de lençol d’água.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Tenha paciência, meu colega, v. ex. há de convir que esta conclusão está implícita no parecer do engenheiro.

O SR. PEDRO DRUMMOND: - Mas trata-se de um fato ao alcance de todos de qualquer; não é preciso ser médico,

engenheiro ou geólogo: é qualquer indivíduo com a condição de ter olho e querer ver.

Sr. Presidente, o engenheiro diz que sondou o terreno em diversos lugares, em diversas alturas, e encontrou nessa sondagem água de nível variável, devida à infiltração, etc, etc, e conclui dizendo que não há lençol d'água!

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Sr. Presidente, eu às vezes duvido se sei ou não ler!

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Pois eu acabo de ler as palavras do engenheiro e v. ex. me contesta?! Sr. Presidente, continuo a apreciar os trechos do relatório. Diz o engenheiro adiante (lê – pág. 9):

“As condições do subsolo dispensam a drenagem, bastando aterrar escavos de mineração, regularizar o nivelamento do terreno e canalizar as águas nascentes e pluviais”. É este o subsolo onde não existe lençol d'água!

Eu creio que, para aproximar-se da drenagem muito pouco falta.

Em relação aos esgotos o engenheiro faz justiça à localidade: há com efeito um rio cujas águas são suficientes para a dissolução dos resíduos e detritos de uma cidade grande, sendo para lastimar-se que a Várzea não tenha maior altura, para dispensar o aterro e para dar à galeria dos esgotos o declive preciso.

Da análise química das águas, sr. Presidente, vê-se que o resíduo de matéria orgânica das águas limpas da Várzea é de Ogr. 00835, ao passo que a das águas do Acaba Mundo, que são as que atualmente servem à população do local, é de Org. 0044, as do ribeirão do Cercadinho de Ogr. 0057 e as do ribeirão da Serra de Org., 009.

Estas três águas, sr. Presidente, são suficientes a uma população de 96.240 almas. Vê-se da dosagem que estas águas são mais puras que as denominadas “águas limpas da Várzea”.

Sendo a proporção, como descreve Girord, de 03,005, conclui-se o asserto que acabo de dizer.

Em relação à viação férrea, notei, sr. Presidente, uma grande superioridade em Belo Horizonte; vejamos o que declaram os engenheiros:

Quanto à Várzea do Marçal, diz o engenheiro (pág.21 – lê): “As comunicações de Várzea do Marçal por meio de vias férreas, com as outras regiões do Estado de Minas Gerais e do exterior, são tão completas quanto se pode desejar no início da viação férrea no Brasil.”

Quanto a Belo Horizonte diz o engenheiro que fez o exame, (pág. 29 – lê):

“O único obstáculo que se pode apresentar contra a mudança da capital para Belo Horizonte é não estar ainda a localidade servida por uma via férrea que a ponha em comunicação imediata com todos os pontos do Estado de Minas e com os grandes centros e portos principais da República.”

O mesmo engenheiro, sr. Presidente, conclui à pág. 30 de seu relatório:

“Por essa forma será Belo Horizonte um ponto forçado da grande artéria, que tem de ligar o norte com o sul da República e o ponto central das ramificações para todo litoral e para a República do Prata e do Pacífico; perfeitamente de acordo com o plano da viação geral e estadual fica assim evidente, como dissemos na primeira parte do relatório, que a mudança da capital para esta localidade oferece maior soma possível de vantagens, aos interesses agrícolas, industriais e políticos do Estado de Minas, considerados em seu conjunto.”

Bem podemos, sr. Presidente, a esses juízos, acrescentar o que diz o dr. Aarão Reis, em seu relatório, pág. 76:

“Se na atualidade a Várzea do Marçal representa melhor o centro de gravidade do Estado e acha-se já ligada por meios rápidos e fáceis de comunicação com todas as zonas, daqui há

algumas dezenas de anos, Belo Horizonte melhor o representará, de certo, e mais diretamente ligada ficará a todos os pontos do vasto território mineiro”.

Já vê o Congresso que em relação à viação férrea, que é uma das partes mais importantes para a qual devemos olhar, há superioridade na viação de Belo Horizonte sobre a Várzea.

A existência da atual estrada Oeste não constitui superioridade naquela localidade, em primeiro lugar porque essa estrada, mudada a Capital para a Várzea, não poderá continuar com a mesma bitola: ter-se-á de fazer nova estrada, ou pelo Estado encampando aquela, ou pela Companhia e, nesse caso, estará a capital do Estado subordinada à vontade de uma companhia...!

O único obstáculo, sr. Presidente, é a falta da ligação de Belo Horizonte com a estrada de ferro; é uma ligação sr. Presidente que está calculada em 15km200, que a 25:000\$000, custará ao Estado 380:000\$000, segundo o plano e orçamento feito pelo dr. Samuel.

Pode-se sr. Presidente, estabelecer paralelo entre esta despesa e a que o Estado terá de empregar para encampar a estrada do Oeste? Ou ainda o Estado preferirá ter a sua Capital servida por uma companhia particular e, portanto, dependente da vontade dessa, a ter de despender a insignificante quantia de 300 contos?

Sr. Presidente, faço justiça a este Congresso e termino o que tinha de dizer sobre a viação férrea com esta interrogação.

Tendo ligeiramente dito algumas palavras em relação ao relatório do engenheiro referente à Várzea do Marçal, vou agora estabelecer o paralelo, apresentando o que diz o engenheiro em relação ao Belo Horizonte.

Em relação ao seu clima ficou bem claro o que disse o engenheiro.

O engenheiro que examinou o Belo Horizonte diz em seu relatório à pág. 13 (lê): “O solo é completamente seco pelo franco

esgoto às águas pluviais, que lhe dá sua declividade, não se encontrando brejos, nem alagadiços em toda a bacia do Arrudas.”

Em confronto, sr. Presidente, com o que o engenheiro da Várzea declarou em relação ao seu solo, não se pode pôr em dúvida a superioridade de Belo Horizonte.

Com efeito, o engenheiro da Várzea declarou em seu relatório (página3), que as águas encontradas ali eram devidas as filtrações pluviais, ao passo que o engenheiro do Belo Horizonte declara em seu relatório (pág.13), que o solo é completamente seco, etc.; e note, sr. Presidente, estes exames foram feitos nos mesmos meses.

Diz o engenheiro ainda em relação ao subsolo: (Lê) “que em Belo Horizonte em poços de 5 metros de profundidade não se encontrou água” (Pág. 14), notando-se que ainda acrescentou o engenheiro, que não aprofundou mais os poços por faltarem-lhe os meios de investigação (Pág. 14).

O subsolo (lendo) é enxuto, prescindindo de drenagem para garantia das condições higiênicas.

Já vê v. ex. sr. Presidente, que os próprios engenheiros estabelecem desigualdade entre a Várzea do Marçal e o Belo Horizonte; aqui o subsolo é enxuto, prescindindo de drenagem ao passo que lá dá-se o contrário.

Em certos lugares de desbarrancados, provenientes das chuvas, de altura de dez metros, o engenheiro teve ocasião de observar toda a parede completamente seca.

Uma voz: - Belo Horizonte é um magnifico lugar.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Portanto, já se vê que em Belo Horizonte não há lençol de água, que existe na Várzea do Marçal.

Dizia ainda o engenheiro a página 15 (Lê): “Na esplanada da parte inferior” – note, sr. Presidente, que é na parte inferior – (continuando a ler), do Vale do Arrudas, abrimos vários poços com a profundidade de 5 metros e não encontramos água, donde

concluimos que o lençol de água deve existir a mais de 5 metros de profundidade”.

Vejamos agora, sr. Presidente, o que o engenheiro da Várzea disse a página 8 do seu relatório: Sondei o terreno em diversos lugares de altitudes diferentes” – note, sr. Presidente, que aqui os poços não foram abertos somente na parte inferior da Várzea, como se procedeu em Belo Horizonte, escolhendo-se a parte inferior do Vale do Arrudas – (continuando a ler) “abrindo poços até a profundidade de 4 metros”.

Note, sr. Presidente, que em Belo Horizonte os poços foram de 5 metros (continuando a ler) “e as águas encontradas nessas sondagens” – note-se que em Belo Horizonte não se encontrou água – (continuando a ler), de nível variável...”

Sr. Presidente, é muito lato este modo do dizer; não será, felizmente, para mim, porque lá fui e tomei o nível: 0m,00, 0m,30, 0m,90, foi nestes níveis que encontrei a água ali (continuando a ler): “são como verifiquei, após demorada observação, efeitos de insignificantes infiltrações de águas pluviais na camada frouxa do solo”; note, sr. Presidente, “e que, argumentando com a continuação das chuvas, desaparece nos grandes intervalos.”

Lembre-se, sr. Presidente, que eu já declarei ao Congresso que fui à Várzea em maio e que encontrei as águas em níveis, já também mencionados.

Desta dupla exposição, sr. Presidente, em terrenos análogos por sua natureza (veja páginas 8 do relatório da Várzea e 13 e 14 do de Belo Horizonte), notando-se ainda a identidade do tempo em que foram tomadas as observações da conclusão tirada pelos engenheiros, eu fico perplexo!

O engenheiro de Belo Horizonte, diz sr. Presidente, que o lençol d’água deve estar abaixo de 5 metros, porque até esta altura não encontrou água; dá portanto, a possibilidade da sua existência.

O ilustre engenheiro da Várzea, estabelecendo os dados de sua observação declara que em poços de 4 metros encontrou

água em nível variável, e conclui: “não existe lençol de água subterrâneo”! ...

Sr. Presidente, o engenheiro encarregado dos estudos em Belo Horizonte conclui à página 16 (Lê): “do que fica exposto, concluimos que o lençol de água subterrâneo, se existe, deverá achar-se a mais de 5 metros de profundidade.

E que atenta a constituição geológica do solo e subsolo, Belo Horizonte oferece sólidas garantias e condições, extremamente favoráveis para as fundações dos edifícios e abertura a seco das escavações necessárias para a rede dos encanamentos da água e galerias dos esgotos.”

Chegamos a uma parte muito importante sr. Presidente: quero referir-me ao clima.

Diz o engenheiro que o clima é muito ameno, saudável, etc, e que, quanto a moléstias endêmicas, só se conhece o famoso bócio.

Diz o engenheiro em seu relatório, página 26; o número de indivíduos atacados é limitadíssimo, tendo apenas encontrado 8 durante os 3 ½ meses que estive em Belo Horizonte, isto é, três décimos por cento da população, que é de mil seiscentas almas, segundo a última estatística.

Entretanto, o meu ilustre colega, em seu relatório, páginas 27, dá 1%, como veremos, em relação ao cretinismo e em maior proporção em relação ao bócio! ...

Sr. Presidente, bem contra a minha vontade direi que o relatório do meu ilustre colega sr. Dr. Pires de Almeida, não é filho de sua observação, como devia ser, mas somente procede de informações.

O engenheiro sr. Dr. Samuel Gomes Pereira esteve em Belo Horizonte três meses e meio; lá estive na casa em que ele residiu, ao passo que o dr. Pires de Almeida chegou ao Belo Horizonte às 4 horas da tarde, jantou, montou seu aparelho à tarde no largo da

Igreja; no dia seguinte deu umas voltas dentro do povoado, almoçou, retirou-se e nunca mais voltou.

O DR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Eis a verdade.

O único fato que desde o governo provisório foi levantado contra Belo Horizonte foi o bório e foi uma questão levantada somente para arredar a mudança da capital e creio que esta idéia do “bório” partiu mesmo de Ouro Preto; se não me falha a memória, li este fato no “jornal de Minas”.

Se o engenheiro dr. Samuel é homem sincero, como é geralmente considerado, porque não darmos valor a uma declaração sua, baseada na estatística que está ao alcance de todos?

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Peço ao ilustre senador que não me empreste sentimentos que não tenho.

A observação estatística está ao alcance de todos os indivíduos.

Assim, tanto um médico pode contar, em uma localidade qualquer, um certo número de papudos, como o engenheiro também pode fazê-lo e acrescentarei: este fato estatístico está ao alcance de qualquer carroceiro.

Acresce que a estatística do dr. Samuel merece muito mais valor do que a do dr. Pires de Almeida; aquela é própria, baseada em 105 dias de continuada observação, e esta, sem a base de observação própria, visto que o dr. Pires apenas esteve algumas horas em Belo Horizonte, procede de informações que, como sabemos, não tem o cunho de uma estatística pessoal.

Sr. Presidente, incomodei-me com o boato de que no Belo Horizonte existia o bório sob a forma endêmica e para lá me dirigi.

Percorri toda a localidade, tomei nota de todos os indivíduos de maior idade ali existentes, indivíduos de 50 até 85 anos, examinei seus filhos, netos, toda a descendência e não vi em nenhum o bócio; a glândula tireoide tinha suas dimensões naturais.

Em toda a minha excursão só encontrei quatro indivíduos com bócio e entre eles duas mulheres, que me pediam esmola.

Encontrei-me também com outras muitas pessoas, que nem ao menos manifestavam sintoma desse mal.

Ora, se o bócio fosse endêmico em uma população de 2 mil e tantas pessoas, compreende-se que essas pessoas não estariam isentas do bócio. (Apoiado do sr. Augusto Clementino).

Acresce, sr. Presidente, que todos nós sabemos perfeitamente que no Estado de Minas não há uma só localidade onde não exista um, dois, três e mais casos de bócio.

Eu apelo para os ilustres congressistas, que me digam se em suas localidades não existe um ou outro indivíduo com bócio?

É possível que algum possa responder: em minha terra nunca vi bócio; e eu creio, porque é bastante não se estar em observação para que ele possa passar despercebido.

Eu, depois que examinei esta questão, e que resolvi dar meu voto pelo Belo Horizonte, tratei de indagar se somente ali havia papudos, embora na pequena porcentagem por mim observada, e tenho verificado a sua existência em toda a parte.

Sr. Presidente, o clima de Barbacena, por exemplo, é o clima apontado como um dos melhores do Estado de Minas, ninguém pode contestar; e no entanto, nestes poucos dias que aqui estou, já vi nove papudos na cidade.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - São quase todos da mesma cidade; tive o cuidado de indagar deles o seu nascimento, a sua residência, a de seus pais,

e todos são filhos daqui mesmo, de Barbacena, com exceção de uma mulher, que nos disse ser filha de Ibertioga.

Ora, por ventura pode alguém, diante deste fato, acusar o clima de Barbacena ou suas águas de condutoras do “quid ignotum papogeno”, que tão bem descreve o dr. Pires de Almeida? Absolutamente não.

Já vê v. ex. sr. Presidente que a acusação feita a Belo Horizonte quanto à existência do bócio, não procede em absoluto.

Se não procede o argumento em relação ao bócio, fica “ipso facto” destruído o da sua consequência, o cretinismo, até porque o próprio dr. Pires de Almeida em seu relatório dia que lá só encontrou um cretino.

Ora, pelo fato de haver numa localidade um cretino, pode-se afirmar que ali reina o cretinismo? (É uma deficiência mental, que impede o amadurecimento normal do cérebro).

Não entro na apreciação das condições higiênicas referidas pelo meu ilustre colega, membro da comissão em relação à Várzea do Marçal porque não trato aqui de combater essa localidade: trato apenas de justificar a minha emenda, tanto mais porque o higienista classifica a Várzea do Marçal depois de Belo Horizonte, sob o ponto de vista higiênico.

Para confirmar o que há pouco disse, sr. Presidente, vou ler um trecho do relatório do médico, (Lê):

“Lamentamos que uma localidade, tal como Belo Horizonte, que pela disposição de seu terreno, altitude média, clima temperado, abundância e qualidade (ilegível) das águas, facilidade de esgoto, uberdade do solo, por suas riquezas naturais, em suma, ouro, ferro, cristais, mármore de variadas cores, etc, impondo-se a toda a evidência, encerre também em seu seio o agente produtor do bócio e, conseqüentemente, o cretinismo!”

Já vê v. ex. sr. Presidente que o distinto médico condena a localidade do Belo Horizonte, lamentando somente porque ela encerra em seu seio o bócio e sua consequência – o cretinismo. (Aparte).

Sr. Presidente, creio que ficou bem demonstrado que a causa dessa lamentação não existe em Belo Horizonte: em 1º lugar porque com a estatística provei o contrário do que foi dito pelo distinto higienista;

em 2º lugar porque ele não tem culpa direta, visto que baseou a sua estatística somente em informações; e tanto ele próprio está convicto, que classificou Belo Horizonte em 2º lugar, porque ele deveria supor ter de passar ao 1º lugar, visto que os engenheiros não concordaram pelas suas exposições na classificação de Barbacena em 1º lugar e, portanto, teria de ocupar o 1º lugar Belo Horizonte.

Ditas estas palavras julgo-me feliz por ter tido ocasião de ver uma boa descrição sobre o bócio, a qual eu antes denominarei um tratado, e neste ponto felicito o distinto higienista, que teve ocasião de prestar à classe médica um serviço, equivocando-se somente no fim, quando descreveu a hipertrofia do corpo tireoide.

Não fosse, sr. Presidente, a afecção desenvolvida em relação ao Belo Horizonte, onde ela não existe como pretende o meu ilustrado colega, e eu só teria louvores a apresentar ao autor de uma precisa e completa descrição.

O ilustre médico ainda classifica a Várzea do Marçal, em relação a Belo Horizonte, em 2º lugar, atento ao impaludismo. E justifica a infecção malárica pela existência dos alagados da Cachoeira de Ilhéus, Vale do rio das Mortes e ao lençol de água subterrâneo.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Ele põe um interrogação que suponho ter substituído por uma afirmação.

Sr. Presidente, deste ligeiro confronto, muito mal feito (não apoiado) entre a Várzea do Marçal e o Belo Horizonte, desejo apenas que o Congresso conclua que o meu estudo e exposição foi todo imparcial, pois como já disse, só poderia dar meu voto pela Várzea do Marçal em vez de Belo Horizonte, se fosse atender as outras considerações que não o dever de congressista e sobretudo o de médico.

Portanto, sr. Presidente, eu espero que o Congresso veja neste confronto o desejo que tenho de justificar a emenda que vou submeter à sua apreciação e ao mesmo tempo para que fique desde já justificado o voto que tenho de dar nesta magna questão.

EMENDA AO PROJETO INICIAL, APRESENTADO PELO SENADOR ESTADUAL DR. JOSÉ PEDRO DRUMMOND.

EMENDA AO PROJETO N.1.

N.2.

AO ART. 1º: Em vez de – Várzea do Marçal – diga-se – Belo Horizonte.

Sala das sessões, 5 de dezembro de 1893.

O sr. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador):
- É chegado o momento solene em que vamos ser juizes em uma magna questão. É chegado o momento em que vamos pronunciar o sim ou o não e talvez pudesse dizer, sr. Presidente, a vida ou a morte do Estado.

Sr. Presidente, a questão felizmente acha-se entre duas localidades, que, já pelos estudos da comissão, já por nossa observação direta, estão perfeitamente conhecidas pelo Congresso.

À visto disto, sr. Presidente, não querendo tomar tempo ao Congresso, até porque estou de perfeito acordo com o nobre senador Gama Cerqueira, que acaba de me honrar como o seu aparte, vou concluir dizendo:

neste momento pende sob o Congresso a grave interrogação: a capital do Estado de Minas será mudada para Belo Horizonte ou para a Várzea do Marçal?’ Vamos, meus ilustrados colegas, responder a essa inevitável pergunta e a Deus peço que nos ilumine!

Envio à mesa a emenda, que já tive ocasião de formular, na segunda discussão do presente projeto. (Muito bem). É apoiada e entra conjuntamente em discussão a seguinte

EMENDA:

Sobre o local designado para sede da nova capital de Minas. Ao art. 1º, em vez de – Várzea do Marçal – diga-se – Belo Horizonte.

RESULTADO FINAL.

Eram necessárias três votações, nas duas primeiras o Congresso, por ampla maioria, escolheu Várzea do Marçal, povoado existente na região de São João Del Rei e Tiradentes.

Dr. José Pedro Drummond, após visitar pessoalmente Várzea do Marçal e Belo Horizonte, fez uma brilhante defesa de Belo Horizonte, demonstrando ainda algumas desvantagens caso persistisse a escolha em Várzea do Marçal.

Propôs então, uma emenda para que a futura capital, em lugar de Várzea do Marçal, fosse em Belo Horizonte (Distrito de Sabará, já com o nome de Belo Horizonte e não mais o de Curral Del Rey).

Ocorrida a 3ª e última votação, Belo Horizonte foi escolhida por 30 votos contra 28, favoráveis a Várzea do Marçal.

Para terminar, embora fugindo um pouco do tema central, mas por fazer da história de Minas Gerais:

MUDANÇA DA CAPITAL DO BRASIL PARA O PLANALTO CENTRAL.

Segundo o deputado Viriato Diniz Mascarenhas, a Constituição Federal de 1891, a primeira da era republicana, havia ventilado a mudança da capital para um lugar do interior, localizado no Planalto Central.

Realmente, o artigo 3º e parágrafo único da Carta Magna de 1891, determinava:

“Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.”

Em 21 de abril de 1960, um mineiro, presidente da República, tornou realidade o sonho dos constituintes de 1891, inaugurando, no planalto central, a nova capital Brasília.

Antes, em 1763, a capital do Brasil havia sido transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, cidade que virou capital de Portugal de 1808 a 1815, em face de ter a Corte portuguesa, comandada pelo rei Dom João VI, ter-se refugiado no Brasil, fugindo de Napoleão.

QUANDO SURTIU, JÁ NA REPÚBLICA, A INSTITUIÇÃO PREFEITURA E A FIGURA DO PREFEITO. ANTES, OS PODERES ESTAVAM CONCENTRADOS NA CÂMARA DE VEREADORES.

(Embora a minha pesquisa se limitou a São Domingos do Prata, talvez essa interpretação caiba a muitos municípios mineiros)

“A Câmara de vereadores de São Domingos do Prata, a partir de janeiro de 1894 até 1930. Neste período se concentrava na Câmara os poderes deliberativo (legislativo) e executivo.

O vereador mais votado acumulava as funções de Presidente da Câmara e de Agente do Executivo de maneira a ser parte integrante da Câmara, e como Presidente e Agente do Executivo, tinha as mesmas prerrogativas dos demais vereadores.

Obviamente, como Presidente, poderia exercer uma certa liderança na direção dos trabalhos, inclusive participar das

discussões dos projetos e resoluções, mas não tinha direito a voto.

Somente votava em caso de empate, dando o chamado voto “minerva”. O Agente do Executivo cumpria e executava o que a Câmara, pela maioria dos votos, aprovava e determinava.

A lei nº 2, de 14.09.1891 (lei de organização municipal), dava algumas funções para o Agente do Executivo realizar, mas sempre subordinadas as decisões da Câmara, tais como: executar e fazer cumprir todas as leis e resoluções da mesma, propor à Câmara a criação de empregos necessários ao desempenho de sua função, dar publicidade às resoluções da Câmara e formular e apresentar à Câmara todo ano, o orçamento do ano seguinte.

Esta lei regulava todo o processo, desde o conceito de distrito, município, requisitos para criações de distritos e municípios, condições de elegibilidade e impedimentos, remuneração do Agente do Executivo, eleições, etc.

Portanto, até o ano de 1930, não se pode dizer tecnicamente haver tido um prédio a abrigar a Prefeitura Municipal e sim, um da Câmara Municipal com seu plenário.

O poder municipal emanava do povo através das eleições, mas era exercido e executado pela Câmara Municipal.

A partir de 190, com a revolução ocorrida naquele anos, todas a Câmaras de vereadores foram fechadas e daí surgiu a instituição Prefeitura e a denominação de Prefeito.

OS PODERES DAS ASSEMBLEIAS PROVINCIAIS E DAS CÂMARAS MUNICIPAIS NO IMPÉRIO.

Não existia na época, tanto no Brasil colônia, quanto no imperial, um padrão para se elevar (Promover) determinado povoado a uma outra divisão administrativa.

Contudo, todas as vezes que uma divisão administrativa (aldeia, curato, freguesia, arraial, paróquia, aplicação) fosse elevada À VILA, ela tornava-se um município com direito a ter a sua própria CÂMARA DE VEREADORES e eleger seus vereadores.

Outros diplomas legislativos, além dos dois requisitos acima, exigiam criações de locais para as sessões do júri, escola de instrução primária e cadeia.

Pouco diferiam as leis que elevavam um povoado à VILA, contendo as seguintes determinações:

“Este município será instalado logo que os habitantes prontifiquem à sua custa um edifício com acomodação para a câmara municipal e cadeia.”

A CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO, OUTORGADA POR DOM PEDRO I EM 1824, E QUE DUROU ATÉ A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM 1889.

Dispunha em seu artigo 167:

“Em todas as cidades e vilas ora existentes, e nas mais, que para o futuro se criarem, haverá Câmaras...”

Mesmo antes da Constituição imperial em 1711, as três primeiras vilas foram emancipadas e puderam ter as suas câmaras, casos de Mariana, Ouro Preto e Sabará.

Contudo, é preciso considerar que o IMPERADOR, não obstante ter outorgado uma CONSTITUIÇÃO, o que já constituía um grande avanço, ainda mantinha poderes absolutos, podendo

revogar, a seu critério, qualquer decisão das Assembleias provinciais (existentes em cada Província, hoje Estado) e das Câmaras de Vereadores.

Entre outros poderes, o Imperador poderia nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos, nomear magistrados, etc. Quem tinha os poderes para nomear, tinha para exonerar.

No império, as Províncias, a partir da promulgação da Carta Magna de 1824 até 11 de agosto de 1834, eram regidas por um CONSELHO GERAL, cujos membros eram eleitos, assim como os vereadores.

A partir da lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, foram criadas em todas as Províncias, uma ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em substituição aos Conselhos, com funções deliberativas e administrativas, sendo que a de Minas Gerais contaria com 36 membros, todos eleitos.

Além disso, em cada uma delas, haveria um PRESIDENTE.

Entre outros poderes, desde que adstritos aos interesses da própria Província, competia a mesma legislar sobre divisão civil, judiciária e eclesiástica, instrução pública, desapropriação por utilidade municipal ou provincial, sobre a polícia e economia municipal, sobre despesas municipais e provinciais, tributos, decretar a suspensão e ainda mesmo a demissão de magistrado contra quem houvesse queixa de responsabilidade, etc.

As leis, exceto algumas de competência privativa da Assembleia Provincial, deveriam ser sancionadas pelo Presidente da Província, podendo vetá-las, mas posteriormente a Assembleia poderia derrubar o veto.

CONCEITO DE CURATO, ALDEIA, APLICAÇÃO, PARÓQUIA, FREGUESIA, ARRAIAL, VILA E CIDADE.

Inexistindo um conceito objetivo e uniforme dessas subdivisões territoriais, distinguindo cada uma das designações, farei de forma sucinta uma conceituação.

Principalmente no Brasil imperial e mesmo nos primórdios da República, tamanho, localização, grau de relevância e atividade econômica não eram, necessariamente, elementos considerados para elevação da localidade para uma subdivisão superior. Já naquela fase da vida nacional, o critério político era um dos fatores.

O Estado laico somente surgiu no Brasil quando se instituiu a República (Decreto 119-A).

No período colonial e no império os governantes, como forma de dominação e poder, se aliaram a igreja católica, como se irmãos siameses fossem.

As paróquias criadas nesse período, embora correspondessem a uma subdivisão territorial, eram religiosas e a grande influência e dominação política, principalmente nas localidades interioranas, era do Bispado que tinha jurisdição na região e do padre com atuação local.

A definição de paróquia pelo código canônico seria uma determinada comunidade de fieis, constituída estavelmente na igreja e seu cuidado pastoral era confiado ao pároco, sob a autoridade do bispo.

ALDEIA ou VILA eram também povoados, lugarejos. Sabará quando foi elevada à categoria de cidade em 1838, era denominada de Vila de Sabará, assim como Ouro Preto e Mariana.

Como já mencionado, inexistia à época um critério objetivo para conceituar cada uma dessas subdivisões territoriais.

Normalmente, uma freguesia era elevada a VILA, última escala para se tornar um município.

Não era novidade a existência de uma Paróquia ser elevada, assim como arraial.

Somente localizei a lei 1898, de 19 de julho de 1872, aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial e sancionada pelo Presidente da Província de Minas Gerais em que, em seu artigo 2º, estatua:

“Nenhuma povoação será elevada de freguesia à Vila ou cidade, sem ter primeiro edifício público para escola de primeiras letras do sexo masculino.”

QUANDO SE DAVA A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO POVOADO.

O QUE É MAIS IMPORTANTE, O MUNICÍPIO EMANCIPAR-SE QUANDO ERA VILA E/ OU QUANDO ERA ELEVADO À CIDADE TEMPOS APÓS?

Sabará, Ouro Preto, Mariana, todos em 1711 e São Domingos do Prata em 1890, quando se emanciparam e tornaram-se municípios, foram elevadas a VILAS e assim continuaram por algum tempo.

ARRAIAL, FREGUESIA, ALDEIA, PARÓQUIA OU CIDADE, eram denominações acessórias.

Por isto, o importante era conseguir a EMANCIPAÇÃO, o que somente viria com a elevação à categoria de VILA, tanto no período colonial, quanto no imperial.

Somente a partir da emancipação é que os povoados passavam a ter autonomia para criarem as suas Câmaras de Vereadores, elegerem seus representantes, votarem as leis municipais e terem uma sede e cadeia.

No caso específico de Sabará, o arraial conseguiu a sua emancipação em 17.07.1711, passando denominar-se de VILA REAL DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, contudo foi ser elevado à categoria de cidade, mas de cem anos após, ou seja, em 06.06.1838, a demonstrar que a elevação à cidade nada acrescentava à autonomia municipal.

A elevação a cidade, era apenas uma questão de nomenclatura. Um título honorífico. Por isso é que os municípios passam a contar a data de sua fundação, a de que foram emancipados, pois foi a partir daí que conseguiram a sua autonomia político-administrativa.

ALGUMAS EFEMÉRIDES ENVOLVENDO SABARÁ.

1720 – Curvelo estava integrado ao território de Sabará.

1831 – Dom Pedro I visita Sabará.

1833 – Caeté passou a pertencer a Sabará.

1847, Santa Luzia desmembra-se do território de Sabará, mas em 1848, tal ato foi anulado retornando a Sabará.

1848 – Taquaraçu passou a pertencer a Sabará.

1853, o distrito de Contagem, pertencente ao município de Sabará, é elevado à freguesia.

1855 - A freguesia e distrito de Betim pertencia a Sabará.

1856, Santa Luzia desmembra-se, definitivamente, de Sabará.

1855 – Matozinhos ainda pertencia a Sabará.

1855 – Lagoa Santa ainda pertencia a Sabará.

1856 – Capela Nova de Betim (Atual Betim) continuava no território de Sabará.

1856 – Santa Quitéria (atual Esmeraldas) continuava a pertencer a Sabará.

1856, foi autorizada a navegação a vapor no Rio das Velhas, partindo de Sabará até Curvelo, também integrante do território sabarense.

1857, o convento de Macaúbas pertencia ao município de Sabará.

1857, Venda Nova (hoje bairro de Belo Horizonte), era distrito e pertencia a Sabará.

1858, desde que moderado, era permitido ao professor aplicar castigos físicos nos alunos.

1867, foi criada uma escola em Sabará com as seguintes matérias (na época denominadas de “cadeiras”):

Latim, francês, inglês, aritmética, álgebra até equações de 2º grau, geometria e trigonometria retilínea, história e geografia. Posteriormente, foram introduzidas as cadeiras de filosofia e retórica.

1858 –m Jaboticatubas pertencia ao território de Sabará.

1858 – Raposos pertencia ao território de Sabará.

1871, foi autorizada a construção de uma estrada ligando a povoação de Santo Antônio do Rio Acima, pertencente ao município de Sabará, até Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete).

1876, é concedida verba a Ordem 3ª de Nossa Senhora do Carmo para emprego nas catacumbas.

1876, é autorizada a construção de uma nova cadeia em Sabará pelo engenheiro HENRIQUE DUMONT, pai de Santos Dumont.

1880, Capela Nova de Betim (hoje município de Betim) ainda pertencia a Sabará.

1880, foi autorizada uma verba para hospedagem do imperador em Sabará.

1881 – Dom Pedro II visita Sabará.

1882 – Rio Acima pertencia ao município de Sabará.

1883, Sarzedo pertencia ao município de Sabará.

1884, foi instituído o imposto predial em Sabará.

1887, Contagem e Curral D’El Rei ainda pertenciam a Sabará.

1887, tanto Congonhas de Sabará (hoje Nova Lima), como a localidade de “Macacos”, ainda pertenciam a Sabará.

1889 – Belo Horizonte (Curral Del Rei) ainda pertencia a Sabará.

1899, Raposos ainda pertencia a Sabará.

1899 – Ibité continuava a pertencer a Sabará.

PRONUNCIAMENTO PARA TOMAR POSSE COMO MEMBRO EFETIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS – 28.05.2022 –

Fui criado, casei e me tornei cidadão honorário de Sabará, mas a minha terra natal é São Domingos do Prata, município no qual possuo raízes profundas. Assim, além do patrono que escolhi, vou intercalar minha fala com breves passagens históricas envolvendo essas duas localidades.

Porém, antes, gostaria de lembrar e homenagear uma pessoa que conheci na infância e ele na juventude. Ele se tornou, além de um grande amigo, um dos maiores benfeitores de Sabará, terra que tanto amava. Refiro-me a um membro efetivo deste Instituto, que nos deixou em 17. 02. 2022.

Trata-se do professor Mário de Lima Guerra. Onde quer se encontre, um grande abraço!

O patrono que escolhi foi JÚLIO BUENO BRANDÃO.

Nasceu em Ouro Fino (MG), em 11 de julho de 1858 e faleceu no Rio de Janeiro em 21 de março de 1931.

É patrono do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ocupando a cadeira de número 56.

Foram seus pais Francisco de Paula Bueno e Francisca Sanches de Paula Bueno e sua esposa, dona Hilda Bueno Brandão.

Em sua terra natal, foi advogado, juiz Municipal, vereador, inspetor escolar, delegado de polícia e Agente do Executivo, cargos ocupados principalmente no período imperial.

Proclamada a República em novembro de 1889, em janeiro 1891, foi nomeado pelo Presidente do novo Estado de Minas Gerais, Crispim Jacques Bias Fortes, Presidente do Conselho de Intendência em Ouro Fino, permanecendo neste posto até março de 1892, quando foi eleito Presidente da Câmara Municipal, sendo reconduzido no cargo até 1901.

Ainda em 1893, acumulou esta função com a de Deputado Estadual sendo que em julho do mesmo ano, ao se eleger para este cargo, iniciou uma vertiginosa carreira fora das divisas de sua terra natal. Reelegeu-se para a legislatura de 1895 a 1898.

Elegeu-se em seguida, Senador Federal no período de 1897 a 1899, preenchendo uma vaga aberta pela renúncia de outro Senador Federal. Reelegeu-se sucessivamente, de 1900 até 1908, tendo ocupado funções de relevo no senado federal.

Acumulou durante algum tempo a senadoria e a Vice-Presidência do Estado de Minas Gerais, para a qual foi eleito, em 07.03.1905, na chapa encabeçada por João Pinheiro da Silva.

Tendo João Pinheiro falecido em 25 de outubro de 1908, renunciou ao mandato parlamentar e assumiu o cargo de Presidente do Estado de Minas Gerais, a fim de completar o período do mandato.

Realizadas novas eleições em sete de março de 1910, em sete de setembro do mesmo ano, é empossado Presidente de Estado de Minas Gerais, para o quadriênio de 1910 a 1914.

NOTA: A Constituição mineira de 1891, a primeira da era republicana, estabeleceu o bicameralismo, composto pela Câmara de Deputados (Denominação da Assembleia Legislativa da época) e do senado estadual. Quando se reuniam, formavam o Congresso mineiro.

Por força de seu artigo 97, a autoridade máxima do executivo estadual era denominada de Presidente do Estado e não governador.

Júlio Bueno Brandão fez parte do histórico Congresso Mineiro, reunido provisoriamente em Barbacena, a partir de 1893, com a única incumbência de escolher a nova capital para o Estado de Minas Gerais.

Depois de exercer o mandato de Presidente do Estado até 1914, em 1916 retorna ao senado estadual, mas permanece por pouco tempo, eis ter sido eleito Deputado Federal em 1917, sendo reeleito até 1923.

Em 1924, voltou a se eleger para o senado federal, permanecendo no cargo até 1930, quando, em face da revolução de 1930, que alçou Getúlio Vargas ao poder, as casas legislativas do país foram fechadas.

Júlio Bueno Brandão, como Presidente do Estado, trouxe grandes e inúmeros benefícios para Minas, mas limitarei a citar, apenas dois, entre outros, que levou para a minha terra natal.

Um deles, foi a criação na cidade de São Domingos do Prata da Colônia Agrícola Guidoal, nome dado ao histórico francês, Guido Thomaz Marlière, iniciador da colonização no Vale do Piracicaba no início do século 19, além de grande defensor dos índios que abundavam aquela região.

Afrânio de Mello Franco, patrono desse conceituado Instituto, em uma feliz expressão, o chamou de o “Apóstolo das Selvas Mineira”.

No início essa Colônia tornou-se uma grande produtora e exportadora de produtos hortigranjeiros e nela abrigou diversas famílias de imigrantes, inclusive de alemães.

Ele, assim como João Pinheiro, considerava crucial estimular a imigração de colonos estrangeiros para o fortalecimento econômico de Minas Gerais.

Aliás, seguindo esta linha, por volta de 1945, um prefeito de minha terra natal, Manoel Martins Gomes Lima, também conclamava e estimulava a vinda de imigrantes.

Não obstante nesta quadra da vida nacional, em face da segunda guerra mundial, os italianos, alemães e japoneses não serem bem vistos, ele não discriminou nenhuma origem, e até incentivou principalmente a imigração italiana.

Não só italianos, mas também alemães e portugueses imigraram para São Domingos do Prata. Na primeira metade do século 20, o território de São Domingos do Prata chegou a ter quatro mil quilômetros quadrados e necessitava ser mais povoado.

O segundo grande benefício foi a criação, a pedido de um pratiano, de cuja vida falarei mais na frente, que foi colega de Júlio Bueno Brandão no senado mineiro e depois na câmara federal, de um Grupo Escolar em Dionísio, então Distrito de São Domingos do Prata.

Este educandário foi o responsável pela educação e formação de gerações de Dionisianos e sobrevive até os dias de hoje, com o nome do pratiano que lutou para sua instalação e de cuja vida falarei mais adiante, eis que foi um dos fundadores do instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Este foi um pequeno sumário sobre a vida deste notável mineiro.

A partir de agora, vou contar três pequenas passagens históricas sobre Sabará e no final, de dois pratianos, que participaram da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Um episódio histórico, entre dezenas de outros, envolvendo Sabará, diz respeito às visitas de Dom Pedro I (Em 1831) e Dom Pedro II (Em 1881) à Sabará.

Ambos foram recepcionados, pernoitaram no famoso solar do padre Correia e participaram de atividades na antiga Casa de Ópera, hoje o segundo teatro mais antigo em atividade no Brasil. (Ambos prédios estão otimamente conservados).

Na sua visita em 1831, sete anos após ter promulgado a primeira e única Constituição política do Império, Dom Pedro I visitou, à noite, o teatro local para ser homenageado.

Logo, a excelente acústica do teatro fez o imperador perceber que a fidelidade do povo de Sabará à sua pessoa dependia de uma condição.

E o ponto culminante foi no momento das homenagens: após o “Viva o Imperador Dom Pedro I”, podia-se ouvir com clareza a frase “Enquanto for constitucional”, falada pelo coronel Pedro Gomes Nogueira, que liderava, junto com o padre Mariano de Souza, um grupo de constitucionalistas.

Anteriormente, pouco antes da proclamação da Independência, Dom Pedro I, ainda na condição de Príncipe Regente, visitou a Província de Minas Gerais, no período de 25 de março de 1822 até 09 de abril do mesmo ano, quando teve que retornar, prematuramente, à Corte.

Dias após, sentindo ter que retornar ao Rio de Janeiro, tendo em vista o surgimento de circunstâncias alheias à sua vontade, primeiro em 12 de abril de 1822 e depois em 22 de abril do mesmo mês e ano, cinco meses antes da proclamação da Independência, Dom Pedro I envia duas cartas.

A primeira agradecendo ao povo de Sabará e a segunda ao povo da Comarca de Sabará, lamentando o seu retorno prematuro.

No ano seguinte, 1823, já Imperador, em reconhecimento ao apoio do povo de Sabará pela rápida adesão à causa da independência do Brasil, Dom Pedro I, por decreto, concedeu a Sabará o título de Fidelíssima.

Outro episódio, envolve a criação da nova capital para Minas Gerais. Conta Carlindo Lelis, um dos grandes poetas parnasianos do país no final do século 19 e primeira metade do século XX, que estudou, formou e trabalhou na velha Vila Rica:

“Os republicanos instalados no Governo Federal desejavam a mudança da capital para o centro geográfico do Estado, não somente para desenvolver Minas política e economicamente,

mas também porque Ouro Preto, além de não oferecer condições adequadas face o seu relevo acidentado, guardava em sua história e arquitetura as marcas de um passado de dominação portuguesa, do qual se desejava distanciar”.

É ainda Carlindo Lellis quem narra: “Proclamada a República em 1889, dois anos após, o Barão de Lucena, ministro da Justiça do Governo do Marechal Deodoro da Fonseca, indicou Augusto de Lima para governar Minas, mas dele solicitava que fizesse a transferência da capital. O Barão aconselhava a mudança imediata da capital para Sabará, próximo de Curral Del Rei.

Portanto, a determinação era para mudar a capital para a sede do município de Sabará. Contudo, tal não ocorreu, eis que, democraticamente, coube ao Congresso Mineiro deliberar sobre o tema.

Carlindo Lellis foi patrono da Cadeira de número 12 da Academia Mineira de Letras e teve, como um dos sucessores, o ex-Presidente Tancredo Neves.

Por sua vez, Augusto de Lima, patrono da Cadeira de nº 2, desta conceituada Instituição, nasceu em 05.04.1859, no atual município de Nova Lima.

Nova Lima, que teve outros nomes, tais como Congonhas de Sabará, Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará e Vila Nova de Lima, nesta época pertencia ao município de Sabará.

Nova Lima somente se emancipou em 1891 (Já na República). Portanto, Augusto de Lima nasceu em um território (Hoje o próspero município de Nova Lima) que então pertencia ao município de Sabará.

O professor Mário de Lima Guerra ao finalizar um brilhante comentário sobre um de meus livros, disse: “Honra e Glória para os sabarenses que nos antecederam, principalmente Antônio Augusto de Lima.”

Outro fato histórico envolvendo Sabará diz respeito a Revolução Liberal de 1842. Duque de Caxias já havia debelado esta revolução em São Paulo, mas como ela estava sendo vitoriosa na Província de Minas Gerais, a Coroa o enviou para Minas.

Duque de Caxias com as suas tropas, atravessa a pé o centro da cidade de Sabará, caminha até a localidade, ainda existente, denominada Soledade e chega no território de Santa Luzia, onde se trava a última batalha, vencida, com grandes dificuldades, pelo exército de Duque de Caxias.

Mais uma vez, em 1842, o território de Santa Luzia estava integrado ao do município de Sabará, somente se emancipando definitivamente em 1856.

Não somente a comarca, mas também, antigamente, era gigantesco o município de Sabará:

Na sessão da Assembleia Provincial de 17 de novembro de 1880, o deputado Drummond (José Antônio da Silva Drummond), natural de Itabira, dizia em relação a dimensão do município de Sabará:

“O município de Sabará, sr. Presidente, quase que pode formar uma província. Além destas freguesias (Citadas a seguir) tem ainda aquele município o distrito de Pindaibas, pertencente à paróquia de Curral D’El Rey.”

O referido Deputado listou as seguintes freguesias pertencentes ao território de Sabará em 1880:

O município de Sabará compõe-se de 10 freguesias riquíssimas, srs!

Nossa Senhora da Conceição de Sabará.

Lapa (atual distrito de Ravena).

Santa Quitéria (atual município de Esmeraldas),

Raposos (atual município com o mesmo nome).

Congonhas (atual município de Nova Lima).

Santo Antônio do Rio Acima (atual município de Rio Acima).

Curral Del Rey (atual município de Belo Horizonte).

Betim (atual município com o mesmo nome).

Contagem (atual município com o mesmo nome).

Ora, conclui o Deputado: pergunto eu aos meus nobres colegas: quantos municípios teremos na província nas condições deste, constituídos com estas proporções, com estes elementos de riqueza e prosperidade?”

Além dos locais acima citados, já integraram o território do município de Sabará, entre outras localidades: Curvelo, Santa Luzia, Sete Lagoas, Lagoa Santa, Sarzedo, Mateus Leme, Taquaraçu, Paraopeba, Prudente de Moraes, Ibirité, Matozinhos e Convento de Macaúbas.

Vou finalizar, contando um pouco sobre a vida de dois personagens, nascidos em São Domingos do Prata, com participações marcantes na fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

O primeiro é o Dr. José Pedro Drummond. Nasceu em São Domingos do Prata em 24 de fevereiro de 1855 e faleceu em Belo Horizonte, em 20 de novembro de 1923.

Era filho de Antônio Manuel Freitas Drummond e de Maria Clara Freitas Drummond.

Foi médico, advogado, industrial, professor das faculdades de Direito e de Odontologia, ambas de Belo Horizonte, Presidente da Associação Comercial de Minas, senador estadual de 1891 até 1918 e um dos articuladores, junto com outros notáveis da época, para a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Contudo, um de seus feitos mais notáveis foi quanto a sua decisiva participação na escolha da nova capital de Minas Gerais.

Por falta de clima em Ouro Preto, o Congresso Mineiro se instalou provisoriamente em Barbacena, com a única missão de escolher a nova capital.

Eram necessárias três votações, nas duas primeiras o Congresso, por ampla maioria, escolheu Várzea do Marçal, povoado existente na região de São João Del Rei e Tiradentes.

Dr. José Pedro Drummond, após visitar pessoalmente Várzea do Marçal e Belo Horizonte, fez uma brilhante defesa de Belo Horizonte, demonstrando ainda algumas desvantagens caso persistisse a escolha em Várzea do Marçal.

Propôs então, uma emenda para que a futura capital, em lugar de Várzea do Marçal, fosse em Belo Horizonte (Distrito de Sabará, já com o nome de Belo Horizonte e não mais o de Curral Del Rey).

Ocorrida a 3ª e última votação, Belo Horizonte foi escolhida por 30 votos contra 28, favoráveis a Várzea do Marçal.

Portanto, sendo pratiano, com muito orgulho, digo que um conterrâneo teve participação decisiva na escolha de Belo Horizonte e graças a esta participação, estamos aqui hoje.

Dr. ANTÔNIO GOMES LIMA.

Vou terminar, pedindo licença para praticar um “nepotismo”, pois vou falar de um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que foi meu tio-avô paterno.

Refiro-me a Antônio Gomes Lima, que ficou conhecido como Dr. Gomes Lima. Ele nasceu em São Domingos do Prata em 16 de junho de 1869 e faleceu no Rio de Janeiro por volta de 1960.

Era filho dos pratianos Modesto Gomes Domingues e Maria dos Anjos de Lima. Foram seus irmãos: Joaquim Augusto Gomes Lima, Virgílio Gomes Lima, que ficou conhecido como Virgílio Lima, Altina Rosa de Lima e Narcisa Rosa de Lima.

Foi casado com Isabel da Luz que, após o matrimônio, acrescentou o nome de família do marido, passando a chamar-se Maria Isabel da Luz Gomes Lima.

Foi, entre outras coisas, advogado, Promotor de Justiça em sua terra natal, Juiz de Direito em Alfenas, Senador Estadual, Deputado Federal por duas legislaturas, de 1915 a 1921, Presidente do Banco do Brasil e do Banco de Crédito Real, além de Chefe da Polícia, cargo equivalente hoje a secretário da Defesa Social.

Poderia citar os inúmeros benefícios que carreou para a sua terra natal, mas não vou fazê-lo apenas para não alongar ainda mais este. Porém, alguns deles estão mencionados em

diversos de meus livros sobre a história antiga de São Domingos do Prata.

Contudo, vou citar a participação dele na criação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, do qual se tornou um membro efetivo.

Dr. Gomes Lima fez parte da Comissão encarregada de elaborar os estatutos do Instituto, juntamente com Virgílio de Mello Franco, Rodolfo Jacob e Albino Alves Filho.

Elaborado os estatutos, em 18 de julho de 1907 foi eleita a primeira Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, sendo eleito Presidente, por aclamação, o Dr. João Pinheiro da Silva.

A instalação ocorreu em 15 de agosto de 1907, em sessão solene na antiga Câmara dos Deputados, situada no prédio do Congresso Provisório, que existia na Avenida Afonso Pena com rua da Bahia. Na ata da inauguração, o nome do Dr. Antônio Gomes Lima está logo abaixo do de João Pinheiro, Presidente eleito.

Outro patrono deste instituto, embora tenha nascido em Itabira, viveu parte de sua infância em São Domingos do Prata. Inteligência brilhante, quando adulto ocupou diversos cargos de relevo, tendo levado vários benefícios para São Domingos do Prata. Refiro-me a Daniel Serapião de Carvalho, patrono da cadeira nº 86.

Bem, encerro citando dois fatos históricos, entre outros, proporcionados a Sabará e São Domingos do Prata, pelo

Presidente do Estado e primeiro Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

João Pinheiro da Silva, através do Decreto nº 36, de 12 de abril de 1890 (Portanto sete anos antes de se inaugurar a nova capital), determinava que a freguesia de Curral Del Rei, município de Sabará, passasse a denominar-se, a partir daquela data, Belo Horizonte, conforme foi requerido pelo povo de Sabará.

Também foi ele quem, em 1º de março de 1890, assinou o decreto nº 23, emancipando o município de São Domingos do Prata que, até então, estava vinculado ao de Santa Bárbara.

Muito obrigado pela presença.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2022.

Edelberto Augusto Gomes Lima.

POR FIM, ofereço mais um de meus livros, “Noticias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos, Alfié, Cônego João Pio, Dionísio, Goiabal, Ilhéus. Jaguaraçu, Marliéria, Santa Isabel, Timóteo e Vargem Linda” (atuais e antigos), para fazer parte do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

FONTES:

DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS.

ANUÁRIO DE MINAS GERAIS: PARTE CHOROGRAPHICA, HISTÓRICA E ESTATÍSTICA – VOLUME 3.

CÂMARA DOS DEPUTADOS BRASILEIRO E SENADO FEDERAL.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS.

CONSTITUIÇÃO MINEIRA DE 1891.

ANAIS DO CONGRESSO MINEIRO REUNIDO PROVISORIAMENTE EM BARBACENA NO PERÍODO DE 22/11 A 18/12/1893.

LELLIS – CARLINDO: “AUGUSTO DE LIMA (SUA VIDA E SUA OBRA)”.

SACRAMENTO – JOSÉ ANTÔNIO DE ÁVILA – “DA CORTE, PASSANDO POR BARBACENA E SÃO FRANCISCO DO ONÇA, ATÉ A VILA DE SÃO JOÃO DEL-REI”.

LIMA – EDELBERTO AUGUSTO GOMES:

“NOTÍCIAS DO ANTIGO SÃO DOMINGOS DO PRATA E SEUS DISTRITOS ...” 2ª EDIÇÃO –

“RETALHOS DA HISTÓRIA ANTIGA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA”.

“SABARÁ: FRAGMENTOS DE SUA HISTÓRIA NO PERÍODO IMPERIAL”.

“SABARÁ NA IMPRENSA DO IMPÉRIO”.

“A HISTÓRIA DO LEGISLATIVO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – 1890 A 1962”.

“SÃO DOMINGOS DO PRATA FRAGMENTOS DE SUA HISTÓRIA”.

“REVIVENDO A HISTÓRIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA”.

“FILHOS ILUSTRES DO MUNICÍPIO DE FERROS TODOS DA FAMÍLIA LELLIS FERREIRA”.

FRANCO – AFRÂNIO DE MELLO – “GUIDO THOMAZ MARLIÉRE (O APÓSTOLO DAS SELVAS MINEIRAS)”.

A GESTÃO DO PREFEITO MANOEL MARTINS GOMES LIMA (Neneco) E A CRIAÇÃO DA BANDA SANTA CECÍLIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA PELO SR. TACINHO.

Ele virou Prefeito em um momento histórico. Ao iniciar o seu mandato em 19 de outubro de 1943, herdou, de imediato, duas tarefas.

A primeira seria a de organizar os festejos do centenário da Paróquia de São Domingos do Prata, que seria comemorado em agosto de 1944, dez meses após.

A segunda resolver o crônico problema do abastecimento de água potável na cidade.

De imediato a cidade necessitava, para abrilhantar os festejos, de uma Banda de Música. O município já tivera outras, mas naquela quadra da existência, não mais havia.

(Na comemoração da vitória na revolução de 1930, quatro bandas de música a abrilhantaram, inclusive uma denominada Santa Cecília)).

Foi então, logo no início de seu mandato, que o seu amigo Anastácio Ubaldino Fernandes (Conhecido como Sr. Tacinho), fundou e tornou o seu Maestro, em 8 de dezembro de 1943, a Sociedade Musical Santa Cecília, que muito contribuiu para abrilhantar os festejos do centenário.

A amizade dele com o Sr. Tacinho durou tanto que, no futuro, eles foram colegas em Coronel Fabriciano, ambos trabalhando na Belgo Mineira. Neneco ainda foi padrinho de um de seus filhos.

Os filhos (as) dos dois se confraternizando em Coronel Fabriciano.



Há ainda o seguinte trecho extraído da extensa reportagem feita pelo jornal “A Voz do Prata”:

“...É de se salientar a boa vontade e cooperação decisiva do Exmo. Prefeito Municipal farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, que empenhou o máximo de seus esforços para que nossa cidade apresentasse a mais agradável das impressões.

(...)A nota alegre das solenidades foi a apresentação da Banda de Música Santa Cecília ricamente uniformizada pelo nosso distinto conterrâneo Joaquim Rolla, sempre prazeroso em atender aos pedidos de seus conterrâneos, e ao qual, na pessoa de sua digna progenitora Dona Francisca Rolla, foi feita pela citada corporação uma manifestação de simpatia e agradecimento...”

Quanto o abastecimento de água potável, noticiou o jornal “A Voz do Prata”.

“ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.

Neneco marcou o seu curto período na liderança do executivo pratiano com uma grande obra, que, segundo a

impressa local, inseriria o seu nome na história do município e contaria com a gratidão de diversas gerações de pratianos”.

A cidade enfrentava um crônico problema de falta d’água. Neneco, enfrentando e transpondo obstáculos vários, conseguiu solucioná-lo de acordo com as circunstâncias da época.

NOTA: A festa do centenário está contada, entre outros, no livro “Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata, a partir da página 81, quanto a água potável no livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos”, a partir da página 318, ambos disponíveis no google na galeria Edelberto.

EXISTÊNCIA DE OUTRAS BANDAS DE MÚSICA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA ANTES DE 1944.

1 -Por volta de 1893. Antônio Serapião de Carvalho (Cuja vida relato no livro “Radiografia, em 1894, do município de São Domingos do Prata”, disponível no google na galeria Edelberto, informava:

A música, porém, que tão salutar influência exerce sobre o sistema nervoso, encontra cultores por toda a parte e, à exceção dos distritos de Ilhéus e do Sacramento, há em todas as localidades bandas de música instrumental, regularmente organizadas.

2 -FUNDAÇÃO DE UMA BANDA DE MÚSICA NO PRATA.

Publicou o jornal “O Imparcial”, essa notícia, em sua edição do dia 28 de março de 1909:

“Sob a competente direção do maestro sr. Arcelino Honorato Soares, fundou-se nesta cidade uma banda de música, que, em homenagem à melhor sociedade musical que já houve nesta cidade, tomou o nome BANDA JOÃO JANUÁRIO.

É uma necessidade de que se ressentia a nossa sociedade, e que em boa hora cessará com o esforço do Sr. Arcelino Honorato Soares e de alguns cidadãos.”

3 – EM AGOSTO DE 1944, NA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA PARÓQUIA, EXTRAIO O SEGUINTE TRECHO:

A nota alegre das solenidades foi a apresentação da Banda de Música Santa Cecília ricamente uniformizada pelo nosso distinto conterrâneo Joaquim Rolla, sempre prazeroso em atender aos pedidos de seus conterrâneos, e ao qual, na pessoa de sua digna progenitora Dona Francisca Rolla, foi feita pela citada corporação uma manifestação de simpatia e agradecimento...”

4 –NA COMEMORAÇÃO DA VITÓRIA DE MINAS NA REVOLUÇÃO DE 1930, O POVO PRATIANO SAIU ÀS RUAS EM COMEMORAÇÃO, DA QUAL EXTRAIO A SEGUINTE PASSAGEM:

À noite a população da cidade percorreu as ruas guiada pela Banda de música Santa Cecília em ruidosa passeata cívica sob as aclamações e vivas repetidas aos Srs. Arthur Bernardes, Olegário Maciel, Afonso Pena Junior, Antonio Carlos, Getúlio Vargas e outros vultos da campanha cívica, sendo também sempre lembrada a memória sagrada de João Pessoa.

Ao passar pela estação telegráfica onde se achava o Dr. Edelberto de Lellis, Presidente da Câmara e do Comitê revolucionário, o Sr. Professor José Martins Domingues, diretor do Grupo Escolar, saudou o povo pratiano na pessoa do Chefe do Executivo Municipal.

Este respondeu fazendo a síntese do movimento e das causas que o levaram a efeito e terminou congratulando-se com o povo do município pela vitória da causa em que o Brasil empenhava a sua honra e os seus brios de povo livre. (....).

Ao anoitecer desse dia a cidade estava repleta de povo que acorreu a todos os pontos do município, achando aqui reunidas

quatro bandas de música para maior brilho dos festejos populares. (....)”

5 – NO ENTERRO DO PRATIANO MANOEL MARTINS VIEIRA, NO QUAL O POVO CARREGOU ATÉ O SEU RETRATO PARA SER COLOCADO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES, EXTRAIO A SEGUINTE NOTÍCIA:

Durante a missa, a banda de música São Domingos, regida pelo maestro Linhares, executou diversas marchas.

Após a missa foi o retrato de Manoel Martins Vieira levado em triunfo ao som de maviosas marchas e ao estrepitar de fogos, da farmácia Lima (de propriedade de Joaquim Augusto Gomes Lima, casado com a filha do falecido, Nicolina Martins Vieira), para a casa da Câmara.

6 – AINDA NA COMEMORAÇÃO DA VITÓRIA NA REVOLUÇÃO DE 1930:

Em todas as rodas e em todas as palestras faziam-se os mais pitorescos comentários em torno da personalidade turva do Sr. Washington Luiz e de seus companheiros de desgoverno àquela hora presos.

À noite a população da cidade percorreu as ruas guiadas pela Banda de Música S. Cecília em ruidosa passeata cívica (.....).

NOTA: Todas as notícias acima foram extraídas de meus livros.

REGISTRO CIVIL NO IMPÉRIO.

Em 1874, ainda em fase muito embrionária, começou a ser feito, fora das igrejas, os registros dos nascimentos, casamentos e óbitos.

Eles deveriam ser realizados pelo Juizado de Paz, sob a inspeção do Juiz de Paz. Posteriormente, quando completados os livros de registros, deveriam ser enviados à Câmara de Vereadores do município a fim de ali ficarem arquivados.

Havia uma limitação, eis que os funcionários dos Juizados, responsáveis pelos registros, só podiam fazer constar o que os interessados declaravam.

Ademais, eles não saiam a campo, como atualmente ocorre com os recenseadores do IBGE, para colherem as informações e, na época, à esmagadora maioria da população, inclusive a escrava, vivia na área rural.

Em linhas gerais, são essas as informações mais relevantes. Mas o tema está detalhado no Decreto nº 5604, de 25 de abril de 1874, que regulamentou o artigo 2º da lei nº 1829, de 9 de setembro de 1870.

Esta lei dispunha em seu caput e artigo 1º (Ortografia atual): aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembleia Geral Legislativa decretou, e Nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º - De dez em dez anos proceder-se-á ao recenseamento da população do Imperio.” O primeiro depois desta lei, ocorreu em 1872.

O JUIZ DE PAZ ANTES DE 1874.

Uma lei imperial, sancionada por Dom Pedro I, datada de 15.10.1827, criou e regulamentou a figura do Juiz de Paz,

mencionado nos artigos 161 e 162 da Constituição do Império de 1824.

Em cada povoado havia um Juiz de Paz e um suplente. Essa lei dava diversas atribuições ao Juiz de Paz, mas em nenhum de seus artigos tornou obrigatório o dever de cadastrar os nascimentos e óbitos de seus habitantes.

Havia um cadastramento rudimentar, sem método ou obrigatoriedade, de modo que seus registros, além de muito imprecisos, não eram confiáveis.

Eram dezenas as atividades atribuídas ao Juiz de Paz que, até mesmo aos mais meticolosos, tornava difícil fazer um cadastramento de todos.

Essa atividade, segundo penso, por ser a instituição mais organizada na época, era mais eficiente quando feita pelos párocos, através do documento denominado batistério, por ocasião do batismo e do óbito do habitante e também por ocasião do casamento, eis que, como já disse acima, naquela época, os católicos formavam praticamente 100%.

Ainda que posteriormente, tenha sido dado uma atribuição mais específica ao Juiz de Paz, as suas dezenas de atribuições dificultavam um trabalho mais criterioso.

Nos Censos do período do Império, acredito, por dedução que considero lógica, embora não tenha encontrado registro afirmando, ter sido os dados se baseado principalmente nos batistérios, ainda que, de forma suplementar, tenham recorrido aos arquivos dos Juizes de Paz.

As três notícias a seguir, reforçam esse entendimento:

**PROPRIETÁRIOS DE CEMITÉRIOS PARTICULARES –
DEVERES – 1849 – PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS.**

A Assembleia Legislativa Provincial através da Resolução de nº 457, de 20 de outubro de 1849, determinou que os proprietários de cemitérios particulares ficassem obrigados a enviar trimestralmente ao pároco da Freguesia ou capelão cura das capelas curadas, uma relação de todas as pessoas sepultadas em seus cemitérios, declarando seus nomes, idades, estados, condição e enfermidade que resultou a morte.

“Por intermédio dos respectivos Bispos, a Diretoria de Estatísticas requisitou de todas as paróquias dados sobre batizados, casamentos e óbitos em 1907.

Nesta paróquia da cidade são estes os dados fornecidos: 126 batizados, 28 casamentos e 80 óbitos.”

Jornal “O Piracicaba”, edição do dia 1º de março de 1908.

**NÚMERO DE BATIZADOS, CASAMENTOS E ENTERROS EM
RIO PIRACICABA – 1884 –**

“Ilmo e exmo. Sr. presidente da provincia de Minas Gerais.

Envio à V. Exa. os respectivos mapas dos batizados, casamentos e enterros, que se fizeram nessa freguesia de São Miguel do Piracicaba, no último trimestre do ano de 1883.

Esse trabalho já poderia estar feito; porém, ou eu não compreendi bem o decreto ou este não foi bastante claro, pois entendia eu que esse serviço fosse somente para o ano de 1884.

Agradeço muito à v. exa. Sr ministro, à atenção caridosa que tiveram de não mandarem suspender a grande cômputo (remuneração) de nós párocos, que não cumprimos exatamente as ordens de VV. Excias, porque, do contrário, morreríamos todos à mingua de pão para a boca.

Deus guarda à V. Exa. –

São Miguel do Piracicaba, 20 de abril de 1884.

O vigário Marcos José de Oliveira.”

FONTE: Jornal “A Província de Minas”, edição de 20 de abril de 1884.

A religião católica na época, aliada à crença inoculada nas mentes dos cristãos, a de que quem não fosse batizado estaria em pecado venial e, em consequência, não alcançaria “o reino de Deus”, fazia com que praticamente toda a população, incluindo a escrava, procurasse a igreja para o batismo, casamento e óbitos, daí ser os registros paroquianos daquela fase os mais confiáveis.

Os escravos, inclusive, como forma de encontrarem uma maior proteção, escolhiam padrinhos entre os homens livres, quando não o próprio Senhor, para batizarem seus filhos.

Como diz Luzia Henrique da Cruz em sua tese de mestrado “A freguesia de São Domingos do Prata, batismo e compadrio de escravos no século XIX”:

“Através do batismo os cativos não só se inseriam no universo religioso do branco como também, por meio de seleção de padrinhos, devido ao compadrio, ampliaram os laços sociais, inclusive com grupos de maior prestígio social”.

Conta ainda a referida autora, em relação ao pratiano *FRANCISCO VIEIRA MARQUES: “...Em 21 de março de 1877, Caridade, filha de Pio e Águeda, escravos de Francisco Vieira Marques, foi batizada e teve como padrinhos João Vieira Marques Filho e D. Maria José da Fonseca.

Interessante é o caso de João Vieira Marques Filho que, no período de 27 anos (1858 a 1885), assistiu ao batismo de 23 crianças de sua propriedade...” (Veja na página 115/116 do livro utilizado como fonte, o que tenho em meus arquivos sobre Francisco Vieira Marques)

Ainda da mesma autora: “A Igreja Católica determinava que as crianças fossem batizadas imediatamente após o nascimento, para garantir a salvação da alma...”

Citando Vera Alice Cardoso Silva, a autora ressalta: “O registro oficial do batismo era o documento inicial e essencial para a aquisição de dois tipos de ‘cidadania’, a civil e religiosa...”

Agora citando Maria Luiza Marcílio, declarava: “Pobres e ricos, plebeus e nobres, brancos, negros e índios, homens e mulheres, todos sem exceção, quando batizados, casados ou falecidos tinham esses fatos vitais registrados em livros especiais, que eram conservados pela Igreja...”

Enfim, foi inculcado no povo daquela quadra da existência (e em muitas outras quadras), que o batismo era a porta de entrada para a salvação da alma.

Com isto, os registros paroquiais se tornaram nos dias de hoje, os principais documentos para se conhecer um pouco da história dos povos antigos. O povo, em geral, com medo de não se encontrar com Deus, procuravam os párocos e, ao contrário dos Juizes de Paz com os seus mapas, eles não necessitavam sair a campo.

FONTE: “ Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, disponível no google na galeria Edelberto.

BREVE SOBREVÔO ACIMA DA CONSTITUIÇÃO IMPERIAL DE 1824.

Foi a de maior duração, durou de 1824, quando foi outorgada pelo imperador Dom Pedro I, até ser revogada pelo governo republicano em 1889. Nesse período somente sofreu uma emenda em 1834.

O texto, ao contrário das Constituições republicanas, somente considerava matéria constitucional a que dizia respeito aos limites e atribuições dos poderes políticos e aos direitos individuais e políticos dos cidadãos por ela regido. O resto era tratado em legislação ordinária.

Embora o Imperador ainda conservasse poderes absolutos, ela constituiu um grande avanço, eis que, além de assegurar alguns direitos individuais e políticos, dividiu a responsabilidade de governar, no governo Central, com a Câmara de Deputados e o Senado, nas províncias, com as Casas Legislativas e com as Câmaras municipais, criadas em alguns municípios desde o período Brasil colônia.

BREVE SOBREVÔO.

O Brasil se converteu em uma “federação”, cujo território foi dividido em províncias.

GOVERNO.

Era monárquico hereditário, constitucional e representativo. Com a sanção do Imperador, o Poder Legislativo foi delegado à Assembleia Geral, composta da Câmara de Deputados e Senado.

Nas províncias, no início havia, em cada uma delas, o Conselho Geral da Província. A partir de 1834, foi substituído por uma Assembleia Legislativa Provincial.

ELEIÇÕES.

Os deputados, os senadores e os membros dos Conselhos Gerais da província eram escolhidos por eleições indiretas. Os senadores eram vitalícios e os príncipes da Casa Imperial viravam, automaticamente, senadores, tão logo completassem 25 anos.

A partir de 1834, com o surgimento da primeira e única emenda, foram extintos os Conselhos Gerais e criadas, em cada província, Assembleias Legislativas.

Em 1835, foi instalada a primeira na província de Minas Gerais, com sede em Ouro Preto, então capital.

A Assembleia Provincial se reunia no prédio onde depois funcionou o Centro Acadêmico da Escola de Minas da Universidade Federal em Ouro Preto. Os membros da Assembléia Provincial eram eleitos diretamente assim como os vereadores.

PODER MODERADOR.

Era delegado privativamente ao imperador, como chefe supremo da nação, cuja pessoa era inviolável e sagrada, não estando sujeito a responsabilidade alguma.

PODERES DO IMPERADOR.

O imperador, não obstante ter outorgado uma CONSTITUIÇÃO, o que constituiu um grande avanço, ainda

mantinha poderes absolutos, podendo revogar, a seu critério, qualquer decisão das Assembleias províncias (Existentes em cada província), das Câmaras de Vereadores e também das Casas Legislativas do Poder Central.

Entre outros poderes, o imperador poderia nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos, nomear magistrados, etc. Quem tinha poderes para nomear, tinha para exonerar.

Os juízes de Direito e os municipais eram nomeados pelo imperador. Todos os poderes acima também eram exercidos pelas Assembleias Provinciais, mas revogados caso o imperador não aceitasse.

Em cada província havia um Presidente nomeado pelo imperador.

RELIGIÃO NO IMPÉRIO.

“A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo”. (Art. 5º).

QUEM PODIA SER ELEITOR.

O sistema eleitoral no império era bem complexo, de modo que para comentá-lo demandaria muitas páginas. É impossível sintetizá-lo, razão pela qual trago à baila apenas detalhes sobre ele.

No império, os chamados cidadãos votantes eram divididos entre os eleitores de paróquia e os eleitores de província.

Não podiam votar nas assembleias paroquiais quem tivesse menos de 25 anos e não comprovasse renda líquida anual de cem mil reis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos. A idade mínima não era válida para os homens casados, clérigos, militares e bacharéis formados.

Por sua vez, os eleitores das províncias, para poderem votar em deputados e senadores, deveriam comprovar, além dos requisitos acima, uma renda anual mínima de 200 mil reis. Mulheres e escravos, não podiam votar.

A ESCRAVIDÃO NO IMPÉRIO, ANTES DA ABOLIÇÃO EM 13 DE MAIO DE 1888.

“A escravidão no Brasil Imperial era baseada na ideia de que os escravos eram propriedade dos senhores de escravos, podendo ser vendidos, doados, alugados, hipotecados, penhorados ou dados como herança”. (Essa parte não era matéria constitucional).

DA FORÇA MILITAR.

Todos brasileiros eram obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e integridade do império.

DA PROPRIEDADE PRIVADA.

Era garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude, exceto nos casos de desapropriação por utilidade pública, sendo o proprietário indenizado.

DOM PEDRO II UM DEMOCRATA.

É importante esclarecer que Dom Pedro II, embora tivesse poderes absolutos, era um democrata.

A título de exemplo. O polêmico e histórico sabarense, Júlio Ribeiro, em pleno período imperial, divulgava na imprensa paulista violentas críticas contra o império, desejando a implantação imediata da república, mas jamais foi importunado por Dom Pedro II.

Sobre Dom Pedro II, disse Júlio Ribeiro:

“Não há de se negar, o atual imperador (Dom Pedro II), por natureza ou manha, é avesso a medidas violentas, é prudente, mostra-se mesmo magnânimo”.

Entre tantas lutas desse histórico personagem, que se tornou no futuro membro da Academia Brasileira de Letras, Júlio Ribeiro defendeu os direitos dos protestantes e de quem não professasse a fé católica em enterrar os seus mortos no cemitério municipal somente acessível aos católicos.

ALGUMAS FRASES E PENSAMENTOS DE JÚLIO RIBEIRO.

O sabarense, Júlio Ribeiro, nascido em 16.04.1845, escritor famoso e membro da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 1º de novembro de 1890.

“O homem que sabe servir-se da pena, que pode publicar o que escreve, e que não diz a seus compatriotas o que entende ser verdade, deixa de cumprir um dever, comete o crime de covardia, é mau cidadão.”

“Escrevo para satisfazer a minha própria atividade e não para agradar ao público. Se achar quem pense como eu penso, muito bem: terei companheiro. Se não, ficarei só. Não há nisso mal. De há muito habituei-me a não contar com os favores da opinião e a procurar em mim próprio a aprovação de meus atos.”

“Não tenho religião e não tenho partido. Sou ateu e sou republicano intransigente.”

“É verdade: fui católico, fui presbiteriano e hoje ateu.”

“A criação fez-me católico; a leitura da bíblia separou-me de Roma; a razão tornou-me incrédulo.”

“Na campanha que empreendo serve-me uma arma terrível, brutal como o aço, mais forte como ele: a sinceridade.”

“Meu crime é ser sincero. Ou é republicano ou não é. É amigo ou inimigo. Tem religião ou não tem.”

“Honestidade não é mérito, é dever. Ninguém recebe ovações por ser honesto. Se cada homem de bem recebesse uma manifestação, as charangas não teriam mãos a medir. Há muita gente honesta, honra seja à humanidade.”

“O homem público, na qualidade de homem público não tem individualidade; é um órgão social.

Se a função que lhe corresponde sai imperfeita, é que ele, como órgão é defeituoso e cada cidadão está no direito de apontar-lhe o defeito, o vício e de citar-lhe o nome”

“Todos sabem que eu não fui, que eu não sou, que eu nunca hei de ser monarquista.”

“Entre o real e o pornográfico escancara-se um abismo.

A pornografia acusa rebaixamento moral do senso moral, acusa estado patológico. O realismo indica nobre franqueza, indica resignação científica que aceita o mundo como ele é.”

“Em presença dos interesses do partido não se guarda acatamento à verdade: Colorem, invertem e torturam os fatos para que digam o que pode servir à conveniência do momento. Em uma palavra, mente-se às escâncaras.”

“Somos republicanos. Fomo-lo sempre, fomo-lo desde o tempo em que aqui ainda havia o partido republicano, desde o tempo em que o sr. Saldanha Marinho era agente do imperialismo na província de São Paulo e na de Minas Gerais. Afagamos desde menino a ideia republicana, como um homem afetivo a filhinha mimosa.”

“Das polêmicas que tenho ferido nem uma só foi provocada por mim: eu não sei atacar, eu só sei defender-me, eu só sei vingar-me.”

“Eu desço à arena. E sou formidável adversário: O que me falta em forças sobra-me em obstinação. Assim como não sei perdoar, não sei também ceder.”

“Mineiro por nascimento, paulista por criação, eu voto às províncias de Minas e São Paulo um amor ardente, intenso, bairristico até.”

“Se é justo que o escravo se liberte do senhor, é necessário, absolutamente necessário, que as classes livres se libertem do escravo.”

“Para Manuel Bandeira, seu sucessor na Cadeira nº 24 da Academia Brasileira de Letras, Júlio Ribeiro pagou caro “a glória relativa de ser o iniciador em nossa ficção daquela coragem de dizer quase tudo”.

A VISITA DE DOM PEDRO I A SABARÁ. 1831 –

Um episódio histórico, entre dezenas de outros, envolvendo Sabará, diz respeito A visitas de Dom Pedro I (Em 1831) à Sabará.

Ambos foram recepcionados, pernoitaram no famoso solar do padre Corrêa e participaram de atividades na antiga Casa de Ópera, hoje o segundo teatro mais antigo em atividade no Brasil. (Ambos prédios estão otimamente conservados).

Na sua visita em 1831, sete anos após ter promulgado a primeira e única Constituição política do Império, Dom Pedro I visitou, à noite, o teatro local para ser homenageado.

Logo, a excelente acústica do teatro fez o imperador perceber que a fidelidade do povo de Sabará à sua pessoa dependia de uma condição.

E o ponto culminante foi no momento das homenagens: após o “Viva o Imperador Dom Pedro I”, podia-se ouvir com clareza a frase “Enquanto for constitucional”, falada pelo coronel Pedro Gomes Nogueira, que liderava, junto com o padre Mariano de Souza, um grupo de constitucionalistas.

FELICITAÇÕES AO IMPERADOR PELA CÂMARA DE SABARÁ – 1830, ANTES DE SUA VISITA EM 1831.

Publicou o jornal “O Universal”, em sua edição do dia 14 de junho de 1830:

“Felicitações que a Câmara Municipal de Sabará dirigiu a S. M. I. e à Assembleia Legislativa.

Senhor – A instalação da segunda Legislatura da Monarquia Constitucional do Brasil é uma prova indubitável de que a aurora da liberdade plantada neste afortunado terreno, e regada pelas protetoras mãos de V. M. I., tem lançado profundas raízes e há de em breve produzir todos os seus desejados frutos.

E, reconhecendo a Câmara Municipal da Fidelíssima Vila do Sabará, que a marcha não interrompida, que encaminha este adorável sistema de governo ao cume da perfeição, é devida a constância e aos relevantes esforços com que V. M. I. o tem sustentado, resolveu reunir-se extraordinariamente para ter a honra de felicitar a V. M. I. por tão agradável acontecimento.

A convicção íntima gravada no coração de todos os brasileiros de que V. M. I. há de continuar a proteger o Regime Representativo, que está identificado com os interesses da Nação e esplendor do trono imperial, é o poderoso motivo que obriga a municipalidade de Sabará a repetir de novo os protestos de seu reconhecimento, adesão e amor à sagrada pessoa de V. M. I.

Que o céu guarde para se completarem os destinos deste vasto e florescente império, debaixo dos auspícios do seu Augusto Fundador.

Sala da Câmara Municipal da Fidelíssima Vila de Sabará, 24 de maio de 1830. (Assinaram os membros da Câmara).

VISITA DE DOM PEDRO II A SABARÁ – 1881 –

“(…) Telegramas transmitidos de Sabará e publicados ontem no país referem que sua alteza o príncipe Dom Pedro visitou antes de ontem a câmara municipal, as igrejas do Carmo e matriz, Nossa Senhora do Ó, São Francisco, Santa Casa da Misericórdia, o teatro, a fábrica de vinhos de Miguel Suercio, as oficinas da companhia aurífera e a cutelaria de Morais & Filhos, sendo acompanhado pela câmara municipal e autoridades.

PREOCUPAÇÃO COM A ECOLOGIA JÁ EM 1908. O EFEITO ARRASADOR SOBRE O VOLUME DAS CHUVAS E CURSOS D'ÁGUA COM AS DEVASTAÇÕES DAS FLORESTAS.

“(.....) Com efeito, é fato universalmente aceito e comprovado pela observação, que as águas da chuva, caindo no solo, tomam três destinos diferentes: uma parte evapora-se voltando à atmosfera, outra corre pela superfície, formando as enxurradas e a terceira infiltra-se na terra, onde fica retida ou forma verdadeiros reservatórios naturais, para lentamente se escoar, dando o fluxo regular das fontes.

Donde se vê que faltando às árvores, cuja presença embaraça as enxurradas e dificulta à evaporação, a parte que toca as fontes será extremamente reduzida, se não for de toda nulificada.

A parte que se infiltra na terra costuma subdivir-se em duas outras, uma das quais forma as fontes intermitentes.

A devastação se não traz a perda das águas permanentes, diminui-lhes a vazão.....”

A MÃO DE OBRA DO ESCRAVO LIBERTO EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 1894.

Os libertados (escravos) pela lei de 13 de maio são bons trabalhadores, mas inconstantes.

A qualquer promessa de melhor salário emigram como as andorinhas, sem nenhum aviso prévio àqueles em cujas fazendas estão e cujos serviços destarte desorganizam.

O melhor meio de ter trabalhadores seguros é interessá-los diretamente pela propriedade do fazendeiro, fixando-os a terra por contratos de parceria.

Não vejo razão para se recusar ao liberto, identificado com nossa alimentação e nossos costumes, aquilo que fazendeiros de outros municípios concedem a estrangeiros, cuja língua, aliás, mal conhecem.

COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS EM SABARÁ.

-Em 1885, um jornal de Sabará publicou o seguinte anúncio:

“O abaixo assinado compra e vende escravos por preços que qualquer outro não poderá fazer, assim como continua, como até aqui, a recebê-los para vender mediante a porcentagem de dez por cento, deduzidas as despesas.”

Também nesse mesmo ano, outro anúncio a demonstrar os costumes da época:

Praça de bens de raiz, escravos, animais e outros objetos no município de Sabará.

No dia 25 de novembro de 1878, na fazenda do Barreiro, freguesia do Curral d'El-Rey, termo de Sabará, foi à praça os bens do finado coronel (..), para pagamento de credores, sendo: boa fazenda de cultura com todas as máquinas, campos de criar, grandes cafezais, escravos, burros, gado excelente de criar e outros bens.

1879 – JOÃO ANTÔNIO MONLEVAD TENTA UM FINANCIAMENTO JUNTO A ASSEMBLEIA PROVINCIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA FÁBRICA EM JOÃO MONLEVADE, SUCEDENDO A DE SEU PAI, O PIONEIRO JEAN MONLEVAD.

Naquela quadra da vida na Província mineira, havia cerca de 120 fábricas que adotavam um sistema bastante primitivo, enquanto a que se pretendia instalar utilizaria os modelos de alto-forno já utilizados entre os países adiantados da Europa.

Porém alguns deputados criaram obstáculos. Entre outras restrições para não se conceder o incentivo, constavam as seguintes:

Não bastava a força motriz suficiente, nem o minério em quantidade, nem as matas virgens, era necessário para o custeio do estabelecimento em grande escalas, da chamada pedra calcária, pedra esta que não era encontrada no local e nem nas adjacências de onde se pretendia instalar a fábrica, mas em São João do Morro Grande (Atual município de Barão de Cocais).

(...) Ademais, segundo a corrente contrária, iria levar à falência todos os outros fabricantes de ferro, não só da bacia do Piracicaba, mas ainda de uma extensa zona circunvizinha que ainda utilizavam o

sistema primitivo de cadinhos que herdaram, talvez, dos africanos ou criaram através de grandes esforços.

Além disto, segundo esta corrente, seria preferível uma indústria mais elementar, mais atrasada, porém que satisfizesse a necessidade dos consumidores e servida por muitos produtores, à uma indústria mais aperfeiçoada, produzindo abundantemente, mas concentrada nas mãos de um só.

QUANDO A MULHER ADQUIRIU O DIREITO DE SER ELEITORA E CANDIDATA.

CÓDIGO ELEITORAL DE 1932.

A proibição para as mulheres serem eleitoras e, em consequência, candidatas a cargos eletivos, estava implícita no texto constitucional de 1891, ao determinar que tal direito somente era concedido aos cidadãos (no masculino), maiores de 21 anos.

É do conhecimento geral que a mulher teria, no Brasil, adquirido o direito de votar em 1932, através do Decreto nº 21076, subscrito por Getúlio Vargas, de 24 de fevereiro do mesmo ano.

Contudo, por volta de 1927, O Rio Grande do Norte saiu na vanguarda, permitindo que as mulheres votassem nos pleitos estadual e municipais.

Em 24 de fevereiro de 1932, após uma intensa campanha, foi, durante o governo de Getúlio Vargas, permitido, em todo território nacional, o direito ao voto feminino.

Pelo Código Eleitoral de 1932, pela primeira vez as mulheres, desde que maiores de 21 anos, conseguiram o direito de ser eleitora e até candidata. Em tese, elas até foram beneficiadas, eis que para os homens o alistamento e o exercício do voto, era obrigatório, para as mulheres facultativo.

Esse Código, definiu que seria eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo.

A constituição de 1934, em seu artigo 139, tornou obrigatório o alistamento para os homens e mulheres desde que exercessem funções públicas remuneradas. Para as demais o alistamento continuou facultativo.

Não houve alteração na Constituição federal de 1937 e nem no Decreto-Lei nº 7.586, de 1945. O alistamento feminino somente era obrigatório para as mulheres quem exercessem funções lucrativas.

Só a partir da constituição de 1946, o alistamento das mulheres passou a ser obrigatório.

Já a de 1988, alertou apenas a faixa etária. Facultativo maiores de 16 anos e menores de 18 anos. Obrigatório a partir de 18 anos.

Somente a partir de 1895, com a promulgação da Emeda nº 25, à Constituição de 1967, é que os analfabetos passaram a ter direito a voto.

O SABARENSE MARQUÊS DE SAPUCAI – (CANDIDO JOSÉ DE ARAUJO VIANNA) –

O Anuário de Minas Gerais disse ter o Marquês de Sapucaí nascido em Sabará.

Na realidade, Candido José de Araujo Vianna (o nome Araujo Vianna é de família tradicional de Sabará), nasceu em 1793, na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas de Sabará (Naquela época chamava-se Nossa Senhora do Pilar do Congonhas de Sabará, depois Congonhas de Sabará, Vila Nova de Lima e atualmente município de Nova Lima).

No entanto, naquela quadra da vida imperial, a freguesia pertencia ao território do município de Sabará, o que implica em dizer ser o mesmo filho de Sabará, como consignado no Anuário de Minas.

Marquês de Sapucaí faleceu no Rio de Janeiro no dia 23 de janeiro de 1875, ainda no período imperial, quando a freguesia Congonhas de Sabará continuava vinculada ao município de Sabará.

Exerceu o honroso cargo de mestre de S. M. o Imperador, de Suas Augustas Irmãs e das senhoras Condessa d'Eu e Duquesa de Saxe. Em 15 de dezembro de 1864 foi testemunha, por parte de S. M. o Imperador, do casamento da princesa D. Leopoldina.

ZOROASTRO VIANNA PASSOS.

Nasceu em Sabará em sete de setembro de 1887 e faleceu, aos 58 anos, em 05 de setembro de 1945.

Foi, entre inúmeros outros cargos de relevo, professor catedrático da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, membro do Conselho da Universidade de Minas Gerais, Diretor do Hospital Militar de Belo Horizonte, Conselheiro da Belgo Mineira, membro da Academia Mineira de Letras.

Fundou em Sabará o Hospital Abreu Guimarães, além de ter tido uma participação ativa na história da Santa Casa de Sabará.

Contudo, eternizou-se perante o povo de Sabará, ao escrever o livro “Em torno da história de Sabará”

ANTÔNIO AUGUSTO DE LIMA.

Algumas passagens na vida deste histórico sabarense.

Augusto de Lima nasceu no distrito de Sabará, então denominado Congonhas de Sabará, em 05 de abril de 1859, tendo falecido no Rio de Janeiro em 22 de abril de 1934.

Congonhas de Sabará é atualmente o município de Nova Lima.

Patrono da Cadeira de nº 2 e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Membro da academia Brasileira de Letras.

Bacharel em Direito.

Promotor de Justiça.

Juiz de Direito.

Escritor e poeta.

Professor universitário.

Deputado Federal.

Diretor do Arquivo Público Mineiro.

Governador do Estado de Minas Gerais.

A POROROCA MINEIRA NA DESCRIÇÃO DE NELSON DE SENA. 1913 – PATRONO DO IHGMG.

“...O Piracicaba entra na margem esquerda do Rio Doce (dentro deste município de São Domingos do Prata) e a sua entrada é serena como se fora um tributo de respeito ao grande e histórico rio de Minas e Espírito Santo.

Na barra do Piracicaba, o Rio Doce se apresenta majestoso e se alarga em imensa amplidão, como que fazendo vasto leito às águas de seu tributário (afluente), escreveu o ver. Cônego Domingos Martins.

A largura do Rio Doce na foz do rio Piracicaba deve ser mais de 500 metros e a margem oposta se nos apresenta como imensa muralha ornada por densa floresta, que se agita soberba por cima das águas que lhe dão a abundante seiva.

Essa muralha é a barreira oposta à fúria do Piracicaba, quando se avoluma e vai quebrar as ondas da cheia no dique oposto.

Deve ser uma luta terrível e majestosa esse embate das ondas dos dois rios, que nessa ocasião só tem como testemunhas o céu e a floresta virgem.”

CHAVES DA CASA DE MARÍLIA DE DIRCEU DOADAS À ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.

Conta Carlindo Lellis em seu livro sobre a vida de Augusto de Lima:

“Eu já contei, certa vez, como conheci Augusto de Lima, quando por mão do autor das “Contemporâneas”, fiz entrega à Academia Brasileira de Letras da chave autêntica da casa de Marília, imensa chave de ferro forjado, grossa e pesada, da velha mansão senhorial em que habitara e fechara para sempre os olhos a musa de Tomaz Gonzaga, e, onde, por tantos anos da minha vida, trabalhei e construí, dentro de um cenário tranquilo e sugestivo, (...)”.

Será que essa chave ainda se encontra na Academia?

**CASAMENTO RELIGIOSO ANTES DO CIVIL – 1942 –
“ESPERTEZA” - SÃO DOMINGOS DO PRATA.**

Não é a primeira vez que temos de ouvir os sermões do nosso virtuoso vigário quanto à precedência do casamento religioso ao civil.

Realmente temos visto muito abuso em matéria de casamentos por estes Brasis afora.

Indivíduos que se casam apenas no religioso para daí a tempos o fazerem no civil com outrem e vice-versa.

Os males que daí advém são inúmeros e nocivos à família, bastando apenas salientar a terrível influência que exercem esses péssimos exemplos na formação moral dos filhos de semelhantes pais, quiçá, mesmo na sua situação jurídica.

Tudo isso vem sendo focalizado pelo zeloso vigário em suas práticas dominicais, reveladoras de uma elevada compreensão do problema verdadeiramente nacional.

Não podemos por isso, esconder o nosso aplauso aberto e sincero à patriótica deliberação do Revmo. Pe. Geraldo Barreto Trindade de não realizar o casamento religioso antes de efetuado o casamento civil.

E ninguém que os pais das moças casadoiras estão em condições de fazer frente comum com o zeloso pároco”.

Infelizmente o processo empregado na agricultura é o bárbaro costume das queimadas. No mês de agosto um espetáculo grandioso se oferece a nossos olhos. Estalam as árvores seculares, crepitam enormes labaredas das vastas figuras de fogo, das colossais fogueiras.

O céu empalidece, a atmosfera fica impregnada de uma fumaça quente, formada em espirais e que o conduz para longe. Em poucas horas caem florestas preciosas, tesouro inestimável acumulado pela natureza em um lento trabalho e onde foi a vida está agora a morte.

Os pássaros fogem amedrontados à aproximação destes bárbaros cultivadores do solo que se expõem muitas vezes à morte em uma espécie de intrepidez inconsequente, porque durante a

terrível operação bem podem ficar esmagados pelo desabamento de alguma das antigas árvores, circuladas pelo fogo.

Esta é a prática geral, a regra, no Brasil inteiro. Durante muito tempo o viajante, em vez das florestas perfumosas que lhe embriagavam o olfato e a cuja sombra sentia indescritível refrigério, vê o milho e o café, e grandes trechos do terreno ao lado, completamente incultos e de onde começam a brotar nos terrenos, assim cansados, o capim e a enxota.

SAINT’HILAIRE ao visitar Sabará no século 18, escreveu:

“Durante minha estada em Sabará, vi os principais moradores da vila; achei-os de uma polidez perfeita, modos distintos, boa aparência (...”. Não é raro encontrar-se em Sabará homens que receberam instrução e que sabem latim.”

-SABARÁ de 1839, descrita pelo alemão ERNST HASENCLEVER:

“(...)Sabará está situada em um vale estreito, cercado por altas montanhas. Os dois rios, o Sabará e o volumoso rio das Velhas (...)envolvem a cidade em semicírculo.

Ao norte, a possante serra da Piedade forma o limite. (...) A cidade é bem movimentada, com muito comércio e indústria: tem diversas igrejas bonitas, algumas ruas boas e belas praças.

Conta-se de dez a doze mil habitantes. Os dois rios possuem boas pontes compridas de madeira, a do Rio das Velhas deve ter uns 200 passos.

Na época da seca, o leito do rio Sabará é baixo e está sempre cheio da garimpeiros. Na época da chuva, entretanto, suas águas aumentam muito.

Com as inundações, as margens rasas tornam-se prados férteis onde vi muito gado pastando (...).”

O SABARENSE CAETANO AZEREDO COUTINHO.

Síntese do que disse sobre ele, Célia do Nascimento Coutinho.

"Mestre Caetano" corporificou, como ninguém o sentido intrínseco, espiritual, daquele reflexo. Como homens e mulheres que, sobrepujando-se ao dever, consagraram suas vidas a uma causa, também ele dedicou toda a sua existência, todo o seu saber, sobretudo a sua alma à nobre arte de educar.

Assim foi, para os coetâneos e para os que conhecem a sua biografia, não só educador, mas exemplo de idoneidade e caráter, de trabalho profícuo, esteio inabalável da moral e dos costumes.

Seus discípulos o admirava continuamente demonstravam o afeto e o respeito que por ele sentiam. O valor de seus ensinamentos, os resultados visíveis e superlativos de seu professorado, podem ser medidos pelo número de personalidades proeminentes e notáveis que posteriormente surgiu no cenário educacional, cultural e político do Estado e do País. Cito alguns:

Dr. Francisco Luiz da Silva Campos,

Dr. Gustavo Capanema,

Dr. Nelson Hungria,

Dr. Zoroastro Viana Passos,

Dr. Cristiano Monteiro Machado,

Dr. Rodolfo Ernesto de Abreu,

Dr. Fernando de Melo Viana que, como Presidente do Estado, prestou significativa homenagem ao seu antigo professor, por ocasião dos seus 60 anos de magistério.

Dr. Homero Viana de Paula,

Dr. José Marins Freire,

Dr. Djalma Andrade.

Juristas de renome internacional, Médicos, Poetas, Militares, Professores, Advogados, tantos e tantos outros que cursaram em Sabará o "Colégio Azeredo", templo de estudo que só tinha comparação, na época, com os famosos "Colégio do Caraça" e "Ginásio Mineiro", hoje "Colégio Estadual Governador Milton Campos", de Belo Horizonte.

TOPOGRAFIA DE CAPELA NOVA DE BETIM, EM 1884 (ATUAL MUNICÍPIO DE BETIM), ENTÃO PERTENCENTE À SABARÁ.

No município de Sabará, 12 quilômetros à margem oriental do rio Paraopeba, no dilatado declive de uma elevada colina, situa o arraial da Capela Nova de Betim.

O arraial compõe-se de sete ruas muito arruinadas e irregulares. As casas são de construção baixa e grosseira. Possui uma modesta mais elegante igreja matriz, que está sempre bem conservada, graças ao povo que não poupa sacrifícios em favor dela e também ao pároco que é bastante zeloso.

Banha o arraial o rio Betim, que logo embaixo forma uma branda e magnífica cascata (catadupa). Principal elemento de vida de seus habitantes é a agricultura, que está pouco desenvolvida pela deficiência de braços e capitais. Todavia as colheitas são grossas em razão da fertilidade do solo.

O movimento comercial é limitadíssimo e consiste em pequenas transações realizadas pelo povo do lugar. Segundo o sr. Antônio de Assis em seu Almanaque de 1869, o fundador do arraial foi um português que tendo se distinguido muito nas campanhas de Portugal contra a Espanha, recebeu como prêmio de seus feitos uma morgadia de dez sesmaria de terra entre a serra da Boa Esperança e o rio Betim,

que por esse motivo o novo fidalgo brasileiro apelidou-se e à sua família de Betingues.

IGREJA DA BOA VIAGEM EM CURRAL DEL REI.

PRIMITIVA CAPELA –

Logo que o arraial começou a surgir, ergueu-se aí uma capelinha singela, coberta de sapé, que ficou sob a invocação de Nossa Senhora da Boa Viagem, no mesmo local em que posteriormente existiu a Matriz e em que hoje existe a Catedral.

MATRIZ DA BOA VIAGEM –

O templo definitivo do arraial, em substituição à primitiva Capela, foi construído entre os anos de 1755 e 1793, segundo uma ordem régia que se encontra no livro 115, pág. 4, do Arquivo Público Mineiro e a data que figura no lavatório ainda hoje conservado pelo Museu Histórico de Belo Horizonte no local da extinta igreja, em cuja sacristia se achava.

ARRAIAL DE CURRAL DEL REI. CAPELA DA BOA VIAGEM.

O antigo Arraial de Curral del Rei, que aqui existia há quase duzentos anos, antiga pousada de tropeiros, com a capela da Nossa Senhora da Boa Viagem, foi escolhido, graças a topografia, para ser a sede da nova Capital.

O CÉU E O INFERNO PARA OS ÍNDIOS BOTOCUDOS.

Os índios que habitaram as exuberantes florestas virgens da região de São Domingos do Prata, eram, principalmente, da tribo dos Botocudos.

Em 17 de fevereiro de 1825, o famoso GUIDO THOMAS MARLIÉRE assim descrevia os usos fúnebres dos índios botocudos e de outras tribos, que viviam na região do Rio Doce:

(...) Estes índios, como os demais que conheço, creem geralmente em outra vida, em penas e recompensas.

A recompensa que dá Tupã aos que forem bons guerreiros caçadores, amantes das suas mulheres e filhos, recebem matas virgens abundantes de frutas, caças e belos rios fartos de peixes.

A pena para os covardes e preguiçosos são terras áridas, sem sombra, sem frutas e sem caça. Rios sujos e estéreis de peixe com um sol abrasador....

Os índios, como todos os povos ignorantes, antigos e modernos, são muito supersticiosos.....”

UM POETA SE INSPIROU EM MEU TEXTO E ESCREVEU O SEGUINTE POEMA:

O CÉU E O INFERNO NA CRENÇA DOS ÍNDIOS BOTOCUDOS. *

Marco Aurélio Chagas

Os Botocudos viviam

Em São Domingos do Prata,

No século dezenove

E habitavam toda a mata.

Noutra vida acreditavam

**Em penas e recompensa
E Tupã aos bons guerreiros
Dava terras, era a crença.
A pena para os covardes
Era um sol abrasador,
Terras áridas, sem sombra,
Era um verdadeiro horror!
Com essa crença o curandeiro,
Toda tribo dominava,
Pelo medo do inferno
Que essa gente acreditava.
Esse temor hoje em dia
É ainda utilizado
Pelo nosso homem moderno
Que se diz civilizado. ***

DE UM POETA PRATIANO DESCONHECIDO:

“QUADRAS.

Pode a mulher ser a rainha

Seja tudo que quiser

Seja santa, seja deusa

Mas seja sempre mulher.

Que uns homens são uns diabos

Não há mulher que tal negue

Mais todas elas procuram

Um diabo que as carregue.

O MÉDICO E O POLÍTICO DA ROÇA.

DR. EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA – 1868/1969.

Foi um grande médico e líder político nas regiões leste e do Vale do Rio Doce.

Residindo em São Domingos do Prata exerceu a medicina de 1900 a 1955.

Foi deputado estadual e prefeito de São Domingos do Prata por 15 anos, além de avô materno dos desembargadores Sérgio Lellis Santiago (Ex-Presidente do Tribunal de Justiça) e Edelberto Lellis Santiago e sogro do desembargador José de Assis Santiago e meu avô materno.

Sobre ele, em suprema síntese, disse o ministro Paulino Cícero:

“Quantos políticos podem, após tantos anos conduzindo os destinos de um município, chegar ao fim da vida cercado de tanto carinho e tornar-se exemplo para as gerações futuras de esforço, dedicação, humildade, generosidade, altruísmo e honestidade, entre outras virtudes?”

Como MÉDICO transcendeu ao comum.

Para não alongar, cito algumas notícias publicadas em jornais da época, sobre o médico.

“...A personalidade deste ilustre ferrense que São Domingos do Prata considera como um verdadeiro filho, não se limita apenas às fronteiras do nosso município, mas se estende por todo o Estado, ao qual, como representante de seu povo, prestou os mais relevantes serviços, quer como político de grande projeção, quer como Deputado Estadual, quer como médico de grande cultura e devotado ao seu mister.

Casando-se aqui, aqui constituiu sua numerosa família e entre nós vem vivendo a quase cinquenta anos, tendo dedicado toda a sua mocidade, todo seu trabalho e todo seu saber a esta grei que nunca se esquece de seu abençoado nome.

Não há no município, desde a mais abastada fazenda ao menor casebre, lugar onde o Dr. Edelberto não tenha levado o conforto de sua visita médica”

Ainda como médico, noticiou a imprensa pratiana:

“Sua vida é mais grandiosa quando se a encara pelo ângulo da medicina. Médico culto, inteligente e dedicado vem socorrendo a todos sem distinção de classe: pobre ou rico, branco ou preto, o Dr. Edelberto vem curando com aquele carinho todo especial que o caracteriza. (...).

“Não há neste São Domingos do Prata quem não haja recebido de sua pessoa os maiores favores médicos. Ele nunca respeitou a hora e o tempo para socorrer os enfermos.

Desde os primórdios de sua nobilitante carreira, época em que toda essa zona: Mariana até Itabira e Mesquita, que não dispunha de meios de transporte menos penoso, sob torrenciais chuvas ou sol ardente, viajava a cavalo dezenas de léguas para atender aos chamados, viessem esses de abastados ou de párias”.

NOTA: Em meus livros há dezenas de passagens sobre ele, assim como no livro “Filhos ilustres do município de Ferros, todos da família Lellis Ferreira”, disponível no google na galeria Edelberto.

OBRAS DO MESTRE MANOEL DA COSTA ATHAIDE EM SÃO DOMINGOS DO PRATA.

-FAZENDA DE CIMA E DE BAIXO E SUA ERMIDA.

A fazenda, onde em sua ermida (pequena capela construída fora do povoado) foram encontradas estas seis telas atribuídas ao mestre Manoel da Costa Athaide, aqui expostas, denomina-se “FAZENDA DE CIMA” e tem sua história relacionada com a fundação de São Domingos do Prata.

Essas terras, assim como as da primitiva capela local, também são parte da sesmaria do português Domingos Marques Afonso, antepassado do último proprietário, sr. JOSÉ MARQUES, que as adquiriu por herança de família.

A sede da fazenda inicialmente se localizava às margens do Ribeirão do Prata em local mais elevado em relação aos currais e a lavoura.

Em 1891, o então proprietário, JOSÉ VIEIRA MARQUES, avô do atual, transferiu-a para baixo, isto é, próxima ao gado e às plantações.

A atual construção obedeceu aos mesmos moldes da antiga.

O bloco principal quadrado, com a presença de um puxado onde se localiza a cozinha, é elevado ao solo onde se abriga um porão.

A varanda estende-se na fachada principal e lateral fazendo parte do corpo da casa, coberta pelo mesmo telhado do conjunto, onde termina com a capela, cujas portas largas, se abrem para ela.

Essa chamada ermida possui numa de suas paredes laterais um vasado entrelaçado que se abre para um cômodo interno da casa.

O seu modesto altar e retábulo, com frisos dourados recebe ao fundo uma pintura decorativa em flores, e sobre ela uma imagem de Nosso Senhor da Paciência ou Cristo da Coluna.

Ainda se encontram sobre o seu altar, as imagens de Nossa Senhora do Carmo, São Sebastião, Santo Antônio de Pádua e um “Missale Romanum” atribuídas ao Mestre MANOEL DA COSTA ATHAIDE, que representam São Nicolau Tolentino, Santo Thomás de Aquino, São Pedro Apóstolo, São Camilo de Lellis, Santo Inácio de Loyola e São Francisco de Paula.

Essas telas, no seu conjunto, valem mais que a própria fazenda e somente depois que o assédio a estas, por parte de negociantes da antiguidade e estudiosos, tornou-se grande e

de ser alertado por parentes e amigos, é que o sr. JOSÉ MARQUES percebeu que possuía uma preciosidade.

Em janeiro de 1978 ele as levou para serem submetidas à avaliação do conservador e restaurador Jair Afonso Inácio, que confirmou a autoria do Mestre MANOEL DA COSTA ATHAIDE.

No livro “As Geraes de Servas”, publicação da Universidade Federal de Minas Gerais, organizado por Edite de Paula Cunha e Patrícia Thomé Junqueira Schettino, a pratiana Zara de Castro cita, à pág. 140:

“Na década de 1980, foram encontrados seis quadros atribuídos ao mestre Manoel da Costa Ataíde (1762-1830), que hoje pertencem ao acervo do Museu Mineiro de Belo Horizonte.

Os quadros estavam em uma fazenda a poucos quilômetros de São Domingos do Prata, conhecida como FAZENDA DE CIMA, que teria pertencido a JOSÉ VIEIRA MARQUES (...).”.

FRANCISCO VIEIRA SERVAS FALECEU E FOI SEPULTADO EM SÃO DOMINGOS DO PRATA, LOCAL EM QUE POSSUIA A FAZENDA SERVAS, EXISTENTE ATÉ OS DIAS ATUAIS.

“(..) Sua morte ocorreu em 1811, como consta em seu atestado de óbito anexado ao testamento, registrado em Catas Altas do Mato Dentro:

Aos dezesete de Julho de mil oito centos e onze faleceu com todos os Sacramentos Francisco Vieira Servas, homem branco, solteiro, natural de Portugal e com Solemne Testamento: foi encomendado, e Sepultado dentro da Capella de Sam

Domingos da Prata do Arco cruzeiro para cima, e teve acompanhamento // O Coadjutor Manuel Roiz Souto.

(...) A igreja na qual foi sepultado, na cidade de São Domingos do Prata, acabou literalmente tombada (demolida), na década de 60 deste século, pelo clero local. (Século XX).”

NOTA: Com exceção do título, os demais trechos foram extraídos da internet de um artigo de Adriano Reis Ramos.

CRIAÇÃO DO ATUAL E HISTÓRICO MUNICÍPIO DE TIRADENTES - 1718 -

“Em 19 de janeiro de 1718 foi criada a vila de São José do Rio das Mortes, hoje cidade de Tiradentes, pelo governador da Capitania de Minas Gerais e São Paulo, conde de Assumar...”

Jornal “O Imparcial”, edição de dia 19 de janeiro de 1908.”

FONTE: RETALHOS DA HISTÓRIA ANTIGA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA, DISPONÍVEL NO GOOGLE NA GALERIA EDELBERTO.

1849 - RESTAURADO O MUNICÍPIO DE TIRADENTES.

A lei nº 452, de 20 de outubro de 1849, restaurou a VILA DE SÃO JOSÉ DEL REI, da comarca do Rio das Mortes.

A lei nº 360, de 30 de setembro de 1848, havia suprimido a VILA DE SÃO JOSÉ DEL REI, incorporando o seu município ao território do município de São João Del Rei.

Por sua vez, a lei Provincial de nº 1092, de 07 de outubro de 1860, eleva a VILA DE SÃO JOSÉ DEL REI à categoria de CIDADE, com a mesma denominação.

Finalmente, já no início da República, o Decreto Estadual de nº 03, de 06 de dezembro de 1889, determina que a cidade e município de São José Del Rei, passem a chamar-se TIRADENTES.

RIO DE JANEIRO CAPITAL DE PORTUGAL.

O Rio de Janeiro foi capital de Portugal entre 1808 e 1821:

Em 1808, a família real portuguesa fugiu de Lisboa para o Rio de Janeiro, devido à invasão francesa, e a cidade se tornou a sede do império português.

Entre 1815 e abril de 1821, o Rio de Janeiro sediou o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

O Rio de Janeiro foi a primeira capital europeia fora da Europa.

(FONTE INTERNET).

A INTENSA VIDA LITERÁRIA EM OURO PRETO NO FINAL DO SÉCULO XIX. JOÃO PINHEIRO DA SILVA RETORNA A CAETÉ.

Segundo Carlindo Lellis – Nunca foi tão intensa a vida intelectual, naquela velha capital de Minas, como naqueles anos de 90 a 97. (1890 a 1897) (...)

(..)_ Segundo Carlindo Lellis, a imprensa tinha por esse tempo seu esplendor, na velha capital de Minas.

Cita o Liberal Mineiro, de Bernardo Monteiro, o –Jornal de Minas de Diogo de Vasconcelos, a Província de Minas, o Minas Gerais - órgão dos poderes do Estado, dirigido por Jorge Pinto. O Estado de Minas, publicado por Antônio Olinto, Francisco Sá e Aurélio Pires.

Segundo ele, nessa época, JOÃO PINHEIRO suspendera a publicação do Movimento, órgão de propaganda republicana e se retirara para Caeté, para ser oleiro.

SACRISTÃOS E OS INCÊNDIOS. SABARÁ – IMPÉRIO.

- Os sacristãos eram obrigados, em caso de incêndio, a tocar o sino da igreja para alertar a população.

- Os carpinteiros, pedreiros, jornaleiros eram obrigados a acudir ao fogo quando esse pegar em qualquer edifício. Os sacristãos com o toque dos sinos teriam que dar sinal de incêndio e quando não o fizessem, desde que tenham sido avisados e chamados, sofreriam a multa de oito mil réis e quatro dias de prisão.

DISTRITO DE VENDA NOVA – PEDIDO PARA CONTINUAR A PERTENCER AO MUNICÍPIO DE SABARÁ – 1901.

Após ter perdido o território do município de Belo Horizonte, o povo de Venda Nova desejou continuar vinculado a Sabará.

Na sessão de 1º de agosto de 1901 da Câmara de Deputados (atual Assembleia Legislativa de Minas Gerais), o Deputado sabarense Luiz Cassiano Martins Pereira, leu as seguintes representações:

“Sr. Presidente, não tendo comparecido a sessão de ontem, li hoje no Minas Gerais que os habitantes do distrito da VENDA NOVA dirigiram uma representação ao Congresso pedindo a transferência daquele distrito para o município de Belo Horizonte.

Não posso acreditar que essa representação exprima a aspiração do povo daquela localidade, por isso que tenho em meu poder outra assinada pelo vereador especial do distrito, pelos

membros do conselho distrital, pelos juizes de paz, professores e outras pessoas qualificadas, que pedem que o distrito continue a pertencer à comarca e município de SABARÁ...”.

VICE-CONSULADO DA GRÃ-BRETANHA EM SABARÁ – 1878 –

O jornal “A Atualidade”, edição de 09 de setembro de 1878, publicou essa notinha:

“Exigiram-se informações.

Do juiz municipal e de órfãos do termo de Sabará sobre a existência do vice-consulado da Grã Bretanha naquela cidade.”

HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE GENERAL CARNEIRO.

ALFREDO CAMARATE UM DOS ARQUITETOS RESPONSÁVEIS. 1891.

“Questões de interesse particular levaram-me ao local em que se vai levantar a estação do entroncamento, onde se devem ligar as linhas de trilhos do ramal de Belo Horizonte às da Estrada de Ferro Central do Brasil.

A estação fica mesmo na foz do Arrudas, ribeirão manso e modesto, durante os seis meses de seca; ribeirão largo, espriado, tumultuoso e com arreganhos de rio caudaloso, enquanto duram as épocas chuvosas que, no dizer da gente da terra, duram, muitas vezes, cinco e seis meses.

Como ponto de vista, o lugar escolhido é admirável. Dir-nos-íamos diante desses pitorescos lagos em que abunda a Suíça, com mais rutilâncias de sol, com mais hipérboles de colorido na

vegetação, com mais tons quentes nos terrenos e, por enquanto, com o seletivo encanto da solidão, porque não me parece que três homens, duas mulheres, três crianças e seis vacas, possam riscar a foz do Arrudas do mapa dos ermos conhecidos e desconhecidos deste mundo.

Esta acética localidade tem, porém, quatro minutos no dia, em que se transforma em paragem movimentada, com assomes de civilização: é quando passa o trem de ferro de SABARÁ para Santa Luzia e de Santa Luzia para SABARÁ; viagem redonda que, por enquanto, tem duas edições, o que produz alternadamente quatro minutos de cenografia animada e movimentada; talvez movimentada demais por que o trem de ferro descreve a graciosa curva em que desenha por aquele local, a todo o vapor, transformando, por consequência, aquela aparição numa apoteose de mágica, que passa sempre a fugir pelos olhos dos expectadores, para escamoteação da imperfeição das minúcias e economia dos fogos de bengala, que a iluminam e engrandecem!

As obras da estação do entroncamento a consequente paragem dos trens da Central, o interesse das multidões que exploram as multidões que residem, metamorfosearão, em breve, aquela deliciosa solidão, lugar que eu considerava o páramo ideal, para lá ir curtir os meus amuos, desgostos e rabugices.

O local escolhido para estação, talvez o único que se poderia encontrar por aquelas proximidades, tem a forma de um triângulo curvilíneo e, aceitando o terreno tal qual era, o dr. José de Magalhães estabeleceu também sobre uma planta triangular todo o edifício que, por entre muitas outras qualidades arquitetônicas, tem a de ser um aspecto absolutamente novo e original!

Em cada face do triângulo há um vestíbulo que dá para um salão de passagem central, aberto em círculo e iluminado por uma clarabóia, centro de uma grande cúpula, coroada em cima por uma espécie de capacete anamita de centro do qual se ergue um alteroso catavento.

Nos dois vértices do triângulo estão os armazéns e as casas dos guardas; no outro vértice, a sala de espera com o seu respectivo toilete e um buffet cortado em forma circular.

Junto do vestíbulo que dá para a plataforma da Central, está a casa do agente junto a outro vestíbulo que dá para um dos desvios, o telegrafista.

O aspecto gráfico da planta é lindíssimo e a distribuição dos compartimentos, atendendo, como devia ser, em primeiro lugar à comodidade e ao aproveitamento do espaço, ficou com uma tal ou qual simetria ou, antes com uma tal ou qual harmonia de linhas que a simetria já pertence ao gênero de composições de linhas carcomidas e fora do uso.

O aspecto das três fachadas impressiona, sobretudo, pela novidade do agrupamento de linhas que partem de um triângulo e rematam num círculo.

A fachada que dá para a Central tem nove portas, encimadas como que por uma rosácea e envidraçadas, com os vidros protegidos por uma grade de ferro. A porta do centro, mais larga é toda de madeira, remata em semicírculo, aureolado por um renque de tijolos.

A cúpula que nasce com um diâmetro de dez metros e cinquenta centímetros é toda coberta com folhas de zinco em forma de escamas, é coroada por um corpo elegante, com grande balanço e que a remata graciosamente, tirando a monotonia das catenárias com que ela, de baixo a cima, se embolsa.

As duas outras fachadas em pouco ou quase divergem da que descrevi a correr; não por falta de conhecimento dos detalhes da obra (feliz ou infelizmente); mas porque é aqui, neste caso, que convém deixar o prazer da surpresa, aos primeiros viajantes que aqui chegarem.

Arquitetos mais ou menos diplomados poderão achar que o aspecto arquitetônico de tal edifício não corresponda absolutamente ao primeiro preceito da arquitetura moderna, que estabelece que um edifício indique, logo ao primeiro relancear de olhos pelo seu exterior, o fim a que é destinado por dentro.

Mas a arquitetura das estações de estrada de ferro tem ainda outros preceitos mais atendíveis e, a esses, o dr. José de Magalhães atendeu com todo o zelo e boa vontade, mas sempre também nos limites do possível, porque, em espaço pequeno, não se faz obra grande nem tão pouco, quando se estabelecer para base da planta um terreno triangular, se pode voar à larga, em cata do belo nos lineamentos gerais e na traça de toda a obra.

A comodidade do público foi o tema dado pelo dr. Aarão Reis e pelo seu luzido corpo de engenheiros: o dr. José de Magalhães escreveu as variações desse tema brilhantemente; mas sempre com os bons clássicos de outrora, respeitando, na fuga dos rendilhados e ornamentos das variações, o casco e contextura do tema inicial.

No último concurso houve dois concorrentes para a empreitada da construção dessa estação.

O primeiro, conhecido empreiteiro do Estado de Minas, ofereceu dois e meio por cento de abatimento sobre os preços das unidades da tabela anexa aos trabalhos desta construção; o segundo ofereceu seis por cento de redução sobre os preços da mesma tabela.

O proponente aceito é a firma comercial Edwards, Soucasseaux e Camarate.

Descreve-los-ei, com a justiça imparcialidade e independência que sempre me têm assistido, na imprensa jornalística.

O primeiro chama-se Eduardo Edwards. É brasileiro, mas filho de inglês. Corado, calvo (o que é sempre indício de juízo e sensatez), muito delicado e amável ao trato e negociante de há muito estabelecido em Belo Horizonte, onde é muito conhecido, respeitado e estimado.

O segundo chama-se Francisco Soucasseaux, vulgarmente o Braguinha. Baixo, com muito cabelo na cabeça e muitíssimo nos bigodes.

É artista e operário de grande reputação no Rio de Janeiro e construiu, além de diversos prédios, a grande fábrica de móveis Moreira Santos, um dos maiores edifícios do Rio de Janeiro, dentro do qual ele montou também todos os inúmeros e complicados maquinismos de tal fábrica, os quais no primeiro dia em que foram tocados pelo poderosíssimo motor a vapor que lhe dá movimento, trabalharam todos sem a menor hesitação devida ou solução. É um homem prático às direitas.

O terceiro dá pelo nome de Alfredo Camarate, foi educado na Inglaterra, mas detesta as bebidas alcoólicas. É baixo e calvo (os calvos estão em maioria nesta razão social). É arquiteto e com pergaminho; mas, sobre a sua competência arquitetônica, esquivo-me a dizer palavra, porque Alfredo Camarate é o meu mais íntimo e fiel amigo, para quem não tenho segredos, nem arrufos, ganhando e gastando ambos, como se a bolsa fosse comum.

Nestas circunstâncias, o meu juízo sobre ele seria fatalmente dado como suspeito!”

VISITA DE AUTORIDADES A ESTAÇÃO EM 1894.

SÚMULA DA NOTÍCIA PUBLICADA NO JORNAL “MINAS GERAIS”, EDIÇÃO DE 10/06/1894, SOBRE UMA EXCURSÃO, REALIZADA EM 31/05/1894, FEITA POR UMA COMITIVA DE CONGRESSISTAS MINEIROS, AINDA SEDIADOS EM OURO PRETO, CAPITANEADA PELO GOVERNADOR DO ESTADO, DR. BIAS FORTES, DA QUAL FEZ PARTE ALFREDO CAMARATE, EM QUE SE FAZ A SEGUINTE MENÇÃO SOBRE A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE GENERAL CARNEIRO:

“.....Pouco antes das 10 horas da manhã, chegava o trem na Estação de General Carneiro, cuja minuciosa descrição já tivemos ocasião de publicar.

É uma construção belíssima e original, pois, como se sabe, tem a forma triangular, com as faces em curvas reentrantes. Está completamente acabada, e pintada com cores apropriadas e muito bem escolhidas.

Todos admiram o elegante e vasto edifício que, sem dúvida, é um dos primeiros do Brasil, no gênero....

Foram muito felicitados pela excelente execução que deram ao bello plano do dr. José de Magalhães, os srs. Alfredo Camarate e Soucasseaux, que também alli estavam, os quaes, por empreitada, chamaram a si a bella obra arquitetônica...”

INAUGURAÇÃO DA ESTAÇÃO DE GENERAL CARNEIRO.

Publicou o jornal de Sabará, “O Contemporâneo”, em sua edição do dia 20/01/1895 (ortografia atual):

“E. General Carneiro

Sabemos, por telegrama do ilustre chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, dr. Aarão Reis, dirigido a um distinto engenheiro em Belo Horizonte, que será inaugurada no dia 1º de fevereiro próximo à estação General Carneiro, em construção, para o que já se fizeram os necessários desvios e barracão para acomodações provisórias.”

JOÃO MONLEVADE FOI A PRIMEIRA DO INTERIOR DO PAIS, A SER TOTALMENTE PLANEJADA.

João Monlevade foi a primeira cidade industrial previamente projetada. Anteriormente, Belo Horizonte e Goiânia haviam sido, mas para serem capitais dos respectivos Estados.

ALGUMAS CURIOSIDADES SOBRE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

(As respostas podem ser encontradas em meus livros, disponíveis no google, na galeria Edelberto).

1 – você sabia que os hotéis pratianos no início do século xx, ofereciam, além de quartos para os tropeiros e viajantes, um pasto fechado com bebedouros para os animais, além de um bom pastorador?

2 – você sabia que em 1906 um jornal pratiano reclamava do despudor de uma cozinheira por banhar-se no rio em local público?

3 – você sabia que havia um internato e externato em vargem linda em 1900? Entre os materiais que o interno tinha que levar, constava um castiçal, uma vela e bacia para rosto e pés?

4 – você sabia que em 1908 ladrões entraram no cemitério da Lage para roubar o “cofre das almas”?

5 – Coveiros terceirizados. Você sabia que por volta de 1916, as famílias para enterrarem seus mortos tinham que encontrar e pagar um coveiro, entre os inúmeros que prestavam tal serviço?

6 – Você sabia da existência de um fantasma no bairro Palmeiras por volta de 1917, que aterrorizava, após meia noite, toda a região até o Lava-Pés?

7 – Você sabia que em 1918 havia um fotógrafo profissional que oferecia trabalhos fotográficos em qualquer sistema italiano, americano ou francês e que possuía loja no centro da cidade?

8 – Você sabia que a população pratiana por volta de 1918, segundo um jornal local, era de 40.000 habitantes, sendo que BH, em 1912, segundo o Plambel, tinha 38.882?

9 – Você sabia que, segundo o IBGE, no censo de 1940, São Domingos do Prata possuía uma população de 32.441 habitantes e era maior do que as dos municípios de Ouro Preto, Sabará,

Mariana, Itabira, Poços de Caldas, Santa Bárbara, Nova Lima, Varginha, Caeté, etc.?

10 – Você sabia que no dia 21 de novembro de 1934 uma chuva de granizo destelhou todas as casas situadas no perímetro urbano do município?

11 – Você sabe qual foi a solução adotada pelo prefeito na época para ajudar o povo atingido?

12 – Você sabia que em 1935 Dom Helvécio já postulava a criação de um Horto Florestal em cujo local, em 1944, foi inaugurado o Parque Florestal do Rio Doce, em área então pertencente a São Domingos do Prata?

13 – Você sabia que em 1936 um pratiano, utilizando-se do pseudônimo “AMAS”, criticava o crescente espaço conquistado pelas mulheres pratianas?

14 – Você sabia que se alugava para terceiros, cômodos do antigo prédio da prefeitura?

15 – você sabia quais as matérias ministradas em algumas das escolas, inclusive a “normal””, em 1937, além dos nomes dos professores (as) em 1937/1939?

16 – Você sabe, quando em agosto de 1944, foi inaugurado o marco comemorativo do centenário da Paróquia, quais os dizeres, em latim, nele contido, com a respectiva tradução?

17 – Você sabia que havia sepultamentos dentro e fora da antiga igreja Matriz?

18 - Você sabia que o colégio das irmãs de caridade francesas não se chamava Nossa Senhora das Dores e sim somente Nossa Senhora?

19 – Você sabia qual era o enxoval, em 1914, que as alunas internas tinham que levar?

20 – Sabia que esse era o enxoval?

“As internas devem trazer vestidos suficientes e decentes: colchão, travesseiro e roupa de cama com, ao menos, 4 lençóis,

2 fronhas e cobertor, 4 camisas, 3 calções, 2 pares de chinelos e 1 ou 2 pares de botinas ou borzequins (sapatos de cano médio), 6 lenços, 6 pares de meias, ao menos 2 guardanapos, um véu para missa e comunhão, 1 mala ou baú e 1 saco para roupa, uma bacia de rosto e toalhas de mão, sabonete e escovas de roupa e dentes.

O colégio fornece catre (leito rustico) e mais pertences de dormitório, como também todo o necessário para o refeitório e a tinta de escrever”.

21 – Você sabia que nesse colégio eram ministradas as seguintes matérias?

“Junto com uma boa civilidade e disciplina, são matérias do ensino: Doutrina cristã e História Sagrada: línguas portuguesa e francesa – aritmética e geometria – noções de física e química – geografia – história universal e pátria – história natural – música e canto – desenho – vários trabalhos de agulha”.

22 – Você sabia que existia um asilo em São Domingos do Prata, criado pelas irmãs de caridade francesas, esse sim com o nome de Asilo São Domingos do Prata?

23 – Você sabe em que ano essa congregação de irmãs de caridade francesas, transferiram-se para Itabira?

24 – Você sabe o nome do pratiano que lutou na guerra do Paraguai e os dos que lutaram na segunda guerra mundial?

25 – Você sabia que no início do século 20 já existia congado no Prata?

26 – Você sabia que no final do século 19 e início do de 20, existiam diversas bandas de música na cidade e nos distritos?

27 – Você sabe o nome do córrego que fornecia água potável para a cidade?

28 – Você sabia que na primeira metade do século 20, duas professoras pratianas foram premiadas pelo Governo Estadual, em face de suas competências? Sabe os nomes delas?

29 – Você sabia que, se hoje em dia os vinhos produzidos em Santa Catarina e Rio Grande do Sul são elogiados, no início do século 20, os produzidos em São Domingos do Prata ganhavam prêmios internacionais?

30 – Você sabia como eram as caçadas, por volta de 1903, nas florestas virgens da região de São Domingos do Prata?

31 – Você sabia a razão pela qual no século 19 e início do de 20 a importação e exportação dos produtos dependiam, crucialmente dos tropeiros?

32 – Você sabia que Joaquim Rolla, um dos maiores empreendedores do Brasil, começou como tropeiro em São Domingos do Prata?

33 – Você sabia da existência de um externato de nome Maria Auxiliadora funcionando no início do século XX e de outro fundado em 1915, com aulas diurnas e noturnas?

34 – Você sabia da existência de uma escola particular no povoado de Gandra, inaugurada no início do ano de 1916?

35 – Você sabia que no início do século XX houve uma tentativa de suprimir a comarca de São Domingos do Prata?

36 – Você sabe quais foram os argumentos utilizados para impedir a supressão da comarca?

37 – Você sabe como foram as comemorações, em 1914, do Sete de Setembro e do dia da Bandeira na Praça Manoel Martins Vieira?

38 – Você sabe onde ficava a Praça Manoel Martins Vieira?

39 – O que sabe da excursão, em 1914, realizada por pratianos no Rio Doce, em território do município?

40 – Você sabe quais eram as escolas municipais nos anos de 1934 e 1935?

41 – O que sabe sobre o loteamento da Praça São Pedro, originalmente chamada de Praça Domingos Marques Afonso?

42 – O que sabe dos malefícios causados pelas “queimadas” e pelos desmatamentos, já condenados no Prata, no início do século XX?

43 - Você sabe quando foi inaugurada a ponte Jurumirim?

44 – O que sabe sobre a construção da rodovia Prata/João Monlevade, passando pelo Morro do Pião?

45 – Você sabe qual o prefeito do Prata, através de um Decreto municipal, deu o nome de Lagoa Dom Helvécio, popularmente conhecida no Parque Florestal do Rio Doce, como lagoa do Bispo?

46 – Você sabe quando Nilza Rolla se formou como normalista?

47 – O que sabe sobre o poço de petróleo encontrado no Prata e noticiado por um jornal do Rio de Janeiro?

48 – O que sabe sobre, entre outros, as vidas dos personagens relacionados a seguir, todos com grandes serviços prestados ao Prata?

Antônio Gomes Lima.

Antônio Serapião de Carvalho.

Capitão Dico (Egídio Gomes da Silva Lima).

Edelberto Augusto Gomes Lima.

Edelberto Lellis Ferreira Filho.

Edelberto Lellis Ferreira.

Joaquim Rolla.

José Maria Fernandes.

José Mateus de Vasconcelos.

José Pedro Drummond.

Luiz Prisco de Braga.

Manoel Martins Gomes Lima (Neneco).

Manoel Martins Vieira.

Mário Rolla.

Monique Leclercq.

Paulino Cícero de Vasconcelos.

Pedro Domingues Gomes.

Thiago Santiago.

NOTA: As respostas para todas as interrogações podem ser encontradas em meus livros sobre história de São Domingos do Prata, disponíveis no google na galeria Edelberto.

ALGUMAS CURIOSIDADES SOBRE SABARÁ.

(As respostas para todas as interrogações podem ser encontradas em meus livros sobre Sabará, disponíveis no google na galeria Edelberto)

- Você sabia que existe uma teoria sobre a possibilidade de Aleijadinho ter nascido em Sabará?

- Você sabe que Sabará teve participação na criação da primeira faculdade de Direito em Minas Gerais, que posteriormente transformou-se na atual Faculdade de Direito da Federal de BH?

- Você sabe que a capital mineira era para ser transferida para a sede do município de Sabará e não para o seu distrito de Curral Del Rey?

- Você sabia que antes de se criar a nova capital, o distrito já não se chamava Curral Del Rey e sim Belo Horizonte?

- Você sabe qual foi a participação da Câmara de Vereadores da época para derrubada da antiga igreja Santa Rita?

- Você sabe qual foi a participação da arquidiocese de Belo Horizonte na demolição de igreja Santa Rita?

- O que você sabe sobre a mensagem que Dom Pedro I dirigiu ao povo de Sabará?

- Você sabia que em 1844, os pais que não levavam os filhos para vacinar poderiam ser multados e até presos?

- Você sabia que somente após 1848, tornou-se obrigatório o sepultamento de cadáveres em cemitérios e a partir de 1851, eles não podiam ser sepultados antes de 24 horas?

- Você sabia que em 1848, o gado somente poderia ser sacrificado após 24 horas da sua chegada ao matadouro?

- Você sabia que para se atravessar a Ponte Grande (atual Saldanha Marinho) tinha que se pagar pedágio?

- Você sabia que os farmacêuticos (boticários) somente poderiam vender remédios desde que apresentada receita médica?

- Você sabia que os sacristãos eram obrigados, em caso de incêndio, a tocar o sino da igreja para alertar a população?

- Você sabia que quando o Senhor não pagasse a multa sofrida pelo escravo, este era açoitado de 25 até 20 chicotadas, dependendo do valor da multa?

- Você sabia que os escravos, gados e cavalos achados, sem que se soubessem os donos, passavam a ser propriedade do município?

- Você sabia que em 1856, foi autorizada a navegação do Rio das Velhas, partindo de Sabará até Curvelo, também pertencente ao município de Sabará?

- Você sabia que em 1857, foi autorizada uma verba para evitar que enchentes do Rio Sabará atingisse a rua da Lagoa?

- Você sabia que, em 1858, era permitido ao professor aplicar castigos físicos nos alunos, desde que moderadamente?

- Você sabia que em 1857 eram ministradas as seguintes matérias em uma escola de Sabará: Latim, francês, inglês, aritmética, álgebra, geometria, trigonometria retilínea, história e geografia e depois, filosofia e retórica?

- Você sabia que em 1876 é autorizada a construção de uma nova cadeia, a cargo de Henrique Dumont, pai de Santos Dumont?

- **Você sabia que em 1883, foi autorizada uma verba para aplicar na igreja da Soledade?**
- **Você sabia que em 1884, foi instituído o imposto predial em Sabará?**
- **Você sabe a partir de qual ano as Capitanias Hereditárias se transformaram em Províncias (os atuais Estados)?**
- **Você sabe qual era a população de Sabará em 1872?**
- **Você sabe quais as freguesias (atualmente prósperos municípios) pertenciam a Sabará em 1872?**
- **Você sabe qual era a população de cada uma das freguesias que pertenciam a Sabará, em 1872?**
- **Você sabe qual era a população escrava de Sabará, em 1872?**
- **Você sabe em qual ano a Vila de Sabará foi elevada a cidade?**
- **Você sabia que a capela de Roça Grande foi matriz?**
- **Você sabia que Roça Grande já havia pertencido a Santa Luzia?**
- **Você sabia que a Santa Casa de Misericórdia originalmente se localizava na Rua do Fogo (Comendador Viana)?**
- **Você sabia que todas as casas de negócio, exceto farmácia, somente podiam funcionar até as 21 horas?**
- **Você sabia que era proibido permanecer nas tabernas ou casas de bebidas ajuntamento de escravos, exceto se tiver comprando?**
- **Você sabia que era proibido minerar no rio Sabará, desde a ponte denominada “da mãe domingas” até a ponte Grande?**
- **Você sabia que era proibido minerar também nas ruas de Sabará?**
- **Você sabia que a nenhum escravo poderia se conceder licença para ter loja de ofício, exceto se autorizado pelo seu senhor?**
- **Você sabia que qualquer pessoa do povo poderia matar os porcos que andassem soltos pela cidade, o mesmo ocorrendo**

com os cães que não fossem de caça e se estivessem andando sem a focinheira?

- Você sabia que haviam proprietários de cemitérios particulares?

- Você sabia que a Assembleia Provincial em 1851, proibiu o espetáculo de touros em Sabará?

- Você sabia que em 1856, a Assembleia Legislativa Provincial autorizou ao Presidente da Província a contratar os serviços para navegação a vapor sobre o Rio das Velhas, desde Sabará até a sua foz no Rio São Francisco?

- Você sabia que os carros ou carretões, desde que conduzissem madeiras, deveriam pagar determinada quantia todas as vezes que atravessassem as pontes do município?

- Você sabe em que ano foi disponibilizada uma verba para construção da igreja das Mercês?

- Você sabia que as alunas de um colégio de Caeté deveriam, todos os anos, serem submetidas a exame na escola normal de Sabará?

- Você sabia que em 1877, foi proibido o uso de dinamites no município de Sabará?

- Você sabia que em 1897, foi autorizada uma verba para construção de uma ponte sobre o Rio das Velhas em Sabará, com extensão de 640 metros?

- Você sabia que em 1907, a estação de General Carneiro pertencia a Belo Horizonte, o mesmo ocorrendo com a de Mazagão?

- Você conhece sobre as controvérsias existentes sobre a vida de Aleijadinho?

- Você sabe quais os cargos exercidos pelo sabarense Melo Vianna?

- O que sabe sobre o sabarense Orozimbo Nonato?

- Você sabe que um irmão de Orozimbo Nonato foi Prefeito de Belo Horizonte e outro Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais?

- Você sabia que o sabarense Orozimbo Nonato, quando Presidente do Supremo Tribunal Federal, ia para a Corte de bonde (lotação)?

- O que sabe sobre a vida do sabarense Luiz Cassiano Martins Pereira?

- O que sabe sobre a vida do grande artista sabarense Alfredo Machado?

- O que você sabe sobre a vida do sabarense Zoroastro Vianna Passos?

- O que você sabe sobre a vida do grande sabarense Júlio Ribeiro?

- O que sabe sobre a vida do professor Caetano de Azeredo Coutinho?

- Porque o distrito de Mestre Caetano recebeu esse nome?

- O que sabe sobre a vida do sabarense Paulo Roberto da Silva, herói da independência do Brasil?

- Você sabe qual foi a primeira peça apresentada na Casa de Ópera, nome original do Teatro?

- O que você sabe sobre a visita de Dom Pedro I ao teatro de Sabará?

- Você sabe qual sabarense produziu esta frase: “Honestidade não é mérito, é dever.....”?

- Você sabe qual o nome do deputado sabarense que, em 1860, fez o pronunciamento a seguir na Assembleia Legislativa Provincial:

“(.....) Sabará srs. é a minha terra natal...Foi ali que bebi os princípios da pouca e quase nenhuma instrução que tenho. Foi ainda ali que mais ou menos se fortificou a minha razão, nos verdadeiros princípios de religião e de moral. Foi ali ainda, srs. que aprendi a saber cumprir deveres e respeitar as leis de meu país....”

- Você sabe qual é o nome de outro deputado provincial sabarense que era proprietário do atual sobrado (solar do Padre Corrêa), quando nele se hospedaram dois imperadores brasileiros?

- Qual outro local em Sabará, além do Solar do Padre Corrêa, hospedou Dom Pedro II, em 1881?

RESTAURADORES ESCONDENDO AS PINTURAS ANTIGAS – SÉCULO 19 –

Por dentro, tem poucas pinturas e essas suponho que sejam más, e digo “suponho”; porque a sanha e vandalismo dos restauradores foi tão grande, nos princípios deste século, sobretudo no Estado de Minas, que é muito possível que, por debaixo daquelas pastadas infrenes dos restauradores, haja obras-primas da pintura; fato que se dá particularmente em Mariana, Ouro Preto e em outras localidades deste Estado.

A PERSONALIDADE DO MINEIRO NA VISÃO DE ALFREDO CAMARATE, EM OUTUBRO DE 1894.

Há cerca de ano e meio que estudo e convivo com o povo mineiro e cada dia me afirmo mais na idéia de que é um povo com muitos defeitos na educação; mas, em compensação, com um avultadíssimo número de qualidades notáveis, tão características, tão originais, que fazem dele como que um povo aparte, como se fora constituído por uma argamassa especial, que o torna diferente de todo o resto dos brasileiros.

JOAQUIM ROLLA – HOTEL QUITANDINHA – 1945 –

Joaquim Rolla visto pelo jornalista por Assis Chateaubriand, na época fundador dos Diários Associados, o maior conglomerado de jornais do país.

“Acho-me em Quitandinha, desde hoje cedo pela manhã, e passeio deslumbrado pelos seus salões, que resplandecem. O

que mais me surpreendeu nesta visita a Quitandinha foi encontrar quase vazios os salões de jogo.

Na grande rotunda, onde se alinham as mesas de roleta, há agora, à tarde, apenas duas mesas ocupadas. Mas em compensação os campos de tênis, voleibol, basquete, as seções de canoagem e hípica formigavam de gente.

A praça de esporte parece o nosso velho Germânia de São Paulo, nos seus dias de esplendor. O jogo aqui é relegado a um plano inferior para, em lugar dele, ressaltarem os esportes, os divertimentos ao ar livre.

Jovens, crianças e velhos derramam-se pelos jardins, cada qual se exercitando em seu esporte favorito. Baila a satisfação em todos os rostos. Nada que lembre aqui um Cassino, tanta é a espontaneidade nos jogos inocentes, que fazem a alegria de viver.

Parece incrível que em uma terra de tão mediócras iniciativas privadas, em que o capitalismo privatista se desinteressa por completo da indústria do turismo, de forma a atrair os estrangeiros a nosso país, só Quitandinha se acha transformado em cabeça de Turco do Estado Novo.

O Estado Novo errou num milhão de coisas, e nas poucas em que acertou está o Quitandinha. Fez a concentração do jogo numa só organização, para que dessa organização pudesse auferir Petrópolis e o Brasil o mais suntuoso hotel do orbe latino-americano e um dos mais belos e confortáveis do mundo.

Apenas se pergunta uma coisa: deixou-se de jogar no resto do Brasil? Não. E, no resto do Brasil onde se joga, apareceu um espirro de Quitandinha? Também não.

Mas, neste caso, porque se arrojou toda gente no aniquilamento do Quitandinha, se o crime que aqui se perpetrava, produziu uma maravilha para o Brasil.

E nos outros lugares, inclusive o Distrito Federal, o mesmo crime existe e continua existindo e dele nada se tirou para a

criação e expansão do turismo brasileiro, nada absolutamente nada que se pareça com isso aqui?

Em Poços de Caldas o Sr. Antonio Carlos pôs 40 mil contos do contribuinte para erguer um hotel que é a terceira parte deste, e um cassino.

Em Petrópolis o Estado não pôs um cruzeiro nesta obra colossal. Ela se levantou e vive do esforço prodigioso e frenético de um homem o qual, podendo levar a vida de milionário descansado, luta como um Briareu para dotar a sua pátria de um organismo turístico como a Argentina, com três vezes os recursos do Brasil, não ousou edificar nada de parecido (...). Governo e oposição têm medo do Quitandinha.

E a glória do Sr. Joaquim Rolla é que ele não tem medo do Brasil (...).”

O PRATIANO MÁRIO ROLLA.

- USINA SIDERÚRGICA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA -

Em um de seus pronunciamentos em junho de 1960, sugeriu o Deputado Dr. Mário Rolla a implantação de uma usina eletro-siderúrgica entre os municípios de SÃO DOMINGOS DO PRATA e Dom Silvério, a ser utilizada para o beneficamente do manganês destinado ao mercado interno, exportando-se o excedente, que seria servida pela energia de Três Marias.

Segundo Dr. Mário Rolla, em valores da época, enquanto uma tonelada de minério era cotado a 42 dólares, o preço de igual quantidade de ferro-manganês alcançava preços superiores a 270 dólares.

Um dos projetos de lei apresentado pelo Dr. Mário Rolla na Assembleia Legislativa objetivava o aproveitamento industrial das jazidas de manganês dos municípios de São Domingos do Prata e Dom Silvério.

AINDA SOBRE A USINA SIDERÚRGICA -

O jornal “Correio da Manhã”, edição do dia 29 de julho de 1960, publicou o seguinte artigo:

“Em declarações prestadas à Agência Nacional, o deputado Mário Rolla, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, disse dos objetivos do projeto de lei que vem de apresentar àquela Casa do parlamento estadual, instituindo uma sociedade de economia mista para assegurar, no futuro, as reservas de minerais necessárias do parque siderúrgica nacional.

O projeto do deputado Mário Rolla manda desapropriar, no interesse público, as grandes jazidas de manganês do município de São Domingos do Prata, que, há cerca de vinte anos se encontram estagnadas, em regime de litígio judiciário, contrastando com o desenvolvimento econômico do país posto em execução desde o início do governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Prevê, ainda, o projeto do parlamentar estadual mineiro, redigido de acordo com os planos da sociedade dos Amigos do Rio Doce, a instalação de uma nova e grande usina siderúrgica, a qual em sua fase final poderá faturar importância superior a 4 bilhões de cruzeiros anuais, abrindo, assim, outra poderosa fonte de riquezas naturais.”

BANCO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS.

Como Deputado estadual o Dr. Mário Rolla foi, na Assembleia Legislativa, um dos mais ferrenhos defensores da criação do Banco, por vislumbrar a sua posição estratégica para o financiamento de indústrias no Estado. Pode-se considerá-lo como pai da ideia.

CRONOLOGIA COM AS PRINCIPAIS DATAS DA HISTÓRIA ANTIGA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

12.01.1659 – Casamento dos avós paterno de Domingos Marques Afonso.

08.04.1701 – Casamento dos pais de Domingos Marques Afonso

1701 – Manoel de Borba Gato, considerado o fundador do atual município de Sabará, refugia-se nas região do Vale do Piracicaba, conforme narrado por Luiz Prisco de Braga na página 25 de seu livro.

11.03.1702 – Nasce Maria, a irmã mais velha de Domingos Marques Afonso.

22.01.1704 – Nasce Manoel, o segundo irmão de Domingos Marques Afonso.

04.02.1706 – Nasce Bernarda, a segunda irmã e terceiro filho dos pais de Domingos Marques Afonso.

16.03.1708 – Nasce Domingos Marques Afonso. Esta data diverge da colocada por Carla Linhares Maia.

16.05.1708 – Nasceu em Portugal Domingos Marques Afonso. Pág. 90 do livro de Carla Linhares Maia.

13.03.1710 – Nasce Antônia, a terceira irmã de Domingos Marques Afonso e o quinto filho de seus pais.

09.05.1712 – Nasce José (Joseph) Marques Villas, o sexto irmão de Domingos Marques Afonso.

09.11.1713 – Origem do município de Rio Piracicaba e da povoação na região, além do descobrimento do Ribeirão da Prata.

24.09.1714 – Nasce Ignácia, a quarta irmã de Domingos Marques Afonso e o sétimo filho de seus pais.

18.07.1717 – Nasce João, o oitavo irmão de Domingos Marques Afonso.

1730 – Já havia moradores em Alfié.

1750 – Provável ano em que Domingos Marques Afonso e seu irmão José Marques Villas vieram de Portugal, embora

tanto Carla Linhares Maia como eu, achamos que vieram antes de 1750.

1750 – Provável início da povoação do chamado “homem civilizado” na Bacia do Prata (Os índios já habitavam a região).

06.11.1758 – Sesmaria concedida a Domingos Marques.

1758 – Sesmaria solicitada por Domingos Marques Afonso.

12.05.1766 – Anuência do vigário de Rio Piracicaba para construção da CAPELA NOVA.

03.06.1766 – Despacho autorizando a provisão (licença) para construção da CAPELA NOVA.

03.04.1768 – Criação da freguesia de Alfié, embora desde 1730, já houvessem habitantes.

22.08.1768 – Licença para construção da CAPELA NOVA.

03.10.1768 – Doação do terreno para construção da CAPELA NOVA, cuja escritura foi assinada por José Marques Villas, proprietário da sesmaria, e seu irmão Domingos Marques Afonso.

22.10.1768 – Provisão (licença) para que fosse benzida a CAPELA NOVA.

10.11.1768 – Benzida a CAPELA NOVA.

1768 – A Capela Nova foi construída por Domingos Marques Afonso e Antônio Alves Passos.

23.01.1769 – Licença (Provisão) para benção de cemitério no adro da CAPELA NOVA.

30.01.1769 – Imagem de São Domingos de Gusmão vinda de Portugal.

15.04.1771 – Interdição, por demência (Curatela) de José Marques Villas.

23.11.1771 – Sesmaria requerida por José Marques Villas e gerida por seu irmão Domingos Marques Afonso, como curador que era de se irmão.

22.05.1778 – Testamento de José Marques Villas.

27.06.1778 – Falecimento de José Marques Villas.

28.06.1778 – Entrada no inventario de José Marques Villas.

25.02.1783 – Sepultamento de Domingos Marques Afonso, segundo apurado por Elaine Costa Braga no “Livro da Fábrica”, contendo um resumo dos sepultamentos feitos na igreja de Catas Altas. (MG).

20.12.1783 – Falecimento de Domingos Marques Afonso – Pág. 91 do livro de Carla Linhares Maia, o que diverge do apurado acima.

03.06.1820 – Concedida a ordem para construção da igreja do Rosário.

1840 – Demolida a CAPELA NOVA. (A primeira igreja).

22.07.1843 – Foi elevada à Paróquia a Aplicação de São Domingos do Prata.

26.02.1844 – Instalada a Paróquia de São Domingos do Prata.

1850 – Moradores de São Domingos do Prata pedem para continuarem pertencendo a Santa Bárbara.

1851 – Início da construção, pelo alferes Joaquim Gomes Lima, da nova matriz no mesmo local em que foi demolida a primeira.

30.05.1853 – A freguesia de São Domingos do Prata passa a pertencer ao município de Itabira, desmembrando-se de Santa Bárbara.

24.02.1855 – Nasceu em São Domingos do Prata José Pedro Drummond, quando senador estadual em 1893, foi o principal responsável pela a escolha de Belo Horizonte como a nova capital de Minas.

16.05.1855 – São Domingos do Prata retorna ao território de Santa Bárbara e nele permanece até a sua emancipação em 01.03.1890.

18.01.1862 – Nasce em Carneirinhos Luiz Prisco de Braga, autor do primeiro livro sobre a história de São Domingos do Prata, cuja primeira edição foi publicada em 1946, após a morte de Luiz Prisco, pelo prefeito Manoel Martins Gomes Lima (Neneco).

09.08.1864 – Foram desmembradas da freguesia de Alfié e incorporadas à de São Domingos do Prata, as cabeceiras do ribeirão Mombaça e suas vertentes.

1871 – Depois de sua classificação como freguesia, São Domingos do Prata passou a ser um Arraial.

1880 – Término da construção, pelo Alferes Joaquim Gomes Lima, da igreja erigida no lugar da antiga CAPELA NOVA, construída por Domingos Marques Afonso e Antônio Alves Passos.

1888 . A legislação da época ainda chamava São Domingos do Prata como freguesia, a demonstrar uma certa confusão nas denominações.

01.03.1890 – O município é emancipado passando de freguesia para vila.

1890 – Toma posse o primeiro Conselho de intendência municipal, tendo como Presidente Manoel Martins Vieira e demais componentes Capitão Antônio Rodrigues Frade e Pedro Benjamim de Vasconcelos.

08.05.1892 – É eleito o primeiro Agente do Executivo e Presidente da Câmara de vereadores do município, Tenente Antônio Rodrigues Frade, além de sete vereadores.

08.05.1892 – Posse da primeira Câmara de Vereadores eleita em São Domingos do Prata.

1893 – Nomeação do segundo Conselho de Intendência, que governaria o município até a realização de novas eleições. Houve ainda um 3ª Conselho de Intendência.

1896 – Conclusão da igreja de Vargem Linda e inauguração de um espaçoso teatro.

12.10.1897 – O senador pratiano, Dr. José Pedro Drummond, em histórica sessão do Congresso Mineiro, teve papel decisivo para a escolha de Belo Horizonte para ser a nova capital mineira.

22.07.1901 – Conclusão da igreja em Marliéria.

10.03.1907 – Antônio Gomes Lima, conhecido como Dr. Gomes Lima, é eleito senador estadual.

15.08.1907 – O pratiano Dr. Antônio Gomes Lima torna-se um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) e em 28.05.2022, outro pratiano, o Dr. Edelberto Augusto Gomes Lima, torna-se o segundo pratiano a ser membro efetivo desse conceituado Instituto.

26.02.1909 - Falece Manoel Martins Vieira, considerado o primeiro prefeito de São Domingos do Prata e grande benfeitor.

03.05.1915 – Posse como deputado federal do pratiano Antônio Gomes Lima, conhecido por Dr. Gomes Lima.

22.03.1914 – Inaugurados os primeiros trabalhos da barragem na cachoeira do Rio da Prata, onde seria construída a usina elétrica.

15.08.1916 – Foi inaugurada oficialmente a usina elétrica, na gestão do então prefeito (Agente do Executivo) Capitão Dico.

02.05.1918 – Posse para o segundo mandato como deputado federal do dr. Gomes Lima.

13.08.1918 – Foi assinado o Decreto nº 5.065 criando o Grupo Escolar São Domingos do Prata, posteriormente denominado Cônego João Pio.

02.07.1921 – Inaugurado oficialmente o Grupo escolar acima, embora tenha começada a funcionar, provavelmente, em 1919, quando terminou a construção.

01.05.1922 – Nasce frei Thiago Santiago, autor de dois livros sobre a história de São Domingos do Prata.

1923/1926 - Dr. Edelberto de Lellis Ferreira eleito Deputado Estadual por São Domingos do Prata.

30.09.1928 – Inaugurada na gestão do então prefeito Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, a rodovia ligando São Domingos do Prata a Saúde (Dom Silvério), responsável por trazer grandes benefícios ao município, por ligar o Prata a estação ferroviária de Saúde, por onde começou a se exportar os produtos pratianos para diversas partes do país, além de facilitar o deslocamento de pratianos para outras regiões.

07.10.1928 – Inauguração do hospital Nossa Senhora das Dores.

20.03.1930 – Autorização para, no mandato do prefeito Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, se construísse a rodovia ligando São Domingos do Prata a São José da Lagoa (Nova Era), facilitando o acesso dos produtos e das pessoas do Prata ao entroncamento ferroviário existente em Nova Era. Esse entroncamento permitia o acesso a diversas regiões do país, inclusive ao porto de Vitória.

12.02.1937 - Nasce em São Domingos do Prata Paulino Cícero de Vasconcelos, que foi, entre outras funções, Deputado Federal de 1971 a 1995 e Ministro do Estado do ministério de Minas e Energia e, quando jovem, prefeito de sua terra natal.

17.12.1938 – São Domingos do Prata perde todo o território do atual município de Timóteo.

14.07.1944 – Toda a área do Parque Florestal do Rio Doce é desmembrada do território de São Domingos do Prata.

04.08.1944 – Comemorada em toda a semana o centenário da Paróquia de São Domingos do Prata, criada em 26.02.1844, sob a liderança do então prefeito Manoel Martins Gomes Lima (Neneco).

22.07.1945 – Nasce em São Domingos do Prata Edelberto Augusto Gomes Lima, autor de 23 livros sobre a história de sua terra natal. No google, na galeria Edelberto, há acesso a todos os livros.

14.02.1955 – Foi criada a escola estadual Domingos Marques Afonso – Em 09.10.1984, foi inaugurado o novo prédio da escola.

1962 – Na gestão do jovem prefeito Paulino Cícero de Vasconcelos é inaugurada a energia elétrica da CEMIG.

14.04.1974 – Fundação do Asilo São Judas Tadeu.

A HISTÓRIA DO LEGISLATIVO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

DESCUBRA AS RESPOSTAS NO LIVRO “A HISTÓRIA DO LEGISLATIVO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – 1890 A 1962” –

1ª–Sabe o que é Conselho de Intendência Municipal e qual a sua finalidade?

2ª–Quantos Conselhos de Intendência teve em São Domingos do Prata?

3ª–Sabe em que ano surgiu a instituição PREFEITURA MUNICIPAL?

4ª–Qual a instituição que, até 1930, concentrava todos os poderes deliberativos e executivos no município?

5ª-O que era um Agente do Executivo?

6ª-Sabe como era eleito o Agente do Executivo e quais eram as suas funções?

7ª-Qual padre (Senador estadual por vários mandatos), embora tenha sido o vereador mais votado, recusou ser Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos do Prata e ser Agente do Executivo?

8ª-O que sabe sobre a existência de cemitérios particulares em São Domingos do Prata?

9ª-O que sabe sobre a existência de diversos coveiros autônomos em São Domingos do Prata?

10ª-Em que ano foi lançada a primeira pedra fundamental para construção de um hospital em São Domingos do Prata?

11ª-Sabe os motivos pelas quais na primeira Câmara eleita de Vereadores de São Domingos do Prata, com exceção de um, todos os demais membros renunciaram?

12ª-Em que ano foi criada a freguesia de Santo Antônio da Vargem Alegre, atual distrito de Vargem Linda?

13ª-Sabe como eram iluminadas as ruas de São Domingos do Prata, antes do surgimento da energia elétrica em 1916?

14ª-O que sabe sobre uma barca que atravessava o Rio Piracicaba, em território de São Domingos do Prata?

15ª-O que sabe sobre a vinda de imigrantes (Na época chamados colonos) para São Domingos do Prata?

16ª-Qual a importância da Fazenda Dois Córregos para a história de São Domingos do Prata?

17ª-O que sabe sobre uma Universidade de Seleiros que existia em São Domingos do Prata?

18ª-O que sabe sobre a tentativa de desapropriar o sobrado do Dr. Edelberto de Lellis Ferreira?

19ª-O que sabe sobre uma escola normal existente em São Domingos do Prata por volta de 1902?

20ª-Quais as epidemias grassaram em São Domingos do Prata no final do século 19 e início do de 20?

21ª-Sabe o nome do vereador que pediu a instalação do distrito de Santa Isabel?

22ª-O que sabe sobre a origem do município de Timóteo?

23ª Por que a professora Cornélia de Lima foi homenageada pelo Governo do Estado?

24ª-O que sabe sobre a invasão do plenário da Câmara de Vereadores por uma força policial, em 1910?

25ª-Qual o vereador que propôs a mudança da rua 21 de Abril para padre Pedro Domingues?

26ª-Sabe quando surgiu a energia elétrica em São Domingos do Prata e qual foi o Agente do Executivo a inaugurá-la?

27ª-O que funcionava no antigo prédio da Câmara de Vereadores que, a partir de 1930, passou a ser da Prefeitura Municipal?

28ª-Sabe quando começou a ser instalada, nas residências, a energia elétrica no Prata?

29ª-Sabe qual foi o primeiro nome do Grupo Escolar Cônego João Pio, depois escola estadual, e qual era o prefeito da época que doou todo o terreno para construí-lo.?

30ª-Sabe a localização atual da antiga Praça São Pedro?

31ª-Sabe qual era o nome da antiga Praça São Pedro quando ela foi loteada e deixou de existir?

32ª-Em que ano o dr. Edelberto de Lellis Ferreira foi eleito Deputado Estadual por São Domingos do Prata?

33ª-Cite algumas das realizações do Dr. Edelberto no período em que foi Prefeito.

34ª-Sabia se antigamente existia Guarda Municipal em São Domingos do Prata?

35ª-Qual o prefeito de São Domingos do Prata deu o nome a lagoa do Biso, no Parque Florestal do Rio Doce?

36ª-Sabia que toda a área do Parque Florestal do Rio Doce pertencia a São Domingos do Prata?

37ª-Em que ano houve uma tempestade de granizo na cidade de São Domingos do Prata, que destelhou todos os imóveis da área central?

38ª-O que sabe sobre a tempestade acima?

39ª-O que sabe sobre o regulamento municipal do trânsito de veículos, por volta de 1928?

40ª-Quais as condições eram exigidas para se obter uma carteira de motorista e qual a velocidade máxima na área urbana e na rural?

41ªQuando desapareceu a figura do Agente do Executivo e surgiu a do Prefeito?

42ª-Qual o Prefeito que colocou o nome de Cônego João Pio no grupo Escolar, depois escola estadual?

43ª-Quando as primeiras irmãs de caridade francesas emigraram para São Domingos do Prata?

44ª-O que as irmãs francesas inauguraram em São Domingos do Prata, na primeira metade do século XX?

45ª-Por que em 1937, a Câmara de Vereadores de São Domingos do Prata, assim como em 1930, foi fechada?

46ª-Quando foi entronizada a imagem de Jesus Cristo na sala de sessões da Câmara de Vereadores?

47ª-Quando foi o início da construção da ferrovia que ia passar em São Domingos do Prata?

48ª-O que sabe sobre esta ferrovia?

49ª-O que sabe sobre o movimento de caráter comunista rechaçado pela Câmara de Vereadores de São Domingos do Prata?

50ª-O que sabe sobre o Bairro aberto pelo Prefeito Feliz de Castro na área central da cidade?

51ª-O que sabe sobre uma nova tentativa de invasão do plenário da Câmara de Vereadores de São Domingos do Prata, por volta de 1953?

52ª-Em que ano foram demolidos três prédios históricos em São Domingos do Prata, a saber: o da antiga prefeitura, o novo fórum e cadeia e o hospital Nossa Senhora das Dores?

53ª-Quando foi inaugurada a energia elétrica da Cemig na cidade de São Domingos do Prata?

54ª-O que sabe sobre o grande pratiano, que foi, entre outras coisas, Deputado Estadual, Dr. Mário Rolla?

55ª-Sabia que foi ventilada a possibilidade de se construir uma usina siderúrgica em São Domingos do Prata? De quem foi a iniciativa?

56ª- O que sabe sobre Alonso Starling, que, embora nascido em Dom Silvério, viveu e foi Deputado estadual por São Domingos do Prata e quando faleceu, era desembargador?

57ª-Quais foram os políticos pratianos que exerceram mandatos eletivos fora das divisas do Município?

58 – Qual foi o vereador e a partir de qual data se adotou o nome de Manoel Martins Vieira a atual Praça da Matriz?

59 – Qual era o nome da Praça da Matriz antes de ser chamada de Praça Manoel Martins Vieira?

CHUVA DE GRANIZO QUE DESTELHOU TODAS AS CASAS.

O jornal “A Voz do Prata” de dezembro de 1934, publicava:

“No dia 21 do mês de novembro p. findo, após um dia de sol radiante e de calor caustico, foi às 4 ½ horas da tarde, a população da sede deste município surpreendida por um fenômeno meteorológico de consequências quase gravíssimas.

É que, àquela hora do dia designado, foram, em substituição a beleza do céu e ao brilho do sol, aparecidas nuvens negras e ameaçadoras, que, inospitamente, despejaram sobre esta cidade violenta chuva de granizo, única, talvez, de proporções tão assustadoras.

Basta dizermos que aqueles caíam em profusão, oscilando o seu peso entre 500 e mil gramas, não ficando em nosso perímetro urbano uma casa que fosse, sem ter o seu telhado completamente danificado.

Como era natural ficou a população tomada de medo, pânico, resultando fossem imediatamente, em vista de seu desabrigo, solicitadas do governo municipal providências no sentido de ampará-la.

Este, dignamente representado pelo dr. Edelberto de Lellis Ferreira, cuidou imediatamente de amparar a população desabrigada, olhando de preferência a destituída de recursos, para o que tratou, incontinenti, de solicitar um auxílio do Governo Estadual, o qual, por sua vez, demonstrou ser digno da confiança que no mesmo deposita o povo mineiro, pois que, levando em consideração o pedido de um auxílio para combater a calamidade que nos feriu, enviou, em menos de 24 horas, o engenheiro técnico da Secretaria da Agricultura dr. Álvaro Mendonça, que, apreciando os estragos produzidos determinou para combate aos mesmos a verba necessária.

Não tivemos que lamentar nenhum desastre pessoal. Houve apenas, além de muitos estragos materiais representados por mercadorias inutilizadas, alguns animais mortos pela violência e peso das pedras que caíram.”

NOTA: No meu livro “Notas sobre alguns prefeitos e eleições em São Domingos do Prata de 1890 a 1947”, consta a seguinte passagem sobre o assunto acima:

“TEMPESTADE DE GRANIZO.

Ainda em seu Relatório relativo ao segundo semestre de 1934, o Dr. Edelberto inseriu, em ortografia de hoje:

“Em novembro do ano próximo findo desabou sobre essa cidade violenta tempestade acompanhada de granizos de dimensões e pesos nunca vistos, destruindo quase por completo todos os tetos, tanto dos edifícios públicos, como dos particulares.

Autorizado por telegrama do então Secretário do Interior, que aqui enviou imediatamente um engenheiro do Estado, providenciei sem demora sobre os socorros de que carecia a população flagelada, fazendo vir de fora pedreiros e os materiais necessários à reconstrução dos tetos destruídos”.

INAUGURAÇÃO DO MARCO COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO.

Na mesma edição do dia 20 de agosto de 1944, do jornal “A Voz do Prata”:

“Às 13 horas deu-se dentro do adro da Matriz a inauguração do marco comemorativo da Paróquia.

Os primeiros a penetrar no recinto foram os moços do Tiro de Guerra procedidos da banda de corneteiros e da Bandeira Nacional que se lhes incorporou para um grande desfile.

Em seguida, para o lugar se dirigiu todo o povo que se aglomerou em torno do monumento já agora rodeado dos Revmos. sacerdotes presentes, Prefeito Municipal (Manoel Martins Gomes Lima) e demais pessoas gradas deste e dos municípios vizinhos...”

Abaixo quadro a óleo do artista sabarense Davi Jupira retratando o momento de inauguração do marco comemorativo do centenário, no qual o povo vestido em suas melhores roupas (na época se chamava de roupa de frequentar missas), tendo à frente o padre Geraldo Barreto Trindade e o Prefeito Manoel Martins Gomes Lima (Neneco).

Tenho informação verbal de ascendente relatando ter sido o marco doado pela Prefeitura Municipal.

Segundo o jornal “A Voz do Prata”, eram esses os dizeres contidos no marco Comemorativo, primeiro no original em latim, depois a sua tradução:

**“Quam vis marmor ego gelidum
Festa tamen celebrasse centenaria
Erectionis Hujus paroeciae
Argenteis susurrantibus undis
Et
Aureas sancto dominico spargente luces
Tempus in omne
Gloriador et gaudero
MCMXLIII.”**

TRADUÇÃO FEITA PELO JORNAL “A VOZ DO PRATA”

O periódico acima, na mesma edição, publicou a seguinte tradução:

**“Embora seja eu gélido mármore
Por celebrar no entanto as festas centenárias
Da ereção desta Paróquia**

**Ao murmurar das ondas de Prata
E
Espargindo São Domingos luzes de ouro
Gloriar-me-ei e rejubilarei”.**



Já o jornal “Tribuna do Prata”, em seu primeiro número em 1994, apresentou a seguinte tradução:

“Embora eu seja um frio mármore, para sempre me alegrarei e exultarei por ter colocado as festas centenárias da ereção desta paróquia, ao sussurro das águas do ribeirão Prata, enquanto São Domingos vai espargindo luzes douradas.”

Há ainda o seguinte trecho extraído da extensa reportagem feita pelo jornal “A Voz do Prata”:

“...É de se salientar a boa vontade e cooperação decisiva do Exmo. Prefeito Municipal farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, que empenhou o máximo de seus esforços para que nossa cidade apresentasse a mais agradável das impressões.

IGREJA DO ROSÁRIO – VISTA DA CIDADE – 1908 –

“Em uma semana feliz essa que ontem findou!

Brilharam no seu curso dias de uma limpidez maravilhosa. Noites enluaradas, argenteando o branco das muralhas que fazem destacar sobranceira à cidade a alegre Capela do Rosário, rodeada de seu cerco de uma alvura de neve.

A vida tornou-se mais comunicativa e bandos grânulos de gentis meninas cruzavam as suas ruas e praças. Tudo Belo.”

A INVASÃO DO PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES EM 1910, POR UMA FORÇA POLICIAL DE FORA DO MUNICÍPIO.

SESSÃO DE 06.01.1910 –

A CÂMARA INVADIDA E A CIDADE DE SÃO DOMINGOS DO PRATA AMEAÇADA POR UMA FORÇA POLICIAL VINDA DE FORA.

Sessão verdadeiramente histórica pelo inusitado da ocorrência.

O fato está narrado no pronunciamento a seguir do vereador Dr. Edelberto de Lellis Ferreira:

“Requeiro seja consignado na ata do trabalho de hoje a seguinte moção:

O povo do município de São Domingos do Prata, por seus legítimos representantes no governo municipal, considerando que a presença em nosso município de força pública extraordinária com delegado militar especial, é medida que lança mão o governo quando há alterações graves da ordem pública para cuja pacificação é impotente a autoridade civil com o destacamento local ordinário;

Considerando que esta medida extraordinária acarreta descrédito para o povo do município em relação à sua cultura, educação, ordem e respeito às leis;

Considerando que este município em plena paz, habitado por um povo laborioso e ordeiro, foi surpreendido por esta medida violenta, atentatória dos brios da família prateana;

Considerando finalmente, que estando hoje a Câmara em seus trabalhos ordinários, foi a sessão perturbada por ameaças desta mesma força pública, chegando um soldado a dirigir palavras insultuosas ao digno Presidente da Câmara,

Protesta contra semelhante e injusta medida, lamentando que o governo do nosso glorioso Estado tenha se deixado levar por político pouco escrupuloso na prática de ato tão irrefletido.

O referido vereador, no final, requeria se extraísse cópias da moção e fossem remetidas ao Presidente do Estado, às redações do “Correio de Minas”, “Diário de Notícias” e “Gazeta de Notícias.”

NOTA: O Presidente do Estado na época era Wenceslau Brás Pereira Gomes (03.03.1909 a 09.07.1910). Depois no período de 1914/1918, foi Presidente do Brasil.

O PREFEITO NENECO MANDA IMPRIMIR LIVRO DE LUIZ PRISCO DE BRAGA.

Interessante notícia, ligada a história de São Domingos do Prata, foi publicada no jornal a “Voz do Prata” de 9 de julho de 1944:

“Conforme já é do conhecimento público por diversas notas deste jornal, nosso município tem escrita a sua história, cujo autor Sr. Luiz Prisco de Braga à custa de inauditos esforços concatenou em uma leitura além de agradabilíssima, é de real proveito e utilidade, pois descreve todos os fatos principais de nossa vida administrativa, política, social e religiosa, desde os longínquos tempos da fundação deste rico município que é São Domingos do Prata, nos agitados dias deste guerreiro ano de 1944.

Que habitamos um município fadado a em futuro próximo ser um dos melhores da região, é fato que ninguém contesta, a começar pelo seu povo ordeiro, pacato, trabalhador e bom, que não teme confrontos. Riquíssimos em todos os três reinos da natureza.

(.....) Já é tempo de tornar o nosso município bem conhecido dentro e além de nossas fronteiras.

Isto procurou fazer o Sr. Luiz Prisco de Braga, faltava-lhe pôr em realidade seu inteligente plano.

O ilustre Prefeito Municipal, Farm. Manoel Martins Gomes Lima compreendendo o valor da medida em apreço vai torná-la em realidade. Entrando em contato com o autor do livro. S.S. vai mandar imprimi-lo às custas dos cofres municipais.

Com esse gesto, S.S., além de premiar os esforços de um pesquisador de nossa história, prestará ao município do qual é filho, um serviço de grande valor moral, recebendo por certo os aplausos de nossa população, ansiosa em conhecer em todos os seus ângulos a ‘História do Município’.”.

OS OSSOS DOS INCONFIDENTES MINEIROS – 1937 –

“Por deliberação dos altos poderes governamentais acabam de ser repatriados os ossos dos Inconfidentes mineiros, que morreram exilados nas inóspitas plagas africanas pelo crime de sonharem com a libertação de sua Pátria.

...Cultuar o passado do que ele tem de nobre é uma das maneiras mais significativas de provar o amor pela terra do nascimento.

...Nunca, como aqui, merece repetida a frase lapidar de Papini: cultuar o passado, porque nele estão as cinzas dos que nos ensinaram o caminho da libertação.”

Jornal “A Voz do Prata”, edição de 1º de janeiro de 1937.

PETRÓLEO EM SÃO DOMINGOS DO PRATA. 1931 -

AS RIQUEZAS DO SUBSOLO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA, INCLUINDO PETRÓLEO, NARRADAS POR UM JORNAL CARIOCA DE CIRCULAÇÃO NACIONAL NA ÉPOCA (1931).

O jornal, em sua edição de quinta-feira, do dia 5 de fevereiro de 1931, noticiou:

“DE MINAS GERAIS – A administração progressista de São Domingos do Prata. O município de São Domingos do Prata situado a pequena distância da capital do Estado, é um dos maiores e mais ricos da **PETRÓLEO terra mineira.**

Ainda agora, vem de serem descobertas ali grandes e poderosas jazidas de vários minerais, do mais reputado valor.

Essas jazidas que foram achadas em terrenos do sr. Antônio Miranda, segundo o exame ali procedido por técnicos, se estendem por terrenos de outros proprietários, constituindo por isso mesmo uma fonte de riqueza que vem assombrando e chamando as atenções do governo e do povo mineiro.

Os minerais colhidos nas jazidas, acham-se em exposição no hall do Clube dos Engenheiros do Rio de Janeiro, os quais têm sido admirados por todas as pessoas que ali vão, especialmente pelos entendidos.

Como se não bastassem as grandes variedades dos minerais que contém as jazidas de São Domingos do Prata, existe também naquele município, uma importante **JAZIDA PETROLÍFERA a ser explorada na propriedade do mesmo Antônio Miranda”. (Letra garrafal por minha conta).**

QUANDO SURTIU A LUZ ELÉTRICA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 1915 E 1962.

INSTALAÇÃO DA LUZ ELÉTRICA NAS CASAS – PEDIDOS À PREFEITURA – TARIFAS PELO CONSUMO – 1915 –

“Aqueles que pretendem tomar luz elétrica para suas casas deverão dirigir ao senhor Presidente da Câmara, até o dia 20 deste, a seguinte comunicação:

‘Sr. Presidente da Câmara Municipal comunico a V. Sa. que desejo que a Municipalidade faça a instalação de luz elétrica em minha casa, sita à rua...nesta Cidade.

Data e assinatura do proprietário do prédio.’

É facultativo ao proprietário ter contador para o gasto da energia elétrica.

O preço mínimo por mês deverá ser de 5\$000 (réis), até 5 lâmpadas de 10 velas.

Cada lâmpada, além das 5, aumentaria a mensalidade em 1\$000 o pagamento.

Para grandes instalações será feito contrato especial.

Quando for preferida lâmpada de poder iluminativo maior de 10 velas, o pagamento será a razão de 50 réis quanto a cada vela mês para os que excederem o número 10.

Base do preço por lâmpada: assim 1 lâmpada de 16 velas 1\$300 mensais.

Uma de 25 velas: 1\$750.

Uma de 50 velas: 3\$000, etc.

Mesmo tendo o contador o mínimo do preço, pela iluminação mensal em qualquer prédio, não será nunca inferior a 5\$000.”

(Jornal “O Beija Flor”, edição do dia 15 de julho de 1915)

A ILUMINAÇÃO DAS RUAS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA NO IMPÉRIO. 1893 -

Consta no livro “Revivendo a História de São Domingos do Prata”, a notícia a seguir, publicada no jornal “O Prateano”, edição de 24 de setembro de 1893:

“ILUMINAÇÃO PÚBLICA. (Editorial do jornal “O Prateano”).

“É pela primeira vez hoje que pegamos na pena para demonstrar aos Srs. camaristas (vereadores) à necessidade de iluminação pública das principais ruas desta cidade, como sejam: 21 de Abril, 15 de Junho, Largo 15 de Novembro e 24 de Fevereiro.

O inverno aproxima e é insuportável o trânsito nas ruas desta cidade por não serem calçadas, mas se iluminarem a cidade, o trânsito ficará muito mais fácil e ao mesmo tempo a despesa será insignificante, pois a Câmara não gastará 2:000\$000 com os lampiões.

A iluminação pública nesta cidade trará o embelezamento para a mesma, e as famílias poderão passear sem receio algum de quedas, atolarem os sapatos ou mesmo de algum crime, pois com a iluminação procurarão desvios e livres de serem desrespeitadas, porque às claras serão evitados todos estes inconvenientes.

Não queremos ser longos, todavia está lançado o nosso protesto sobre este assunto, esperando que os senhores camaristas, melhor do que nós poderão evitar esses males, mesmo para as suas famílias e cumprirem honrosamente o cargo que o povo se lhes confiou. É deles, pois, que tudo esperamos.”

NOTA: No mesmo livro acima mencionado, consta que na sessão da Câmara de Vereadores de São Domingos do Prata, do dia 03.01.1895, o seguinte pleito:

Um do vereador Salles Gomes pedindo uma verba para se colocar um lampião em frente à cadeia desta cidade, sendo este

requerimento afeto a Comissão de Finanças e esta requereu dez minutos de intervalo e findo os quais apresentou o parecer de teor seguinte:

A Comissão de Finanças é de parecer que se mande vir um lampião conforme requereu o vereador Salles Gomes, podendo ser despendida a quantia de 100\$, logo que haja verba disponível, sendo este parecer aprovado por maioria.

Por conseguinte, as ruas de São Domingos do Prata eram, até o advento da luz elétrica, iluminadas por lâmpios. E, na época, o produto mais acessível no município, era a querosene.

A luz elétrica somente surgiu em 1916.

No meu livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos...”, página 71, também constou:

Assim é que no livro acima e também no “Quatro Prefeitos de São Domingos do Prata da primeira metade do século XX”, todos de minha autoria, consta a seguinte notícia, extraída do jornal “A Voz do Prata” edição de 13.08.1916:

“Será definitivamente inaugurado nesta cidade, no dia 15 do mês presente, o serviço de luz elétrica, iniciado e levado a feliz termo pelo Sr. Capitão Egydio Lima, que, desde o triênio final, vem dirigindo os destinos do município.”

Segundo o referido periódico, a usina estava situada a um quilômetro do perímetro urbano e o engenheiro Dr. A. Kierulf é quem superintendeu o serviço por parte da companhia Siemens.

“São Domingos do Prata no período imperial” - 2ª edição – página 125/126.

ENERGIA ELÉTRICA DA CEMIG – 1962 –

A usina elétrica inaugurada na gestão do Capitão Dico somente foi desativada no mandato de Paulino Cícero, por volta

de 1962, quando se implantou a energia elétrica gerada pela Cemig, o que constituiu uma grande realização do então jovem Prefeito.

A CEMIG foi a maior realização deste jovem prefeito, durante este curto período de seu mandato.

Todavia, ele teve ajuda, o que é natural.

O Dr. José Mateus de Vasconcelos na campanha vitoriosa de Paulino Cícero para Deputado Estadual e padre Pedro Vidigal para Federal lançou, em 21.08.1962, um manifesto do qual, em relação a Cemig, extraio este trecho:

“Há dias publicara neste município um boletim, bem redigido, referindo-se à vinda da CEMIG para esta cidade, nada citando, é óbvio do trabalho do Padre Vidigal.

Não subestimo o grande trabalho político do Vereador Leandro Coelho Linhares e do Vice-Prefeito José de Castro Drummond; não subestimo a boa vontade e a ação efetiva do Governador Magalhães Pinto em ajudá-los à obtenção de recursos e autorizações diversas para a vinda da CEMIG; muito menos subestimo o trabalho e boa vontade do Deputado Monteiro de Castro, do Dr. Oscar Lobo e sobretudo do saudoso Ministro Gabriel Passos, em determinar medidas e verbas, consignando 16 milhões de cruzeiros para a INSTALAÇÃO DA CEMIG na cidade, parecendo que, por ter saído esta importância da verba global do Ministério de Minas e Energia, teria ficado desprezada a contribuição do Padre Vidigal conseguiu em belíssima e árdua batalha parlamentar nos idos de 1961 (...).”

FONTE: “A história do legislativo de São Domingos do Prata – De 1890 a 1962”, disponível no google na Galeria Edelberto.

ESTRADAS DE RODAGEM E O SONHO DA FERROVIA.

São Domingos do Prata sempre foi um grande celeiro de produtos agrícolas, cuja produção superava em muito a necessidade do consumo interno, tornando necessária, sob pena de perder a produção, exportá-la.

Para facilitar o escoamento da produção, era necessário construir estradas que ligassem o município aos centros consumidores do país.

Naquela altura da vida pratiana, havia na região, na ausência de uma ferrovia, dois locais ideais para escoamento da produção e também de passageiros, quais sejam: as estações ferroviárias localizadas em Saúde (atual Dom Silvério) e São José da Lagoa (atual Nova Era).

Por Dom Silvério, os produtos e os pratianos poderiam chegar à toda zona da Mata, além de todo o Estado do Rio de Janeiro, inclusive à própria cidade, então capital Federal.

Por Nova Era, se exportaria, via ferrovia Vitória- Minas, para toda a região do Vale do Rio Doce, além do Estado do Espírito Santo e o porto de Vitória e outras regiões do país.

Pela ferrovia Central do Brasil, se chegaria à capital Mineira e daí para uma imensa quantidade de municípios, além de diversas localidades do país, inclusive o Estado de São Paulo.

Como disse Dr. José Mateus de Vasconcelos em um de seus discursos: “Nova Era ponto terminal e entroncamento de três grandes estradas de ferro: E.F.V.M. – E.F.C.B. – E.F.L.R. (Estrada de Ferro Vitória-Minas, Estrada de Ferro Central do Brasil e Estrada de Ferro Leopoldina Railway), fato raríssimo nas realizações ferroviárias de qualquer país do mundo.”

Em 1944, São Domingos do Prata exportava anualmente, pelas estações ferroviárias de Nova Era, Dom Silvério e Rio Casca um milhão de sacas de café, além de milho, feijão e arroz.

Durante os períodos de seu governo, foram construídas diversas estradas, ligando São Domingos do Prata à diversas regiões do país.

A FERROVIA INACABADA E FRUSTADA.

Um síntese das diversas notícias da ferrovia que devia passar por São Domingos do Prata contidas em meus livros:

Parte do discurso que o Dr. Mateus iria fazer para Juscelino Kubistchek na visita que iria fazer a Nova Era e na véspera cancelou.

“(...) Para seu rápido conhecimento informo: A ligação é de 72 quilômetros apenas, mas destes, 37 quilômetros e 418 metros estão concluídos e terraplenados, faltando apenas para conclusão, apenasmente, 34 quilômetros e 582 metros.

Dos 6 milhões e 200 mil m³, já foram escavados 3.800 mil m³, restando 2 milhões e 400 mil para terraplenar.

Ainda mais, as ligações das extremidades, Dom Silvério e Alvinópolis e Nova Era São Domingos do Prata estão quase concluídas e poderiam ser rapidamente inauguradas, se diversa e imutável determinação de V. Excia. modificasse a do D.N.E.F. de atacar toda linha para inaugurá-la integralmente, no mesmo momento.

Inaugurados estes trechos distais (extremos) citados, facilmente ao D.N.E.F. a tarefa se apresentaria melhor para os quilômetros do permeio ou próximos (...).

Em que pese todos os gatos e as obras já concluídas, em 1955 a ferrovia foi totalmente desativada.

Encontrei no ‘site’ da história das estações ferroviárias do Brasil, a seguinte notícia sobre o tema:

“.....O curioso foi constatar que, em algum momento, a Rede iniciou as obras de construção de uma linha que ligaria Dom Silvério a Nova Era, para encontrar a E.F. Vitória-Minas.

Este projeto nunca foi concluído, porém muita grana foi jogada fora com obras hoje abandonadas: viadutos, pontes, túnel, aterros e cortes numa extensão de uns 10 km.

A preparação do leito teria chegado até Nova Era, o que aumentou o desperdício.....”

O responsável pelo desaquecimento das construções de ferrovias no Brasil foi Juscelino Kubitschek, a partir do momento em que assumiu a presidência da República em 31 de janeiro de 1956. (Governou até 31 de janeiro de 1961).

Juscelino optou para dar prioridade à construção de rodovias, em face da implantação da indústria automobilista no país, com isso São Domingos do Prata ficou sem a sua ferrovia.

LAGOA DO BISPO – PARQUE FLORESTAL DO RIO DOCE.

A lagoa de maior extensão chamada na época de Lagoa Nova, tem quase seis quilômetros de espelho d'água e quase quarenta metros de profundidade.

Ela está localizada no Parque Florestal do Rio Doce, que tinha toda a sua imensa área (35.974,00ha) dentro do município de São Domingos do Prata. Possui mais de 40 lagoas.

O bispo Dom Helvécio foi o principal responsável e incentivador para criação do Parque Florestal do Rio Doce, então pertencente ao território de São Domingos do Prata.

Em sua homenagem, o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, então prefeito de São Domingos do Prata, expediu o Decreto municipal nº 117, de 18 de julho de 1935, dando o nome a então chamada “Lagoa Nova”, de Dom Helvécio de Oliveira.

A partir daí, até os dias de hoje, ela é popularmente conhecida como lagoa do Bispo.

Sobre ela, disse o jornal “A Voz do Prata”, em sua edição do dia 07 de julho de 1935:

“.....é de um encanto maravilhoso, às margens da Lagoa Nova que constitui um verdadeiro lago cercado poeticamente de frondosas florestas virgens, onde o espírito humano se extasia na contemplação mística das belezas naturais, diante do soberbo

espetáculo que nos oferece a natureza em todo o seu esplendor tropical.”

O Parque Florestal do Rio Doce foi oficialmente inaugurado em 14.07.1944, quando Prefeito Municipal o farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima (Neneco). Quem assinou o decreto-lei nº 119, criando oficialmente o Parque, foi o Governador Benedito Valadares.

AS 14 PRIMEIRAS VILAS (MUNICÍPIOS), CRIADAS EM MINAS GERAIS, AINDA NO PERÍODO COLONIAL. SÉCULO 18.

1711 – Vila de Ribeirão do Carmo, hoje Mariana.

- Vila Rica, hoje Ouro Preto.

- Vila Real de Sabará.

1713 – Vila de São João Del Rei.

1714 – Vila Nova da Rainha, hoje Caeté.

- Vila do Príncipe, hoje Serro.

1715 – Vila Nova do Infante, hoje Pitangui.

1718 - Vila de São José Del Rei, hoje Tiradentes.

1730 – Vila de Minas do Fanado, hoje Minas Novas.

1789 – Vila de São Bento do Tamanduá, hoje Itapeçerica.

1790 – Vila de Queluz, hoje Conselheiro Lafaiete.

1791 – Vila de Barbacena.

1798 - Vila de Campanha do Príncipe da Beira, hoje Campanha.

Vila de Paracatu do Príncipe, hoje Paracatu.

AS PRIMEIRAS VILAS (MUNICÍPIOS) SURGIDAS EM MINAS GERAIS NO BRASIL COLÔNIA.

A primeira foi a VILA DE NOSSA SENHORA DO RIBEIRÃO DO CARMO, criada em 08 de abril de 1711 e que, em 1745, foi elevada à categoria de CIDADE, com o nome de MARIANA.

A segunda foi VILA RICA (Ouro Preto), cuja freguesia (Povoado) elevada à VILA, em 8 de julho de 1711.

A terceira freguesia elevada à categoria de VILA, em 17 de julho de 1711, foi a VILA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, atual município de Sabará.

ALGUNS MUNICÍPIOS ANTIGAMENTE POSSUÍAM NOMES PITORESCOS.

BREJO ALGRE – Atual município de Araguari.

PRESÍDIO – Atual município de Visconde do Rio Branco.

PATAFÚFIO – Atual município de Pará de Minas.

BAGAGEM – Atual município de Estrela do Sul.

SÃO SEBASTIÃO DO FEIJÃO CRU – Atual município de Leopoldina.

PEDRAS DOS ANJICOS – Atual município de São Francisco.

TURVO – Atual município de Andrelândia.

MEIA PATACA – Atual município de Cataguases.

MONTES CLAROS DE FORMIGAS – Atual município de Montes Claros.

FONTE: “Municípios mineiros criados no período imperial”, disponível no google na galeria Edelberto.

ALGUMAS PASSAGENS DA VIDA DO AUTOR.

INFÂNCIA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA, SUA TERRA NATAL.

Na visita em janeiro 2010, uma pequena e passageira decepção ao descobrir não mais existir as referências de minha infância.

A casa de meus pais e dos meus avôs, o famoso sobrado de meus avós materno, tudo havia sido destruído.

Aliás, da minha infância, somente estava preservado a belíssima e imponente igreja do Rosário, mesmo assim com a fachada original modificada, o hotel Semião e uma casa do lado direito do hotel, em que moram atualmente os irmãos Braga Rolla: Maria Inês, Geraldo e Imaculada Braga Rolla.

Nem mesmo o inesquecível campo do “Lava-Pés”, palco de muitas brincadeiras, jogos de futebol do Clube Atlético Pratiano, carrapatos e bichos do pé, já não mais existia, embora tenha ficado o pasto.

A pinguela, utilizada pelos adultos e por quem estava calçado, para se chegar ao campo, deu lugar a uma ponte.

Na minha infância as crianças, e quem andava descalço, atravessavam a pé o riacho bem rasiado, embora este tivesse o pomposo nome de rio Lava-Pés para se chegar ao campo de futebol.

A gente se sentia um pequeno desbravador pela “coragem” de atravessar a pé e sem a ajuda de adultos, um “caudaloso” (no imaginário de uma mente infantil) curso d’água.

Nasci em São Domingos do Prata em 22 de julho de 1945. Meus pais, também pratianos, foram Manoel Martins Gomes Lima e Janua Coeli Lellis Ferreira. Quem fez o parto foi o meu avô materno, Dr. Edelberto de Lellis Ferreira no sobrado em que residia em São Domingos do Prata.

Da minha curta infância na terra natal guardo grandes e imorredouras recordações. Como meus pais e avós maternos e paternos eram pessoas queridas, por onde andava era bem recebido e tratado carinhosamente, sendo chamado de Beбето.

Meus pais moravam em um sobrado no centro da cidade, atrás do prédio da antiga prefeitura.

Não me recordo de como era o sobrado e ninguém da família possui fotografias do mesmo. Meu pai, ao mudar-se com a família para Coronel Fabriciano, fato ocorrido em 1952, vendeu o sobrado e todo o terreno para Felix de Castro (Prefeito do Prata entre 1951 a 1954), tendo o mesmo passado a nele residir com a sua família.

Posteriormente Felix de Castro loteou o terreno e hoje, em pleno centro, o mesmo está repleto de construções.

Papai sempre foi um péssimo negociante. As finanças da família somente melhoraram quando a minha mãe, possuidora de tino comercial e grande inteligência, passou a tomar iniciativas visando limitar o alto desprendimento de meu pai.

Por outro lado, o desapego de meu pai para os bens materiais, foi em certo sentido positivo para nós, seus descendentes.

Normalmente os filhos ao se sentirem herdeiros de grandes bens materiais tendem a se acomodar na vida. No caso, por saberem nada ter de substancial para herdar, todos os filhos, sem exceção, procuram bastar a si mesmos e construir, como classe média, os seus próprios futuros.

Grande parte dos meus dias passava brincando na Praça da Matriz, (localizada em uma área enorme e cujo nome oficial era Praça Manoel Martins Vieira), onde havia um inesquecível coreto, palco de memoráveis brincadeiras de “pique”.

Esta praça ficava em frente à casa e farmácia do vovô Joaquim (Farmácia Lima, posteriormente passou a pertencer ao meu pai) daí apenas necessitar atravessar a rua, sem grandes preocupações com o trânsito de veículos, restritos a poucos automóveis de passeio, ônibus (jardineiras) e caminhões.

As brincadeiras preferidas, todas praticadas na Praça, consistia em jogar bolinha de gude, amarelinha, “pique”, roda pião, etc.

Adorava o picolé do bar existente embaixo do Hotel Semião. O cheiro do picolé, bastante característico, jamais encontrei outro igual, embora ele esteja gravado em meu olfato até os dias de hoje.

Nos fundos do bar havia jogo de sinuca sempre frequentado. Eu via as pessoas jogando me postando do lado de fora, na rua defronte à entrada do hotel, por meio de uma pequena abertura gradeada existente.

Outra parte do dia frequentava as casas de meus avôs maternos e paternos. Na casa de vovô Joaquim havia um terreiro enorme onde se podia brincar à vontade e “armar” alçapão para pegar canarinho ‘chapinha’, abundante na época.

Na parte abaixo do nível da rua, o terreiro ia até as margens do rio da Prata (tinha esse nome porque suas águas eram da cor do metal), e nele havia diversos pés de jabuticabas, muito visitados, às escondidas, por outras crianças (quem na infância não “apanhou” frutas em quintal alheio?).

Nessa época, a diversão predileta do meu avô Beto era jogar baralho (“jogo de buraco”) e ler o jornal carioca, Correio da Manhã, cujo exemplar só chegava com três dias de atraso.

Já o meu avô Joaquim preferia o jogo de damas e escutar a rádio Nacional possuidora de quase 100% de audiência.

O interessante foi ter sido influenciado por eles quanto a essas diversões. Durante uma boa fase de minha infância adorava escutar a rádio Nacional, principalmente quando morei em Sabará.

Dos dez aos quinze anos praticamente todo o dia, de segunda a sexta-feira, das 18h15min até às 19h00min escutava duas novelas: o “Anjo” e “Jerônimo o Herói do Sertão”.

Ouvia também aos sábados o programa de auditório comandado por Cesar de Alencar, além das partidas de futebol do campeonato carioca.

Já na adolescência lia diariamente o jornal (hábito cultivado até os dias de hoje) assinado por meus pais e adulto passei a ser frequente no joguinho de “buraco”.

As casas dos meus pais e avós no Prata não possuíam geladeiras, os assoalhos eram de tábua corrida (na maioria das casas das pessoas mais simples, o assoalho era de chão batido), os fogões eram a lenha e para reforçar a iluminação pública, bastante precária, se utilizava lampiões movidos a querosene.

Criança fiquei deslumbrado com a chegada do primeiro ônibus (à época chamado de jardineira) ao Prata. Nela o bagageiro ficava na parte de cima e para ter acesso ao mesmo havia uma escada na parte traseira.

Os motores dos veículos somente davam partida através do manejo de uma manivela colocada em um orifício existente à frente dos mesmos, o que era comum nos veículos da época.

Como as estradas eram de terra, o passageiro para se prevenir da poeira usava um casaco, geralmente todo de branco, chamado de guarda-pó.

No período de chuva, a fim de se evitar as derrapagens, costumava-se colocar correntes nas rodas do veículo.

Na casa do vovô Beto, um sobrado enorme, como o terreiro era pequeno, as brincadeiras eram limitadas e eram feitas dentro das dependências do próprio sobrado, que possuía grande área construída.

Das janelas do segundo andar, como existia um clube na frente, podia-se ver os bailes, inclusive de carnaval.

Os dias transcorriam tranquilos e felizes.

Havia um campo de futebol do clube Atlético Pratiano que ficava no local chamado de “Lava Pés”.

A gente ia ver os jogos ou treinos sempre a pé, eis inexistir lotação e nem os pais tinham automóvel.

Para se chegar ao campo onde a torcida ficava em um barranco, posto não existir arquibancada, tinha que se atravessar uma pinguela onde somente poderia fazê-lo em fila indiana.

Como o rio lava-pés, que passa sob a pinguela, era bastante raso, sempre optava por atravessá-lo a pé.

O campo era mais um pasto, daí não poucas vezes minha mãe teve de extrair carrapatos e bichos de pé.



A famosa pinguela retratada livro “Olha... uma Esperança” do pratiano Antônio C. D. Vasconcelos. pág. 47- Editora D&M- Ponte Nova).

O último à direita é Pedro Lellis Ferreira, tio Pedro, filho do Dr. Edelberto. Os demais são, segundo consta no livro: Quequé, Zé Calodino, Antônio Sacota, Nono de Neco, Nô Barbeiro, Jair Mendes, _?, e Pedro Lélis Ferreira.

No caminho para o campo do ‘lava-pés’ havia um matadouro em que o proprietário curtia, a céu aberto, os couros dos bois crucificados, proporcionando uma visão um quanto tétrica à imaginação infantil.

Havia na minha infância, paralelo ao campo do Lava-Pés, um trecho enorme, terraplenado e com os barrancos totalmente expostos, onde passaria uma estrada de ferro.

Ali brinquei e outra decepção experimentei em 2010, ao descobrir não mais existir, neste trecho, nem vestígios do local em que o progresso passaria, embora hoje haja um belo e progressista bairro denominado Dona Julieta.

A Praça da Matriz (Ex- Praça Manoel Martins Vieira), de tão gratas recordações posto ser ali o local de encontro dos amigos de infância e palco dos grandes acontecimentos, perdeu toda a sua característica original, embora tenha se transformado em um belo local.

Morei em São Domingos do Prata até os sete anos de idade, quando o meu pai foi transferido para a cidade de Coronel Fabriciano, a fim de chefiar o Escritório da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira naquela localidade.

Como passei a morar primeiramente em Coronel Fabriciano e depois em João Monlevade cidades próximas, até 1955, ainda frequentava minha terra natal, seja em alguns fins de semanas ou nas férias.

Em janeiro de 1956, mudamos para Sabará. A partir de então a minha vida tomou novo rumo e as idas à terra natal escassearam.

Quando adulto, tornei-me cidadão honorário de Sabará. Em 1966, mudamos para Belo Horizonte e ali ficamos, embora ainda tenho uma residência em Sabará para fins de semana.

Ainda em São Domingos do Prata tive a oportunidade de iniciar os estudos no Grupo Escolar Cônego João Pio, mas no sexto mês do ano letivo tive de transferir para Coronel Fabriciano.

Lá fui matriculado inicialmente em um colégio de Irmãs de Caridade, cujo nome não me lembro, mas no ano seguinte fui transferido para o Grupo Escolar Professor Pedro Calmon, optando os meus pais, tendo em vista os transtornos da mudança e da adaptação em matricular-me novamente no primeiro ano

A cidade está tentando de se redimir com o descaso sobre o passado, ao criar a Casa de Cultura Chiquito de Moraes. Além de ser um Centro dinâmico, onde se ministra diversas oficinas e práticas culturais, ela se propõe a recuperar e a preservar algumas memórias da terra natal.

(Em 2023, criou em minha homenagem a Galeria Edelberto, como todos os meus livros. Essa galeria está disponível no google).

Porém é preciso que as autoridades da minha terra natal lhe destinem um prédio próprio, bem como maiores verbas para que possa cumprir os seus superiores objetivos, além de um Museu.

Belo Horizonte, 02 de janeiro de 2025.

BREVE RELATO SOBRE UM MARAVILHOSO FIM DE SEMANA EM MINHA TERRA NATAL (03 A 05 DE AGOSTO DE 2012).

Dentre tantas riquezas, o Prata possui duas muito especiais: a hospitalidade e simpatia de seu povo. O fim de semana que, juntamente com minha esposa, passei na “terrinha”, mais uma vez comprovou essa afirmativa.

O casal Guido Motta e a sua esposa, a quem carinhosamente chama de Mazza, deveria ser nomeado embaixadores do Prata, tal a fidalguia e carinho com que recebem a todos nós. Ir ao Prata e não ter contato com o casal é Como ir a Roma e não visitar o Coliseu.

O facebook, quando utilizado corretamente e para o Bem, como o faz os “grupos de pratianos”, constitui um instrumento extraordinário para se fazer e reencontrar antigos amigos e colegas, separados pelo tempo ante as circunstâncias da vida. Diversos pratianos, de nascença ou de adoção, incluindo parentes, encontrei graças a essa inovação maravilhosa.

Nesse fim de semana, graças, entre outros, ao casal Guido Motta/Mazza e a feliz iniciativa de Maria Ângela Freitas tive a oportunidade de transformar em amigos pessoais, que até então eram apenas virtuais.

A própria Maria Ângela Freitas era até então uma amiga virtual. A propósito, com todo respeito e amparado em minha idade e feiura (a minha mulher com quem sou casado faz 41 anos, disse que me escolheu graça a minha feiura, eis que essa serve de repelente para o assédio feminino, daí a certeza da fidelidade).

Gostaria de fazer um comentário sobre duas amigas pessoais adquiridas graças a essa feliz iniciativa.

A Maria Ângela Freitas, além de outros atributos, tem lindos olhos. Porém, na homenagem ao Frei Thiago e ao saudoso Evandro, eles estavam escondidos atrás de óculos escuros.

Com o devido respeito, óculos escuros para quem possui lindos olhos funcionam como a burca para a mulher mulçumana.

Outra amiga até então virtual, a Sirlei Perdigão, mostrou a razão por ter duas lindas filhas: a mãe é muito charmosa e linda.

Contudo, espero estar equivocado, notei ser ela possuidora de um olhar triste, inerente àquelas pessoas amantes da poesia e possuidoras de uma veia poética e sensível.

O seu olhar me fez lembrar da música “Carolina” de Chico Buarque. Que a minha nova amiga me perdoe, se a minha observação estiver errada.

A hospitalidade do casal Guido/Mazza e a feliz iniciativa de Maria Ângela, que sensibilizou a todos nós pelo carinho demonstrado a antigos mestres, proporcionou-me ainda encontrar outros amigos.

Por exemplo, tive o prazer de conhecer, entre outros (peço desculpas se esquecer de alguns eis que, entre meus amigos, está o alemão Alzheimer), a Humberto de Moraes, que, com muita honra, descobri ser meu parente. Grande artilheiro e atleticano de quatro costados.

Irene Magalhães Bastos (a Ireninha que graças ao facebook, havia descoberto ser minha parente), mas somente agora tive a oportunidade de conhecer pessoalmente.

A Celeste Semião, que declamou um linda poesia e encantou-me ao contar uma passagem da vida de meu pai quando Prefeito de São Domingos do Prata.

O Carlinhos do “Tômatheus” é um caso à parte. Deus virou para Elza e lhe disse: vou-lhe dar a beleza e a inteligência, mas em compensação vai ter de carregar um fardo pelo resto da vida: o Carlinhos. Infelizmente, por tabela, esse fardo foi transferido também para o sr. Jaime Gomes Neto.

Tirando a brincadeira, o Carlinhos, além de seu poder de onipresença, demonstrou ser uma excelente e simpática pessoa. A sua atuação na homenagem ao Frei Thiago e ao Evandro o credencia como sucessor, na política, de seu irmão Paulino Cícero Desde já, para eleição de 1917, o lanço como candidato a Prefeito de São Domingos do Prata.

Tive a oportunidade ainda de conhecer pessoalmente a Roberto Fortunato, de quem era amigo virtual. O Roberto Fortunato pelo grande conhecimento sobre o Prata antigo e atual tem o dever de legar para as gerações futuras, um livro contando todo o seu acervo. Assim como aos demais, foi um grande prazer em conhecê-lo.

A professora Nilza Rolla, grande amiga da minha mãe na infância e juventude, emocionou-me ao contar passagens da vida de minha mãe, Janua Coeli Lellis Ferreira, confirmando tudo aquilo que dela sabia: pessoa extremamente dinâmica, solidária e com inteligência bem acima da média. Infelizmente nem todas as boas qualidades dos pais são transmitidas aos filhos. A professora Nilza Rolla parece ser movida a “pilha”. Em todos os locais por onde fui lá estava ela sempre sorridente e ágil.

A Leda Albeny encantou-me com a sua alegria e espontaneidade. Tornei-me seu amigo pessoal e virtual, o mesmo ocorrendo com o Paulo Albeny Perdigão.

Seja na APAE, nas festividades na Praça Dr. Matheus e no Grupo Escolar Cônego João Pio, tive a oportunidade de encontrar outros conterrâneos. Dentre eles, Cristina e José Maurício Vasconcelos, além de Mauro Morais que, por ser irmão de Humberto de Morais, seria também meu parente. Mandei os nomes de alguns ascendentes que assinavam Marques Vieira para o Betinho e esse ficou de repassar para outros, a fim de que possamos montar o quebra-cabeça dessa ascendência.

Encontrei ainda, desde antigos conhecidos de meus pais e até afilhados dos mesmos, que deles recordam com grande carinho.

Não posso deixar de citar o Didi (filho de Tacinho) que não poupou elogios a meu pai. Esse e o Tacinho trabalharam juntos na Belgo Mineira em Coronel Fabriciano. As famílias se frequentavam e, embora criança, me lembro muito pela sua beleza e simpatia, da Stellamaris.

Outra me emocionou ao espontaneamente me emprestar uma foto com dezenas de crianças pratianas (eu me descobri dentre elas), fazendo primeira comunhão em 04 de agosto de 1954 (58 anos passados). Quem fez a gentileza foi a Aparecida (China), irmão do saudoso João Braz.

Encontrei ainda a Luluda que na última minha viagem ao Prata proporcionou-me o reencontro com a minha infância ao abrir o portão para que subisse as escadarias da igreja do Rosário, tantas vezes desbravada em minha infância.

Não posso deixar de mencionar o prazer em reencontrar no Prata com o sr. Jaime Gomes Neto. Embora o destino tenha também lhe reservado carregar um ‘fardo’ como já dito acima, nem por isso ele perdeu a simplicidade, a simpatia e a sabedoria.

Ele, como Roberto Fortunato e Guido Motta, são grandes conhecedores da história de São Domingos do Prata, daí o dever de legarem esse saber às gerações futuras.

Finalmente a homenagem ao Frei Thiago e ao saudoso Evandro, a quem tive a oportunidade de conhecer e admirar em minha infância pratiana, proporcionou-me outro momento de êxtase.

Além de reencontrar diversos parentes (Alexandre Santiago, Cacá, Julieta Mendes, Maria Regina Santiago, Dimas Santiago), tive o prazer de ver sentada ao meu lado uma pessoa a quem somente conhecia pela fama, mas jamais pessoalmente.

Trata-se da irmã Mônica, com que tirei fotos e filmei. A foto guardarei como lembrança e a publiquei em um de meus livros.

Embora peça a Deus que a mantenha entre nós por longos anos, um dia ela será beatificada e se transformará, para orgulho de todos nós pratianos, na Santa Mônica.

Pessoas como ela, estão acima das religiões. São patrimônio da humanidade. (Veio a falecer em 2024, aos 93 anos).

O trabalho realizado pela APAE em São Domingos do Prata, pelo que me contou a Maria Aparecida Torres, é maravilhoso. Ela, pelo que depreendi e em face de sua total dedicação, é a irmã Mônica da APAE.

No final do dia de domingo, retornando à casa em que estava hospedado, resolvi da varanda dessa moradia, observar o lindo pôr do sol e anoitecer de São Domingos do Prata, acompanhado de uma garrafa de vinho tinto, a fim de que os momentos de êxtases fossem mais sublimes (rsrs).

Nesses momentos em que a sensibilidade aflora, toda a trajetória da vida costuma passar em nossa tela mental, principalmente a minha feliz infância no Prata.

De repente, já um tanto inebriado pela beleza do momento e pelo vinho, lembrei-me de que trouxe um livro para presentear o meu amigo pratiano por adoção, Laercio Maciel que, aliás, se revelou um excelente locutor, tendo com a sua participação enriquecido a homenagem aos dois ilustres pratianos: Frei Thiago e Evandro.

Ao tentar escrever a dedicatória veio-me a dúvida de como seria a grafia do nome do Laercio. Até hoje não sei se escrevi certo, contudo dessa vivência tirei uma conclusão: se beber não dirija, digo, se for fazer uma dedicatória não beba. Se por acaso escrevi o nome errado peço ao meu amigo que me perdoe.

Não posso deixar de registrar a minha alegria em rever e fotografar a minha antiga sala de aula no Grupo Escolar Cônego João Pio.

Ali estudei por aproximadamente seis meses após os quais a minha família se mudou para Coronel Fabriciano. Isso foi no tempo em que Kafunga ainda usava calça curta, isto é no ano de 1952.

Finalmente, ressaltar a minha alegria ao saber ter a Mariluce Martins virado a “manda chuva” da área da cultura do Prata. É a pessoa certa no lugar certo. O brilho das atividades demonstraram o que disse acima.

Também mando meu abraço para Fernandinho Rolla e sua esposa, mas não digo, em face do momento político, embora gostaria de fazê-lo.

Peço perdão se esqueci de alguém e de algo, tantos foram os momentos felizes. A minha esposa Regina, que foi tão bem acolhida e tratada, envia a todos um grande e afetuoso abraço.

P.S. Como estou entre amigos, não me preocupei em revisar o texto. Aliás, se fosse revisá-lo não adiantaria nada já que não sei português. Não se esqueçam que estudei somente seis meses no Prata, daí ter perdido a oportunidade de aprender, com maior profundidade, a ‘língua pátria’.

EQUÍVOCO DO PROFESSOR GUIDO MOTTA.

Em um vídeo filmado por Laércio Maciel na Igreja do Rosário, em que aparecem Nenzinha, Adriana Muniz, Guido Motta e Edelberto, entre as falas de Guido Motta, esse trecho:

“(…) em 1928 o padre Antônio Cordeiro Abrantes, que construiu o Hospital Nossa Senhora das Dores, teve intensa movimentação nisso aqui.”

CONSTA DO LIVRO “ÍNDICES ALFABÉTICOS DOS LIVROS DE LUIZ PRISCO DE BRAGA E FREI THIAGO, NA PÁGINA 89, RELATIVA AO LIVRO DE LUIZ PRISCO DE BRAGA, o seguinte

Pe. Antônio Cordeiro de Abrantes, nomeado a 4 de novembro de 1869, paroquiando a freguesia até 4 de novembro de 1896, data do falecimento.

Portanto, de plano, esse padre não participou da inauguração do Hospital Nossa Senhora das Dores, em 1928, posto ter falecido em 1896.

Na realidade ele, juntamente com dr. Caetano Marinho, tentou a construção de um hospital, mas no final do século 19, cuja iniciativa não foi para frente.

A verdadeira história da inauguração em 1928, está transcrita e alicerçada em documentos, no meu livro “A história do hospital Nossa Senhora das Dores”, disponível no google na galeria Edelberto.

A narrativa do ilustre prático Guido Motta, vem dá razão a Gwyns Prins, para quem “os historiadores das sociedades modernas maciçamente alfabetizadas são extremamente céticos quanto ao valor da história oral na reconstrução do passado.”

VÍDEO COM A FALA DE GUIDO MOTTA E ADRIANA MUNIZ.

[Assista ao vídeo](#) (Apertar a tecla CTRL no teclado do computador e depois no **assista ao vídeo. Vai aparecer a voz dos práticos, Laércio Maciel, depois Nenzinha, Adriana Muniz, Guido Motta e Edelberto. Ano de 2012. A cena é na igreja do Rosário.**

ALGUMAS PASSAGENS DA VIDA PROFISSIONAL.

Prestou vestibular para Direito na então Faculdade Mineira de Direito, hoje PUC. Naquele ano somente 50 vagas foram disponíveis. Sua turma foi a primeira a frequentar o Campus no Bairro Dom Cabral.

Em 1977 abriu seu próprio escritório de advocacia junto a um sócio, tendo entre seus maiores clientes grandes conglomerados financeiros.

Na ACMINAS (Associação Comercial e Empresarial de Minas, na época também comandava a Federaminas – Federação das Associações Comerciais de Minas Gerais), foi coordenador do Departamento Jurídico em um dos momentos em que a Entidade passou por uma de suas maiores crises.

Tal foi a dedicação e lealdade da equipe do Departamento Jurídico nesse período que, passada a pior fase e após um relatório detalhado da atuação do Departamento que chefiava, recebeu uma correspondência do Presidente, Dr. Artur Lopes Filho, cujo teor está a seguir sintetizado:

“(.....). Cumprimento o caro Coordenador e toda a sua equipe pela correção do trabalho apresentado, que mostra o excelente nível técnico e a competência do Departamento Jurídico / Contábil e de sua coordenação (...).

Parabéns a todos e meu muito obrigado em nome da ACMinas e Federaminas.”

Em outro momento, os seus colegas do Departamento Jurídico, lhe fizeram este pedido:

Prezado Dr. Edelberto,

Toda sua equipe, que abaixo subscreve, ciente de sua decisão em deixar esta Casa (...), vêm solicitar, em benefício de todos os integrantes deste Depto Jurídico e Contábil da Entidade, sua permanência na Coordenadoria, em face de seu notável saber jurídico, sua inteligência, seu ‘feeling’ na solução dos problemas, sua honestidade e

caráter ilibados, além de outras qualidades que o torna respeitado por nós.

Por isso e por tudo o mais, solicitamos e desejamos que permaneça conosco”. (Segue o nome e assinatura de todos eles).

É cidadão honorário do município de Sabará e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Cadeira nº 56, tendo como patrono o Dr. Júlio Bueno Brandão, ex-presidente do Estado de Minas Gerais.

Foi e continua sendo membro do Conselho Editorial da Editora Del Rey, a maior do Estado e uma das maiores do Brasil, com centenas de livros jurídicos editados.

Em seu escritório, que militou por mais de 30 anos, também recebeu diversos elogios de clientes e colegas, mas destaco o a seguir, publicado no site jurídico denominado “Migalhas”, após publicação de um de seus artigos.

“O Dr. Edelberto Augusto Gomes Lima é um dos mais capacitados juristas do país, máxime nos embates envolvendo o sistema financeiro nacional. O conjunto de sua notável obra criou jurisprudência. É um grande prazer vê-lo no rol dos grandes articulistas do nosso Migalhas”.

Celso de Lima Buzzoni”.

Em 2008, resolveu aposentar-se, abandonando completamente a seara jurídica para dedicar-se, com grande entusiasmo a outra área. A partir de 2009, começou a pesquisar.

Primeiramente sobre a sua família e a partir de 2010, sobre histórias antigas de São Domingos do Prata, Sabará, Belo Horizonte, João Monlevade e Ferros.

Nesses longos anos, até início de 2025, produziu 36 livros, à maioria sobre São Domingos do Prata.

35 de seus livros fazem parte da GALERIA EDELBERTO (disponível no google), homenagem da Casa de Cultura Chiquito de Moraes de São Domingos do Prata.

Quatro manifestações, entre outras, de conterrâneos pratianos.

Ministro Paulino Cícero, agradecendo a minha participação em seu livro “Meus cadernos – De São Domingos do Prata a Brasília”:

“Ao caro amigo Edelberto Augusto Gomes Lima, grande e já celebrado como maior historiador do nosso Prata e que enriquece esta modesta obra, com suas participações que saíram de sua lavra, agradecido, com estima, Paulino Cícero. 11.06.21”

Também a professora Maria do Carmo Perdigão Mendes muito me sensibilizou com a sua manifestação:

“Maria Do Carmo Perdigão Mendes

Parabéns.

Edelberto Augusto Gomes Lima... Levantar a história, transformá-la em livro e doar estes livros a Escolas do Prata é mesmo coisa de um filho do Sr. Neneco e da profissional da Educação, mais justa e correta que eu conheci na minha infância - a Diretora do Cônego João Pio do comecinho dos anos 50 - D. Joanna Coeli...”

Dr. Petrônio de Castro:

“Ao Dr. Edelberto Augusto Gomes Lima.

Algumas ações produzidas pelo ser humano são inseridas eternamente na história pessoal de quem as pratica.

Costumo afirmar que quando algo me comove venho para o meu canto e ponho-me a escrever.

"Já chamei pessoas de amigo e descobri que não eram; a outros nunca precisei chamar de nada e sempre foram."

Na realidade a amizade não é sobre quem vem primeiro ou vem por último. É sobre quem vem e nunca vai embora.

Caro Beto, tá difícil a coisa aqui, contar um "causo" é bem mais fácil do que conseguir traduzir em palavras a admiração pelo ser humano que você é (para quem conheceu seus pais não é surpresa), bem como pelo trabalho na edição dos livros digitais, filmes resgatados sobre seus familiares e sobre o Prata, fruto de um trabalho incansável, patrocinado por você mesmo, que em tudo que toca, torna-o mais humano (não o Midas do ouro, e sim o de bom coração).

Você tem algo a ver com esta frase:

"A simplicidade é simplesmente simples", porque tem a facilidade de cativar o próximo e nele despertar a confiança.

Seu trabalho deu sequência aos de Luiz Prisco de Braga e Frei Thiago Santiago.

Finalmente, com estes seus trabalhos você nos tornou também sabarenses ... Vila real das áureas tradições! tua imagem gloriosa aqui está viva e presente em nossos corações!

Você merece uma homenagem de gratidão desta Cidade, como já falei ao amigo comum Laércio Maciel. Com afetuoso abraço e votos de saúde.

Ailton Petrônio de Castro."

DR. Laércio Álvares Maciel.

“Caríssimo Edelberto, reconheço em você o mais importante historiador da centenária São Domingos do Prata.

Você com suas pesquisas, escritos e incansável satisfação em salvar a memória vem prestando relevantíssimo serviço a nossa terra e conseqüentemente nossa gente (...).”

SUMÁRIO.

SÃO PAULO REIVINDICOU, COMO SEU, GRANDE PARTE DO TERRITÓRIO MINEIRO – 02.

Emigração, por volta de 1893, de mineiros para São Paulo – 02.

Participação de Getúlio Vargas e Francisco Campos na pacificação entre São Paulo e Minas Gerais. 03.

DIVERSAS OUTRAS TENTATIVAS DE SE DIVIDIR O TERRITÓRIO MINEIRO – 06.

SANTA LUZIA JÁ PERTENCEU AO MUNICÍPIO DE SABARÁ – 07.

ROÇA GRANDE – HOJE BAIRRO DE SABARÁ – RESIDÊNCIA DE BORBA GATO – 08.

ORIGEM DE SABARÁ – 10.

ORIGEM DO NOME SABARABUSSU. O SABARENSE ZOROASTRO VIANNA PASSOS, APRESENTOU DUAS VERSÕES – 11.

ORIGENS DA IGREJINHA DO Ó E DA MATRIZ DE SABARÁ – 11.

TRÊS CHAFARIZES DE SABARÁ – 12.

OBRAS DO ALEIJADINHO NA IGREJA DO CARMO EM SABARÁ – 13.

TEATRO DE SABARÁ – 14.

O OURO DE GONGO SOCO E A INTENDÊNCIA DE SABARÁ – 15.

Dr. Louis Ensck, adquiriu o imóvel da família Paula Rocha e o doou ao governo federal para nele instalar o Museu do Ouro- 15.

ORIGENS DE OURO PRETO E MARIANA – 15 -18 – 19 – 20.

A origem do nome ouro preto – 18.

O primeiro governador da província São Paulo-Minas criou a Vila de Ouro Preto em 1711 – 18 – 19.

Origem de Caeté – 21.

Origem de Itabira – 21.

ORIGENS DAS VILAS DE OURO PRETO, MARIANA, CAETÉ E SABARÁ – ITABIRA E OUTRAS – JAZIDAS DE OURO NESSAS LOCALIDADES E EM OUTRAS NA REGIÃO - CRIAÇÕES DE INTENDÊNCIAS – QUINTO DO OURO - 1711 – 16.

É NAS SUAS JAZIDAS DE OURO QUE O FÉRTIL TERRITÓRIO DE SABARÁ VIU SER EXPLORADO E VER AFLUIR UMA TAL AGLOMERAÇÃO DE GENTE QUE EM 17 DE JULHO DE 1711 RECEBEU O NOME DE VILLA DE SABARÁ – 21.

INTENDÊNCIAS EXISTENTES NA PROVÍNCIA DE MINAS – PRIVILÉGIO CONCEDIDO AOS INGLESES - QUINTO DO OURO – 1827 – 28.

**Criação do quinto do ouro e de Casas de Fundição – 21 – 22.
Opção pela agricultura – 24.**

A decadência de Ouro Preto – 25.

A Mina da Passagem, que atualmente virou atração turística em Mariana – 28.

Produção do ouro em 1879 nas minas do Morro Velho, Cuiabá, da Passagem e da Companhia de Pitangui – 27.

Sociedade Inglesa do Gongo Soco – produção de ouro – 29

BREVE SOBREVÃO NA HISTÓRIA DA MUDANÇA DA CAPITAL DE OURO PRETO – 30.

CURRAL DEL REI, NOMES SUGERIDOS PARA TROCÁ-LO – 32.

JOÃO PINHEIRO ESCOLHE OUTRO NOME – 32.

OUTRAS LOCALIDADES SUGERIDAS PARA SEREM A CAPITAL – 33.

VOTAÇÃO DO CONGRESSO CONSTITUINTE SOBRE A NECESSIDADE DE SE ESCOLHER UMA NOVA CAPITAL – 33.

VOTO OPTANDO POR BARBACENA – 34.

RESTRIÇÃO A BELO HORIZONTE – 35.

REPORTAGEM FAVORÁVEL A BELO HORIZONTE – 36.

EM DEFESA DE OURO PRETO PARA CONTINUAR COMO CAPITAL – 37.

SINTESE DO QUE O CONGRESSO MINEIRO REUNIDO EM BARBACENA DECIDIU – 39.

CONGRESSISTA MINEIROS QUE PARTICIPARAM E VOTARAM NA ÚLTIMA SESSÃO DO CONGRESSO MINEIRO PARA A ESCOLHA DA NOVA CAPITAL DE MINAS GERAIS – 41.

CONGRESSISTAS QUE VOTARAM A FAVOR DE BELO HORIZONTE – 42.

OS PRIMEIROS PLANEJAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL – 43.

DESAPROPRIAÇÕES DE TERRENOS E PRÉDIOS DE SABARÁ – 46.

BELO HORIZONTE SE EMANCIPA DE SABARÁ – 46.

INAUGURAÇÃO DA NOVA CAPITAL DE MINAS GERAIS – 46.

PARTE DO QUE JÁ ESTAVA SENDO CONSTRUÍDO NA PRAÇA DA LIBERDADE – 1894 – 47.

A NOVA CAPITAL FOI A PRIMEIRA CIDADE PLANEJADA NO PAÍS – 47.

TERIA BORBA GATO DADO ORIGEM A CURRAL DEL REI, HOJE BELO HORIZONTE? – 51.

PRONUNCIAMENTO DO SENADOR ESTADUAL, NATURAL DE SÃO DOMINGOS DO PRATA, DR. JOSÉ PEDRO DRUMMOND, QUE FOI DECISIVO PARA BELO HORIZONTE SER ESCOLHIDA A NOVA CAPITAL DE MINAS NA TERCEIRA E ÚLTIMA VOTAÇÃO – 52.

Sobre a participação de senador Dr. José Pedro Drummond, escreveu Abílio Barreto, membro do IHGGMG – 41.

MUDANÇA DA CAPITAL DO BRASIL PARA O PLANALTO CENTRAL - 79.

QUANDO SURTIU, JÁ NA REPÚBLICA, A INSTITUIÇÃO PREFEITURA E A FIGURA DO PREFEITO. ANTES, OS PODERES ESTAVAM CONCENTRADOS NA CÂMARA DE VEREADORES – 79.

OS PODERES DAS ASSEMBLEIAS PROVINCIAIS E DAS CÂMARAS MUNICIPAIS NO IMPÉRIO – 81.

A CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO, OUTORGADA POR DOM PEDRO I EM 1824, E QUE DUROU ATÉ A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM 1889 – 81.

CONCEITO DE CURATO, ALDEIA, APLICAÇÃO, PARÓQUIA, FREUESIA, ARRAIAL, VILA E CIDADE – 83.

QUANDO SE DAVA A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO POVOADO – 84.

ALGUMAS EFEMÉRIDES ENVOLVENDO SABARÁ – 85.

PRONUNCIAMENTO PARA TOMAR POSSE COMO MEMBRO EFETIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS – 28.05.2022 – 87.

Algumas freguesias que já fizeram parte do município de Sabará
– 95. `

O PRATIANO DR. JOSÉ PEDRO DRUMMOND – 96.

O PRATIANO Dr. ANTÔNIO GOMES LIMA – 97.

GESTÃO DO PREFEITO MANOEL MARTINS GOMES LIMA (Neneco) E A CRIAÇÃO DA BANDA SANTA CECÍLIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA PELO SR. TACINHO – 101.

EXISTÊNCIA DE OUTRAS BANDAS DE MÚSICA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA ANTES DE 1944 – 103.

REGISTRO CIVIL NO IMPÉRIO – 106.

O JIIZ DE PAZ ANTES DE 1874 – 107.

PROPRIETÁRIOS DE CEMITÉRIOS PARTICULARES – DEVERES – 1849 – PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS – 108.

NÚMERO DE BATIZADOS, CASAMENTOS E ENTERROS EM RIO PIRACICABA – 1884 – 109.

O batismos de escravos – 110.

BREVE SOBREVÔO ACIMA DA CONSTITUIÇÃO IMPERIAL DE 1824 – 111.

PODERES DO IMPERADOR – 113.

RELIGIÃO NO IMPÉRIO – 113.

A ESCRAVIDÃO NO IMPÉRIO, ANTES DA ABOLIÇÃO EM 13 DE MAIO DE 1888 – 114.

DOM PEDRO II UM DEMOCRATA – 114.

ALGUMAS FRASES E PENSAMENTOS DE JÚLIO RIBEIRO – 115.

A VISITA DE DOM PEDRO I A SABARÁ. 1831 – 117.

FELICITAÇÕES AO IMPERADOR PELA CÂMARA DE SABARÁ – 1830, ANTES DE SUA VISITA EM 1831. 119.

PREOCUPAÇÃO COM A ECOLOGIA JÁ EM 1908. O EFEITO ARRASADOR SOBRE O VOLUME DAS CHUVAS E CURSOS D'ÁGUA COM AS DEVASTAÇÕES DAS FLORESTAS – 119.

A MÃO DE OBRA DO ESCRAVO LIBERTO EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 1894 – 120.

COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS EM SABARÁ – 121.

1879 – JOÃO ANTÔNIO MONLEVAD TENTA UM FINANCIAMENTO JUNTO A ASSEMBLEIA PROVINCIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA FÁBRICA EM JOÃO MONLEVADE, SUCEDENDO A DE SEU PAI, O PIONEIRO JEAN MONLEVAD – 121.

QUANDO A MULHER ADQUIRIU O DIREITO DE SER ELEITORA E CANDIDATA – 122.

O SABARENSE MARQUÊS DE SAPUCAI – (CANDIDO JOSÉ DE ARAUJO VIANNA) – 123.

O SABARENSE ZOROASTRO VIANNA PASSOS – 124.

O SABARENSE ANTÔNIO AUGUSTO DE LIMA – 125.

A POROROCA MINEIRA NA DESCRIÇÃO DE NELSON DE SENA. 1913 – PATRONO DO IHGMG – 125.

CHAVES DA CASA DE MARÍLIA DE DIRCEU DOADAS À ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – 126.

CASAMENTO RELIGIOSO ANTES DO CIVIL – 1942 – “ESPERTEZA” - SÃO DOMINGOS DO PRATA – 127.

SAINT’HILAIRE ao visitar Sabará no século 18 – 128.

SABARÁ de 1839, descrita pelo alemão ERNST HASENCLEVER – 128.

O SABARENSE CAETANO AZEREDO COUTINHO – 129.

TOPOGRAFIA DE CAPELA NOVA DE BETIM, EM 1884 (ATUAL MUNICÍPIO DE BETIM), ENTÃO PERTENCENTE À SABARÁ – 130.

IGREJA DA BOA VIAGEM EM CURRAL DEL REI – 131.

O CÉU E O INFERNO PARA OS ÍNDIOS BOTOCUDOS - 132.

UM POETA PRATIANO DESCONHECIDO – 133.

O MÉDICO E O POLÍTICO DA ROÇA – 134.

OBRAS DO MESTRE MANOEL DA COSTA ATHAIDE EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 136.

FRANCISCO VIEIRA SERVAS FALECEU E FOI SEPULTADO EM SÃO DOMINGOS DO PRATA, LOCAL EM QUE POSSUIA A FAZENDA SERVAS, EXISTENTE ATÉ OS DIAS ATUAIS – 139.

CRIAÇÃO DO ATUAL E HISTÓRICO MUNICÍPIO DE TIRADENTES - 1718 – 139.

RIO DE JANEIRO CAPITAL DE PORTUGAL – 140.

A INTENSA VIDA LITERÁRIA EM OURO PRETO NO FINAL DO SÉCULO XIX. JOÃO PINHEIRO DA SILVA RETORNA A CAETÉ – 140.

SACRISTÃOS E OS INCÊNDIOS. SABARÁ – IMPÉRIO – 141.

DISTRITO DE VENDA NOVA – PEDIDO PARA CONTINUAR A PERTENCER AO MUNICÍPIO DE SABARÁ – 1901 – 141.

VICE-CONSULADO DA GRÃ-BRETANHA EM SABARÁ – 1878 – 142.

HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE GENERAL CARNEIRO – 142.

VISITA DE AUTORIDADES, EM 1894, À ESTAÇÃO DE GENERAL CARNEIRO – 146.

INAUGURAÇÃO DA ESTAÇÃO DE GENERAL CARNEIRO – 147.

JOÃO MONLEVADE FOI A PRIMEIRA DO INTERIOR DO PAIS, A SER TOTALMENTE PLANEJADA – 148.

ALGUMAS CURIOSIDADES SOBRE SÃO DOMINGOS DO PRATA – 148.

ALGUMAS CURIOSIDADES SOBRE SABARÁ – 153.

RESTAURADORES ESCONDENDO AS PINTURAS ANTIGAS – SÉCULO 19 – 158.

A PERSONALIDADE DO MINEIRO NA VISÃO DE ALFREDO CAMARATE, EM OUTUBRO DE 1894 – 158.

JOAQUIM ROLLA – HOTEL QUITANDINHA – 1945 – 159.

O PRATIANO MÁRIO ROLLA – 161.

USINA SIDERÚRGICA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 161.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS - 161.

CRONOLOGIA COM AS PRINCIPAIS DATAS DA HISTÓRIA ANTIGA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – 161.

PERGUNTAS SOBRE AS HISTÓRIAS DO LEGISLATIVO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – 168.

CHUVA DE GRANIZO QUE DESTELHOU TODAS AS CASAS – 174

INAUGURAÇÃO DO MARCO COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO DA PARÓQUIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – 176.

A inscrição, em latim, no marco e as suas traduções – 176 – 177.

VISTA, EM 1908, A PARTIR DA IGREJA DO ROSÁRIO EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 178.

A INVASÃO DO PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES EM 1910, POR UMA FORÇA POLICIAL DE FORA DO MUNICÍPIO – 178.

O PREFEITO NENECO MANDA IMPRIMIR LIVRO DE LUIZ PRISCO DE BRAGA – 180.

OS OSSOS DOS INCONFIDENTES MINEIROS – 1937 – 181.

PETRÓLEO EM SÃO DOMINGOS DO PRATA. 1931 – 181.

QUANDO SURTIU A ENERGIA ELÉTRICA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 1915 E 1962 – 182.

A ILUMINAÇÃO DAS RUAS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA NO IMPÉRIO. 1893 – 183.

ENERGIA ELÉTRICA DA CEMIG – 1962 – 185.

ESTRADAS DE RODAGEM E O SONHO DA FERROVIA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 186.

A FERROVIA INACABADA E FRUSTADA – 187.

LAGOA DO BISPO – PARQUE FLORESTAL DO RIO DOCE - 188.

AS 14 PRIMEIRAS VILAS (MUNICÍPIOS), CRIADAS EM MINAS GERAIS, AINDA NO PERÍODO COLONIAL. SÉCULO 18 – 189.

AS PRIMEIRAS VILAS (MUNICÍPIOS) SURGIDAS EM MINAS GERAIS NO BRASIL COLÔNIA – 190.

ALGUNS MUNICÍPIOS ANTIGAMENTE POSSUÍAM NOMES PITORESCOS – 190.

INFÂNCIA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA, SUA TERRA NATAL – 191.

BREVE RELATO SOBRE UM MARAVILHOSO FIM DE SEMANA EM MINHA TERRA NATAL (03 A 05 DE AGOSTO DE 2012) – 198.

EQUÍVOCO DO PROFESSOR GUIDO MOTTA – 204.

ALGUMAS PASSAGENS DA VIDA PROFISSIONAL – 205.



MEUS LIVROS. A PARTIR DA PÁGINA 219.

São Domingos do Prata MG



**Amor por sua terra
e sua história.**



Galeria Edelberto

**Prefeitura de São Domingos do Prata lança
portal com obras do Associado
Edelberto Augusto Gomes Lima**



Compartilhe Conhecimento

Prof. Dr. *Edelberto Augusto Gomes Lima*
indica livro sobre Minas Gerais



MEUS LIVROS.

- 1 - SÃO DOMINGOS DO PRATA NO PERÍODO IMPERIAL - 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.
- 2 - REVIVENDO A HISTORIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA - 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.
- 3 - RECONTANDO A HISTORIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA - 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.
- 4 - SÃO DOMINGOS DO PRATA FRAGMENTOS DE SUA HISTORIA - 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.
- 5 - QUATRO PREFEITOS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.
- 6 - NOTAS BIOGRÁFICAS DO DR. GOMES LIMA - UM DOS GRANDES VULTOS DA HISTORIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.
- 7 - TRÊS PRATIANOS DA GEMA - MANOEL MARTINS GOMES LIMA - JANUA COELI DE LELLIS FERREIRA E DR. EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA.

8 – GENEALOGIA DE ALGUNS ASCENDENTES E DESCENDENTES – FAMÍLIAS DAS QUAIS DESCENDO, TODAS COM RAÍZES FINCADAS EM SÃO DOMINGOS DO PRATA: GOMES LIMA – MARTINS VIEIRA – VIEIRA MARQUES OU MARQUES VIEIRA – GOMES DOMINGUES – LELLIS FERREIRA E SANTIAGO.

9 – SÃO DOMINGOS DO PRATA BERÇO E ORIGEM – 4ª EDIÇÃO.

10 – NOTAS SOBRE ALGUNS PREFEITOS E ELEIÇÕES EM SÃO DOMINGOS DO PRATA DE 1890 A 1947.

11 – A HISTORIA QUE SÃO DOMINGOS DO PRATA NÃO CONHECEU.

12 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DO DR. EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA -

13 – COLETÂNEA DE NOTÍCIAS SOBRE SÃO DOMINGOS DO PRATA ANTIGO –

14 - ELEITORES PRATIANOS EM 1896 –

15 – NOTÍCIAS DO ANTIGO SÃO DOMINGOS DO PRATA E SEUS DISTRITOS. (Os atuais e os antigos) – 2ª edição ampliada –

16 – RETALHOS DA HISTÓRIA ANTIGA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

17 – FILHOS ILUSTRES DO MUNICÍPIO DE FERROS – TODOS DA FAMÍLIA LELLIS FERREIRA –

18 – SÃO DOMINGOS DO PRATA: AS ORIGENS DO POVOADO, DA CAPELA, DO CEMITÉRIO E A DA DESCOBERTA DO RIO PRATA.

19 – COMENTÁRIO ÀS SISMARIAS DE 1758 E 1771, CURATELA, TESTAMENTO E INVENTÁRIO ENVOLVENDO DOMINGOS MARQUES AFONSO. 1ª E 2ª EDIÇÃO.

20 – SABARÁ NA IMPRENSA DO IMPÉRIO.

21 – SABARÁ: FRAGMENTOS DE SUA HISTORIA NO PERÍODO IMPERIAL – 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.

22 – CURRAL DEL REI (SABARÁ) - SUA ORIGEM ATÉ SE TRANSFORMAR NA NOVA CAPITAL DE MINAS GERAIS -

23 – A HISTÓRIA DO LEGISLATIVO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA. De 1890 a 1962.

24 – DE JEAN MONLEVAD A LOUIS ENSCH – BREVE HISTÓRIA DA BELGO MINEIRA EM SABARÁ E JOÃO MONLEVADE.

25 - A HISTÓRIA DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

26 – 1893 – SESSÕES DO CONGRESSO MINEIRO QUE ESCOLHEU A NOVA CAPITAL DE MINAS.

27 – A HISTÓRIA DO RIO DAS VELHAS E DE SUA NAVEGAÇÃO.

28 – PERSONAGENS HISTÓRICOS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

29 – MUNICÍPIOS MINEIROS CRIADOS NO PERÍODO IMPRERIAL.

30 – PERSONAGENS HISTÓRICOS DE SABARÁ.

31 – PÉROLAS DA HISTÓRIA ANTIGA DE SABARÁ E BELO HORIZONTE.

32 – PÉROLAS DA HISTÓRIA ANTIGA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

33 - SABARÁ NAS REVISTAS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS (IHGMG).

34 – HISTÓRIAS DE SABARÁ NOS PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL E INÍCIO DO REPUBLICANO.

35 – RADIOGRAFIA, EM 1893, DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – AUTORIA DE ANTÔNIO SERAPIÃO DE CARVALHO.

36 – FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DE MINAS GERAIS.

FIM.